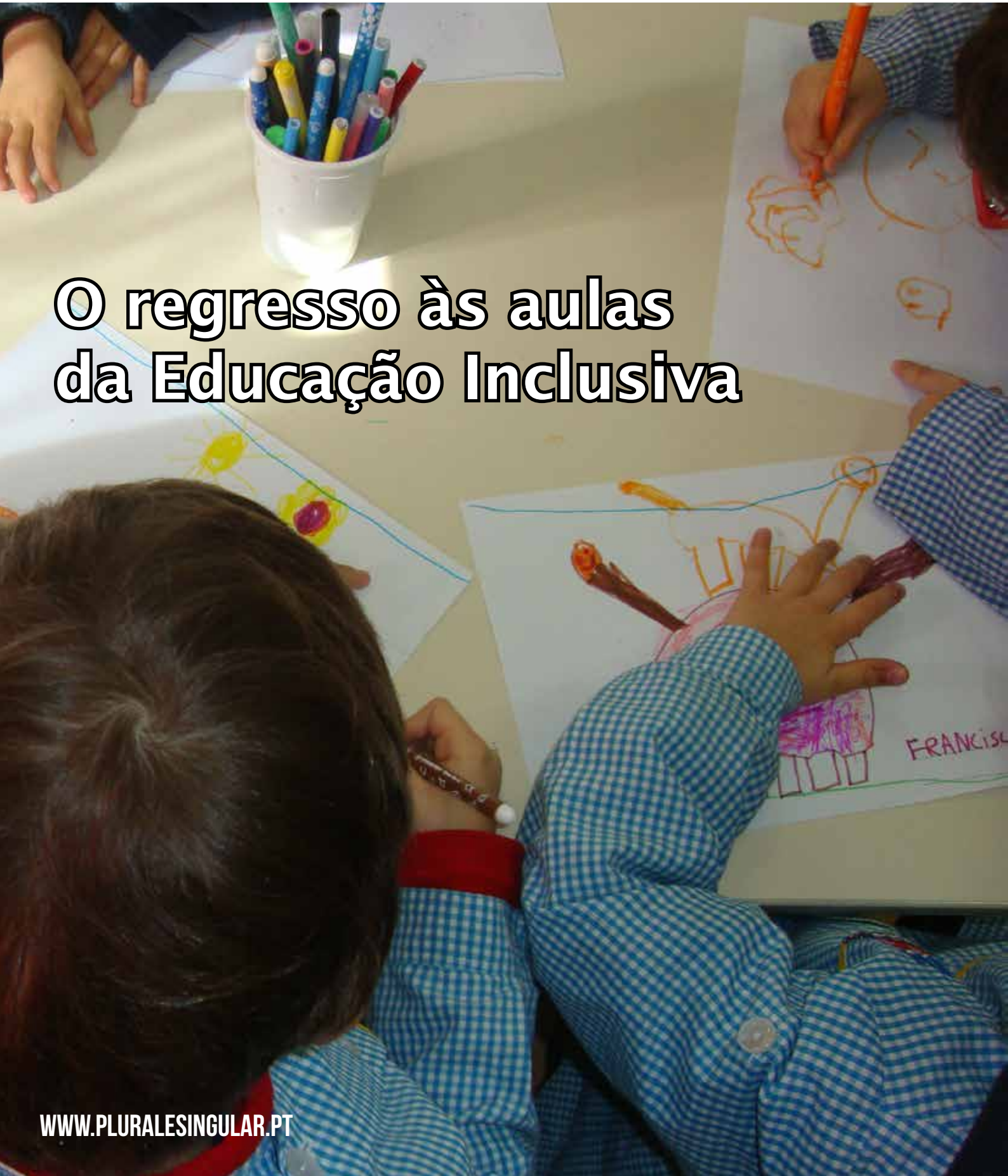
PLURAL SINGULAR

EDIÇÃO 04
SET/OUT/NOV 13

Revista Trimestral Dedicada à Temática da Deficiência



O regresso às aulas da Educação Inclusiva

WWW.PLURALESINGULAR.PT

Os cães e a deficiência: do serviço à terapia

Os mais conhecidos são os cães-guia que auxiliam as pessoas com deficiência visual no seu dia-a-dia. No entanto o universo sobre as ajudas que cães, devidamente educados, podem dar a portadores de deficiência/com necessidades especiais é muito mais vasto. Assim, surgiu a designação de "cães de serviço", uma designação que junta quatro tipos de cães: guia, para surdos, de alerta e de assistência.

O regresso às aulas da Educação inclusiva

"Segregação" e "integração" são dois termos deixados para trás por Portugal no que diz respeito às políticas educativas...Agora caminha-se pelo terreno fértil da inclusão que prevê uma escola onde impera a diversidade. Ainda há muito trabalho pela frente, mas a meta está traçada, rumo à educação inclusiva...

Os múltiplos sentidos de um livro

O programa de pesquisa "MULTISENS: Livros táteis ilustrados e design multissensorial" pretende conseguir, através do livro, o encontro entre o mundo visual e o não visual. Com este projeto é explorada uma nova prática ilustrativa multissensorial...

Boccia – A Modalidade!

Radiografia do boccia nacional, com entrevista à atual selecionadora, Helena Bastos, sem esquecer os atletas lusos e os resultados alcançados no Campeonato Europeu que decorreu em Guimarães, em julho. E o futuro desta modalidade do ponto de vista da maior entidade mundial de boccia? O presidente da BISFed, federação criada em janeiro deste ano, David Hadfield em discurso direto.

Índice

03 **Índice e Editorial**
04 **Notícias**
08 Plural&Singular marca presença na Includit
14 Kika de Castro: a fotógrafa da diversidade
19 **Opinião APD**
19 **Opinião ACAPO**
20 **Opinião Jurista Carlos Iglésias**

Saúde e Bem-estar
22 Os cães e a deficiência: do serviço à terapia
29 **Opinião Ordem dos Médicos**
30 **Opinião APTO**
33 Opinião APF

Capa
37 O regresso às aulas da Educação Inclusiva
52 **Opinião Fernando Fontes**
53 **Opinião Média e Deficiência**

Tecnologia e Inovação
58 Língua Gestual Os múltiplos sentidos de um livro

Retrato
62 18 anos a promover sorrisos e a mudar mentalidades

Desporto
68 2.º Torneio REN de ténis em cadeira de rodas
71 Campeonato do Mundo de Orientação de Precisão 2013
74 E agora? Que futuro para os "bravos" surdos nacionais?
80 Boccia – A Modalidade!
86 Bronze em medalhas, ouro em sorrisos!

Perfil
94 João Lobo, atleta de ténis em cadeira de rodas – O jogador que foi pioneiro em Portugal...

Cultura
100 Fazer, pensar e viver o teatro...
107 **Opinião Josélia Neves**
110 **Sugestão de Leitura**

Lugar
112 AFID Geração, mais um passo em frente
118 **Agenda**

Plural & Singular
121 A Força de Todos no Terreno & Uma resposta positiva: projeto de angariação de assistentes pessoais

A ação não pára!

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção", referiu aquele que é considerado o mais célebre educador brasileiro, Paulo Freire. Ora, no universo da deficiência a palavra, o tema, a missão, "Educação" tem ainda mais significado, provoca ainda mais angústias e levanta ainda mais polémicas e discussões…

No mês em que a maior parte dos alunos portugueses regressam às aulas, a Plural&Singular convida-o a iniciar o ano letivo dando prioridade à leitura, oferecendo-lhe 16 páginas sobre "Educação Inclusiva", uma reflexão, uma análise, o ponto de vista dos principais envolvidos e responsáveis por este tema a nível nacional: Ministério da Educação e Associação Portuguesa de Deficientes, sindicatos e associações de pais, entre outros.

Mas os temas a ler são muitos e, por isso, a leitura tem por onde se prolongar até dezembro, data em que este projeto – a Plural&Singular, Órgão de Comunicação Digital Dedicado à Temática da Deficiência – completa o seu primeiro aniversário, para se dedicar a muitos outros temas espalhados ao longo das 125 páginas desta nossa quarta edição.

E sim! É verdade! Após o lançamento desta quarta revista digital trimestral, entraremos na reta final de um ano cheio, estimulante e frutífero… Mas com a certeza de que os desafios começaram agora e só tendem a aumentar e multiplicarem-se.

Assim, hora de repetir o lema: "Nada sobre vós, sem vós"… Porque o objetivo é dar voz! A ação não pára… Porque a missão é inesgotável… É que TODOS contam!

FICHA TÉCNICA

Sede e redação: Avenida D. João IV, nº 1076, Blc C, 4.º Esq. 4800-534 Guimarães
Tel.: 913 077 505
Email: geral@pluralesingular.pt
Site: www.pluralesingular.pt
Colaboradores: Catarina de Castro Abreu (geral@pluralesingular.pt), Paula Fernandes Teixeira (paulateixeira@pluralesingular.pt), Sofia Pires (sofiapires@pluralesingular.pt)
Publicidade: Tel.: 913 077 505 Email: publicidade@pluralesingular.pt
Webdesign: Pedro Teixeira (jpdteixeira@gmail.com)
Design gráfico: Ricardo Oliveira (oliveira_315@hotmail.com)
Foto de capa: Gentilmente cedida por Fundação AFID Diferença

Concurso de Arte e Criatividade

A Câmara Municipal de Almada (CMA) lançou o Concurso Arte e Criatividade 2013, que é aberto a trabalhos individuais e coletivos de pessoas com necessidades especiais e/ou portadoras de deficiência, sem limites de idade, residentes ou não no concelho de Almada.
Os trabalhos apresentados ao Concurso de Arte e Criatividade, promovido anualmente pela CMA, podem versar os diversos domínios das artes: pintura, desenho, escultura, cerâmica, tapeçaria, barro, madeira, colagens, etc.
Os trabalhos devem ser entregues entre os dias16 e 18 de outubro de 2013, das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 no Fórum Municipal Romeu Correia, Praça da Liberdade, 2800-648 Almada (junto à Praça S. João Baptista)
Os trabalhos premiados bem comoos restantes sujeitos a concurso serão expostos ao público entre os dias 2 e 4 de novembro de 2013 na Oficina de Cultura – Av. D. Nuno Álvares Pereira, 14 M – Almada (frente à Praça S. João Baptista).

Pessoas com deficiência "são prioridade" garante primeiro-ministro

Numa visita, a 22 de julho, à APPACDM de Castelo Branco, o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, disse que as pessoas com deficiência "ao longo de muitos anos foram esquecidos", mas garantiu que estas são "alvo prioritário" da política social do atual Governo.
Esta mensagem foi deixada pelo governante durante uma visita à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Castelo Branco, onde Passos Coelho também aproveitou para elogiar o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).
Na declaração pública feita durante a visita, o primeiro-ministro português referiu que, quando o Governo anuncia gastos em camas de cuidados continuados, isso implica que terá de diminuir despesa noutras áreas, porque "o dinheiro não estica, não dá para tudo", sobretudo "em tempos de restrições" como os atuais. "Precisamos de ter prioridades", acrescentou.
Neste périplo pelo interior de Portugal que acabou no distrito de Castelo Branco, tendo começado em Vila de Rei, Passos Coelho esteve acompanhado pelo ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, e pelo secretário de Estado deste mesmo pelouro, Marco António Costa.
Em Vila de Rei, o primeiro-ministro visitou, ainda, uma unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia e a Fundação João e Fernanda Garcia, uma instituição que apoia cidadãos portadores de deficiência.

Praias acessíveis galardoadas em 2013

Já se encontra já disponível, para consulta e/ou download, a listagem das 179 zonas balneares portuguesas, costeiras e interiores, que, na presente época balnear, foram galardoadas no âmbito do projeto "Praia Acessível, Praia para Todos".
A informação sobre as praias acessíveis encontra-se organizada por concelhos, agrupados por região hidrográfica do território continental (Norte, Centro, Tejo, Alentejo e Algarve) e por região autónoma / ilha, no caso dos arquipélagos dos Açores e Madeira.
http://www.inr.pt/content/1/17/praias-acessiveis

Cadaval assina Contrato Local de Desenvolvimento Social

O Município do Cadaval assinou com o Instituto da Segurança Social e a LeaderOeste - Associação Desenvolvimento Rural o "Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais" que também visa apoiar pessoas com deficiência.
O contrato tem como objetivo promover a inclusão social no concelho, através da promoção da empregabilidade, combate à pobreza, especialmente infantil, e inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade.
Segundo a autarquia, o aumento do desemprego poderá ter tido como consequência o aparecimento de um novo fenómeno no concelho - o aumento da pobreza no âmbito dos agregados familiares e, por consequência, das crianças, considerando-se prioritário o combate à pobreza infantil, a par do desemprego, como um eixo prioritário.
"No diagnóstico social, constatámos o aumento significativo de desempregados e, por outro lado, a necessidade de desenvolvermos o espírito empreendedor e criativo junto de pessoas desempregadas, potenciando desta forma o desenvolvimento económico do concelho», adianta a responsável", refere a vereadora da Ação Social deste Município, Eugénia Correia, conforme nota publicada no site oficial da câmara municipal.
Outro dos enfoques prende-se com a formação dos jovens desempregados, com vista à constituição da sua própria empresa, podendo haver apoios para a fase inicial.
Já segundo o coordenador da LeaderOeste, José Coutinho, o eixo de intervenção destinado à criação de emprego e empreendedorismo centra-se "nos produtos locais, na transformação artesanal e na valorização dos saberes, de forma a tornar o mais tangível possível as atividades visadas". O técnico destacou que "as pessoas, empresas e projetos no terreno poderão ser pontos de dinamização" do projeto.
Nota para a articulação com o GIP – Gabinete de Inserção Profissional e o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional que permitirá potenciar as funções que estão no terreno.

Apresentação do projeto Rotas Sem Barreiras +

No dia 18 de junho, terça-feira, no Centro de Convívio em Ourique, foram apresentados os vários produtos concebidos ao longo do projeto Rotas Sem Barreiras + que pretende proporcionar um turismo sem barreiras, acessível a todos, com vista a minimizar as barreiras de acesso, e permitir a valorização dos recursos e serviços turísticos dos territórios envolvidos - Alentejo Central e Baixo Alentejo, em Porugal e Comarcas de Olivenza e Tentudía, em Espanha.
"Rotas Sem Barreiras" é um projeto transnacional criado em 2004, no âmbito do Programa LEADER+/ Cooperação Transnacional, fruto de uma parceria liderada pela Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, com a ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, e as associações espanholas, CEDECO - Centro de Desarrollo Comarcal de Tentúdia e ADERCO - Asociación de Desarrollo Comarcal de Olivenza.

Restaurantes com ementas em Braille em Guimarães

São dois os restaurantes vimaranenses que dispõem, desde o dia 13 de junho, de uma ementa em Braille: o Condado, na Rua João XXI, junto ao Estádio D. Afonso Henriques e o Cor de Tangerina, no Jardim do Carmo, junto aos Paços dos Duques de Bragança, ficam, assim, acessíveis às pessoas com deficiência visual.
Esta iniciativa responde a uma necessidade evidenciada pelo Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência e resulta da conjugação de esforços entre a Câmara Municipal de Guimarães, os serviços de Turismo e o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial, sedeado na Escola E.B 2,3 Fernando Távora.

Lisboa sem barreiras arquitetónicas em cinco anos

A Câmara de Lisboa aprovou em julho, por unanimidade, a consulta pública do Plano Acessibilidade Pedonal que pretende ter a capital livre de barreiras arquitetónicas até 2018.

Esta proposta foi apresentada em sede de executivo autárquico pelo vereador da mobilidade, Nunes da Silva, o qual explicou que o levantamento feito foi um trabalho que demorou cinco anos a fazer. O objetivo é, garantiu o vereador durante a reunião de câmara, que "Lisboa esteja sem barreiras arquitetónicas dentro de cinco anos".

Os técnicos da autarquia lisboeta detetaram, com este estudo, que mais de 95 mil pessoas residentes nesta cidade têm algum tipo de incapacidade, seja motora, auditiva, visual, ou outra.

A fonte de financiamento para a realização de obras necessárias ao melhoramento da via pública e à eliminação de barreiras arquitetónicas será proveniente do orçamento da autarquia, ainda que os autores deste projeto digam estar à procura de financiamento externo e, talvez, consigam incluir alguma obra no próximo quadro comunitário.

Festival de Vilar de Mouros regressa em 2014 pelas mãos da AMA

O festival de música de Vilar de Mouros regressa entre 31 julho a 3 de agosto de 2014, após oito anos de interregno, passando a ser organizado pela Associação dos Amigos dos Autistas (AMA).

De acordo com a apresentação feita no dia 16 de julho, o festival de música Vilar de Mouros vai regressar pelas mãos de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), num modelo de organização que se prolongará até 2017.

"Quando surgiu em 1971, este festival foi pioneiro em Portugal. Agora, volta a ser pioneiro ao estar associado a uma causa solidária", disse, durante a apresentação, a presidente da Câmara de Caminha, Júlia Paula Costa.

Assim, a organização será assumida através de um acordo entre a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, proprietária dos terrenos onde se realiza o festival, e a Associação dos Amigos dos Autistas.

A AMA é uma IPSS que opera em todo o Alto Minho e que com as verbas angariadas pretende construir o novo edifício multifuncional em Viana do Castelo, reforçando a capacidade de resposta, que já chega a 150 famílias.

Ao que tudo indica este será o primeiro edifício em Portugal pensado de raiz para servir a população com autismo, que terá disponíveis novos recursos e serviços, como um lar-residencial.

Já sobre o regresso do festival de Vilar de Mouros, prevê-se uma ampla seleção de artistas nacionais e internacionais, seguindo uma linha artística que se distinguirá pela variedade de estilos musicais e pela aposta em novas bandas.

"Contratamos um grupo de profissionais com experiência e as bandas vão começar a ser apresentadas a partir de setembro, através de festas que vamos fazer um pouco por todo o país e em Espanha, para desvendar a dinâmica do festival", acrescentou o presidente da AMA, Marco Reis.

Ao cartaz musical serão acrescentadas atividades paralelas: teatro, artesanato, animação, gastronomia, entre outras.

Saiba-se que o primeiro festival de Vilar de Mouros realizou-se em 1971 e contou com a presença de Elton John e Manfred Mann, mas o segundo só aconteceu em 1982, com U2, The Stranglers e Echo & the Bunnymen, entre outros.

Depois de novo interregno - a terceira edição só se realizou em 1996 -, a música fez-se ouvir naquela aldeia, consecutivamente, entre 1999 e 2006.

No verão de 2007, a um mês da sua realização, o festival foi cancelado por decisão da Junta de Freguesia e da promotora PortoEventos, após dificuldades de entendimento entre os vários parceiros envolvidos na organização.

Mas com a AMA, de acordo com a autarca de Caminha, "foram dadas garantias de que uma instituição competente possa dar um cariz solidário ao festival de Vilar de Mouros, que o irá distinguir dos demais festivais de verão, claramente mais comerciais".

Rede de transportes públicos de Faro mais próxima dos cidadãos

"Próximo" é a palavra que dá o mote à nova imagem da rede de transportes públicos da cidade de Faro que conta com muitas novidades ao nível das acessibilidades para pessoas com necessidades especiais.

A rede de transportes urbanos da capital algarvia alargou a oferta de horários e percursos e acrescentou 21 novas viaturas, com rampas de acesso para pessoas de mobilidade reduzida e sinais sonoros emitidos nas paragens, para as pessoas com deficiência visual.

Outra novidade é a nova linha rodoviária que vai ligar o aeroporto de Faro e os hotéis da cidade e Montenegro.

Os circuitos e horários vão ainda passar a estar disponíveis online, algo que ainda não acontecia. Existirão com novos percursos, maior frequência de paragens e horários alargados.

O projeto prevê ainda a aquisição de novos títulos de transporte e a possibilidade de aquisição de um passe combinado com outro operador (Eva Transportes).

A reformulação da rede resulta da celebração de um contrato administrativo de concessão do serviço à empresa PXM - Transportes Rodoviários de Faro, SA.

Numa segunda fase do contrato, está prevista a construção de um novo terminal rodoviário, num espaço contíguo ao atual, no centro da cidade.

Distinções em Macau por darem emprego a pessoas com deficiência

65 empresários e instituições foram premiados por empregarem pessoas com deficiência, em Macau, numa iniciativa do Instituto de Ação Social (IAS) e pela Direção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL).

Esta atribuição de prémios foi instituída em 2005 e premeia entidades empregadoras de pessoas deficientes. A iniciativa realiza-se de dois em dois anos. O objetivo é "contribuir para que o público reconheça a capacidade de trabalho das pessoas com deficiência e os apoie, criando-lhes assim oportunidades iguais às das outras pessoas", conforme refere comunicado sobre o evento.

São vários os setores que serão distinguidos este ano, desde a hotelaria, segurança, administração de propriedades, serviços de limpeza, entretenimento, indústria do jogo, produção, restauração, educação, serviços sociais, meios de comunicação, transporte, agências de emprego, institutos de beleza e serviços públicos.

A Plural&Singular marca presença na Includit

A Plural&Singular rumou a Leiria para participar na Includit - Conferência Internacional para a Inclusão, um evento marcado por sabedoria e arte e alguma emoção…

Fotos: Gentilmente cedidas

Este evento arrancou, na quinta-feira, dia 4 de julho, com o lançamento do livro multi-formato "Silêncio Estrondoso" de Marisa Ferreira e Ana Vale no Moinho do Papel, em Leiria. À noite, foi exibido o filme "Colegas" na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), acompanhado por interpretação em Língua Gestual e audiodescrição ao vivo.

Ótimos prenúncios para o dia seguinte que dava início à reunião científica, promovida pelo projeto IPL (+) INCLUSIVO e a Unidade de Investigação Acessibilidade e Inclusão em Ação (iACT), do IPL., que se propôs discutir assuntos do domínio da inclusão.

A palavra começou por ser do atual presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho e Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Álvaro Laborinho Lúcio, que na comunicação "Inclusão e Direitos – Os uns e os outros" fez uma análise da evolução do conceito de inclusão.

O antigo ministro da Justiça falou da inclusão associada aos conceitos de espaço e de tempo e que pressupõe, atualmente, uma cidadania centrada nos princípios da dignidade e participação ativa na vida pública.

Álvaro Laborinho Lúcio considerou que "a exclusão nega em absoluto a condição humana de dignidade" que por sua vez, quando respeitada encontra o ponto "em que as pessoas são consideradas iguais". Mas iguais "numa sociedade em que o padrão não é a norma, mas sim a diversidade", um conceito muito mais abrangente quando se fala de inclusão. Sublinhou a ideia que a deficiência não está do lado do indivíduo mas sim ligada ao ambiente e que a inclusão assentando numa sociedade de direitos e democrática, por isso, "não deve partir de pessoas com necessidades, mas de pessoas com direitos violados".

Esta comunicação plenária abriu caminho às comunicações paralelas que se seguiram ao ritmo de uma campainha de bicicleta acertada com o relógio que obrigava

ao cumprimento do programa.

Foram apresentadas mais de sete dezenas de comunicações livres, não faltando espaço para a peça de teatro "Como uma Ave ou um Rio". O encerramento contou com um momento musical da Tuna 60+ e da Higiatuna do IPL.

O programa era diversificado e incluiu, ainda, a peça de teatro "O Nada" da CiM – Companhia Integrada Multidisciplinar da associação Vo'Arte, a inauguração da exposição Malta Cool e a visita, no domingo, ao Museu da Comunidade Concelhia da Batalha.

De destacar a comunicação plenária de Nuno Lobo Antunes – "Sem Bússola: Olhar uma sociedade desmoronada" – e a intervenção emocionante da mentora deste projeto e docente do IPL, Josélia Neves, na sessão de encerramento que agradeceu a todos os "botões" que participaram e fizeram a Includit acontecer.

Daniel Oliveira faz "Alta Definição" inclusivo para a Conferência INCLUDiT do IPLeiria

É uma das caras mais conhecidas da estação privada de televisão SIC, Daniel Oliveira é, também, um dos mentores do Projeto IPL(+)INCLUSIVO que culminou, este mês na Conferência Internacional para a Inclusão, a INCLUDIT, do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

Ao abrigo de uma parceria entre a SIC Esperança e o IPL, a equipa da SIC produziu para a INCLUDiT um programa "Alta Definição" especial, "com personalidades que deitam um olhar sobre a diferença, a diversidade, e o respeito pelo outro", conforme descreve nota remetida à Plural&Singular pela organização da INCLUDIT.

"Deste programa, e da parceria que se estabeleceu com a equipa do programa, surgiu um pré-acordo com a SIC para que os programas do 'Alta Definição' sejam legendados, e assim acessíveis, por exemplo, à comunidade surda", acrescenta a mesma nota.

Docente do IPLeiria, Josélia Neves congratula-se com esta iniciativa: "Este e os outros mentores do projeto contribuem para levar a questão da inclusão onde ela tem de chegar, para lá das portas do IPLeiria, para lá da cidade de Leiria, e até mesmo do país", referiu a impulsionadora do IPL(+)INCLUSIVO.

O programa especial do "Alta Definição" pode ser visto no site do IPL(+)INCLUSIVO e no youtube: http://www.youtube.com/user/IPLMaisInclusivo/

Plural&Singular vence prémio "Melhor Poster" na Includit

O poster da Plural&Singular, que esteve afixado durante três dias na Includit - Conferência Internacional para a Inclusão, em Leiria, venceu o prémio "Melhor Poster".

Fazendo uma perspetiva geral do que é o projeto Plural&Singular, partindo das palavras-chave "deficiência", "inclusão" e "media", o poster desenvolvia quatro capítulos principais: "A Plural&Singular" (resumo), "Suportes" (site e revista trimestral), "Conteúdos Editoriais" (referência a reportagens de várias áreas e às colaborações de especialistas e associações) e "1.ª Edição" e "2.ª edição" (breve resumo das edições de estreia do projeto).

Assim, a Plural&Singular – que marcou presença na Includit nos dias 4, 5 e 6 de julho, aproveitando para divulgar o seu projeto, aumentar a sua rede de contactos e recolher conhecimentos, opiniões e sugestões para futuras reportagens e abordagens à área da deficiência – acabou, para grande surpresa dos responsáveis do projeto, por ser presenteada com este prémio que tem um valor monetário de 300 euros, oferta da Caixa Geral de Depósitos de Leiria.

Entre os excertos do resumo do poster da Plural&Singular, podia ler-se: "A 'missão' deste projeto passa por dar voz e informar com qualidade e abrangência, tendo também em perspetiva a solidez e o desenvolvimento sustentado da publicação. Objetivos: a curto/médio prazo, transpor as barreiras das diversas deficiências. Qualidade, rigor, sensibilidade, dedicação, atualidade, interação --> Inclusão! A Plural&Singular arrancou em dezembro de 2012, simbolicamente no dia 3, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Partindo do mote oficial da Disabled Peoples International, 'Nada sobre nós, sem nós', foi 'recriado' o apelo 'Nada sobre vós, sem vós', sendo este o slogan da Plural&Singular, ao qual as promotoras se atrevem a juntar: 'Nada sobre vós, sem vós, dando-vos VOZ'! Porque… A finalidade principal deste projeto é colocar a temática da deficiência na rota da comunicação diária, nacional, lusófona e internacional".

De acordo com o programa fornecido pela organização da Includit, cerca de quatro dezenas de posters foram a concurso. Os critérios de escolha dividiram-se em três vertentes: 50% fruto da avaliação da organização e da comissão organizadora, 20% para a "defesa do projeto" e 30% atribuídos pelos participantes, convidados e visitantes da conferência através de uma votação in loco.

Foram ainda atribuídos outros prémios, nomeadamente a vídeos e fotografias, bem como à apresentação livre "Projeto MULTISENS: pesquisa aplicada ao design de livros multissensoriais para crianças deficientes visuais", da autoria de Dannyelle Valente e Philipe Claudet.

A Includit realizou-se na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

Malta Cool: tudo começou com um sonho…coletivo

Este projeto, cuja exposição foi inaugurada no dia 5 de julho, no Teatro José Lúcio das Silva, em Leiria, no âmbito da Includit - Conferência Internacional para a Inclusão, é o resultado de uma iniciativa de educação para a saúde e cuidados pessoais.
O projeto Malta Cool trabalhou noções de higiene, estética, beleza e moda com jovens com deficiência da OASIS - Organização de Apoio e Solidariedade para a Integração Social , tendo em vista a promoção de um sentido estético e de autoestima.
Os parceiros desta iniciativa - a ANCC – Associação Nacional de Cuidados Corporais, a Holiclínica, a La Redoute, o IPL(+)Inclusivo e a Glowmodels - proporcionaram aos participantes workshops sobre rosto, corpo, mãos, pés e cabelo que, além disso, tiveram oportunidade de aprender a ter uma postura correta, tiveram direito a roupas novas e a uma sessão fotográfica para registar o resultado final desta mudança de visual.
O Malta Cool foi idealizado pela escritora e cronista, Mafalda Ribeiro, que escreve periodicamente para a Plural&Singular, e dirigiu-se a jovens entre os 13 e os 23 anos.

O resultado final esteve em exposição no Teatro José Lúcio das Silva, que foi presenteado com um espetáculo de dança inclusiva. Além disso, este projeto teve o reconhecimento do talento da Edite Rosa, mãe do cliente da Oásis, João Gustavo, que ganhou o 1.º lugar na categoria "Expressão", do concurso "Click pela Inclusão" promovido pelo IPL(+)Inclusivo, no âmbito da Includit - Conferência Internacional para a Inclusão.

ENTREVISTA

Kica de Castro: a fotógrafa da diversidade

Kica de Castro considera que a fotografia - a ferramenta que utiliza em prol da inclusão - é tanto informativa como artística... A fotógrafa brasileira criou uma agência de modelos para pessoas com deficiência porque acredita que a moda anda "à cata" da diversidade e que, por sua vez, a diversidade tem a sua beleza…

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas por Kica de Castro

Plural&Singular (P&S) - Como se define como fotógrafa?
Kica de Castro (KC) - Como profissional, vejo que estou focada na questão da inclusão. Todos os dias procuro melhorar a minha técnica para mostrar que beleza e deficiência não são palavras opostas e ampliar as oportunidades de trabalho para os modelos com deficiência. Vejo que as fotos são uma ferramenta de informação, além da arte.

P&S - Quando é que o seu percurso profissional se cruzou com pessoas com deficiência?
KC - Exatamente em setembro de 2002, quando fui trabalhar como chefe do setor de fotografias num centro de reabilitação para pessoas com deficiência física. Desde então, estou envolvida com a causa e valorizando a beleza que existe em cada um.

P&S - O que mudou em si desde essa altura?
KC - Como ser humano, parei de reclamar da vida e sou grata por tudo que Deus me deu. Aprendi a valorizar cada detalhe da vida. Profissionalmente, foi uma oportunidade de ser empresária e mostrar que a fotografia é uma ferramenta importante para o processo de inclusão da pessoa com deficiência.

P&S - Como é que nasceu a agência Kica de Castro Fotografias?
KC - Montar a agência, foi um processo de muita pesquisa e investimento. Vi que as pessoas queriam uma oportunidade, tinham potencial e não encontravam um caminho, então resolvi dar o passo inicial aqui no Brasil. Quando tive o primeiro contato (com pessoas com deficiência) em 2002, não tinha a menor pretensão de montar a agência. Ao longo dos anos foi algo que foi surgindo e estudei muito para abrir a minha empresa. Eu estava no lugar certo e, com o tempo, a ideia de montar a agência foi surgindo. No começo, na instituição, as fotos eram científicas, para prontuários médicos, não tinha nada de arte. Os registos eram mais focados para a deficiência, o que deixava a pessoa de lado. Isso não fazia bem para os pacientes e nem para mim, pois eu não me estava considerando uma profissional. Muitas pessoas quando entravam no setor, estavam de cabeça baixa, as fotos eram de peças íntimas e, em casos raros, o nu. Muitas pessoas de forma discreta deixavam algumas lágrimas caírem. Quando eu tentava conversar com a pessoa, elas não davam espaço para o diálogo. No começo, achei que não ia aguentar ficar mais que o meu período de experiência, então, numa sexta-feira, final de expediente, fui falar com uma amiga que trabalhava no setor de psicologia adulto. Ela falou que não tinha diferença e que eu tinha que tratar as pessoas como eu tratava os modelos no tempo que eu trabalhava com publicidade - antes de ser fotógrafa, fiz a minha graduação em comunicação social, com ênfase em publicidade e propaganda e trabalhei na área durante cinco anos. Então, no dia seguinte, sábado, não tive dúvidas, levantei cedo e fui comprar algumas coisas para levar para instituição: pente, espelho, gel, estojo de maquiagem, bijuterias e muitas revistas de moda. Levei tudo para instituição e transformei o setor num estúdio fotográfico. As fotos continuaram a ser científicas, mas antes de começar a sessão, eu deixava o paciente ter cinco minutos com a própria vaidade. Com isso, ao invés de lágrimas, já via sorrisos e passei a chamar eles de modelos ao invés de pacientes. Eles começaram a pedir para fazer book para arquivo pessoal, resolvi fazer ali mesmo na instituição, por questões de acessibilidade e o preço era apenas o de custo, pois nessa época, usava equipamentos analógicos. O valor era todo repassado para a instituição, e eu não cobrava a minha mão-de-obra. Vendo que as imagens não tinham

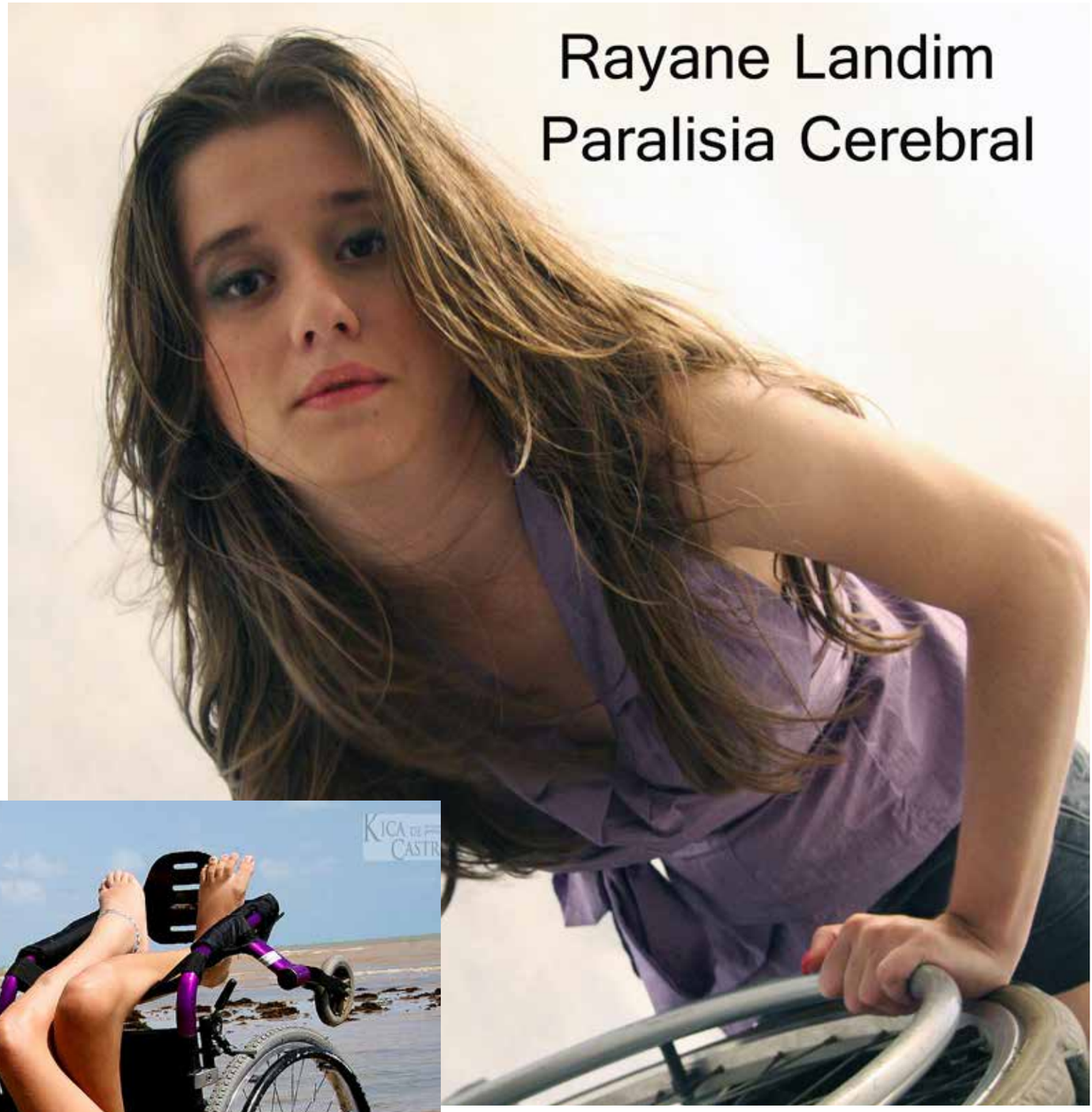
nenhuma manipulação de imagem, por programas de computadores, eles ficaram empolgados e começaram e perguntar se eu tinha conhecimento de oportunidades no mercado de trabalho. Resolvi indicar antigos clientes do tempo de publicitária, mas todas as respostas eram negativas. Vendo que todas as respostam eram negativas, que eles falavam que só eu tinha a visão de ver eles como profissionais, fiz uma pesquisa fui estudar as deficiências e no ano de 2007, larguei o meu emprego fixo e abri a minha agência. Hoje temos em território nacional, 80 profissionais, qualificados para esse mercado de trabalho.

P&S - Como tem corrido até ao momento? Que balanço faz?
KC - Hoje, as oportunidades são bem melhores. Todo o começo é complicado, mas com muito trabalho e dedicação, mostramos que é possível ter esses profissionais incluídos em anúncios publicitários e da moda. Já temos resultados positivos em editoriais, exposições fotográficas e passarelas. Existem muitas coisas que precisam acontecer, o preconceito existe, mas está a diminuir. As acessibilidades aqui no Brasil, são uma luta diária, tanto em barreiras arquitetónicas, transporte, como acessibilidades em comunicação, nos programas de TV e Cinema, falta de áudio descrição, libras (Língua Gestual), legendas…

P&S - As pessoas com deficiência procuram-na? Acreditam que o mundo da moda está aberto para elas?
KC - Muitas pessoas entram em contato com a agência, algumas apenas para book pessoal, outras com deficiência, que têm intenções de seguir carreira. Essas passam por avaliação de perfil, recebem orientações para o mercado de trabalho e, depois de aprovado, divulgamos o perfil do mesmo. A moda percebeu a diversidade, e viu que aqui, no Brasil, estamos a falar de, aproximadamente, 45 milhões de pessoas com alguma deficiência que são consumidoras e as empresas estão apostando nesse público como consumidores. Hoje, no Brasil, já temos estilista que fazem roupas adaptadas para cada necessidade. Exemplo da marca Fator Brasil, que investiu em roupas para pessoas com nanismo.

P&S - O que gostaria de destacar do contacto que tem tido com as pessoas com deficiência – uma história, uma reação, uma frase, um gesto?
KC – Em todos os que chegam até mim e fazem parte do casting, vejo a dedicação com o trabalho, a disciplina e a vontade de ir além do que esperamos. Já foi provado que a beleza não é um padrão, agora estamos na luta de igual para igual. O que gosto muito é da participação no casting, que sempre dá ideias. Exemplo da Márcia Gori, além de modelo da agência, ela é palestrante sobre sexualidade da pessoa com deficiência. Quando estávamos a elaborar um editorial e ela deu a ideia de fazer com uma cobra, não pensei duas vezes, contratamos o Thot, uma píton amarela de três metros, para fazer a campanha de sexualidade juntamente com ela.

A Kica de Castro – Agência de modelos para pessoas com deficiência, com ousadia, responsabilidade e ética, esforça-se por lançar os seus modelos no mercado publicitário para "provar que a beleza e a deficiência física não são duas expressões contraditórias".
Esta agência foi pioneira na inserção de pessoas com deficiência no mundo dos modelos fotográficos.



Ponto S é uma palestra onde Márcia Gori fala de sexualidade e Kica de Castro de sensualidade da pessoa com deficiência. Esta iniciativa pode ser contratada através do seguinte email palestrapontos@gmail.com

P&S - Considera que o seu trabalho é pioneiro a fazer a diferença ou já há projetos semelhantes no Brasil? Como é, em termos de inclusão, o contexto brasileiro, no que diz respeito à moda?
KC - Antes da abertura da agência, não tive nenhum conhecimento de trabalhos semelhantes. Mostrar a beleza, sem usar photoshop e utilizar os aparelhos ortopédicos (cadeira de rodas, muletas, bengalas, prótese...) como acessórios de moda. As agências, ditas "normais", ainda não abriram espaço para esses profissionais, mas creio que é uma questão de tempo, pois todos os dias provamos o potencial desses profissionais. Beleza e deficiência não são palavras opostas e a diversidade está na mira da moda. Os desfiles aos poucos estão incluindo esses profissionais nas passarelas e dando o devido destaque, não para deficiência e sim para o profissionalismo que existe nessas pessoas. Os editoriais de moda estão incluindo com mais frequência esses profissionais e as exposições que a agência faz, constantemente, mostram a sensualidade da pessoa com deficiência. Atualmente estamos com a exposição Ponto S, que mostra a sensualidade da pessoa com deficiência.

Renata Paiva
Amiotrofia Espinhal

Bruno Lopes

«Pontapé de Saída» - Época Desportiva 2013/2014 na APD

Desde a sua fundação em 1972, a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) deu sempre um grande relevo à prática do desporto, enquanto fator de inclusão social, mas não descurando também o aspeto competitivo.
Contudo, se andarmos 40 anos para trás, nada se compara com as próximas épocas desportivas que ai vêm...vão ser de longe as mais difíceis de ultrapassar por toda a austeridade imposta e pela escassez de apoios.
É bem conhecida a importância da prática desportiva, para qualquer pessoa e em qualquer estrato social. Além de prevenir uma série de doenças associadas à obesidade e ao sedentarismo, serve também para poder melhorar a sua condição psicológica.
Todos sabemos que as pessoas têm direito a praticar desporto, é algo essencial para a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Mas infelizmente em Portugal, não existe uma verdadeira cultura desportiva, como existe noutros países da Europa.
Segundo as últimas estatísticas, 10% da população portuguesa tem algum tipo de deficiência. Se apenas 1% destas pessoas praticasse regularmente alguma modalidade desportiva, teríamos 10.000 praticantes a nível nacional.
Por isso, o nosso principal objectivo é poder proporcionar a prática desportiva a mais pessoas.
Vamos tentar captar novos praticantes, visando a captação de mais jovens e elementos do sexo feminino.
Poder alargar o número de modalidades praticadas na APD é um sonho antigo do qual não abdicamos.
Toda a instabilidade económica/social/política, com demasiadas medidas de austeridade, estão a colocar em risco a sobrevivência de centenas de associações e milhares de pessoas com deficiência ficarão sem apoios.
O estrato social mais fragilizado pela austeridade está ligado ao ventilador e estão prestes a cortar a eletricidade...
Mas nós cá estaremos para praticar desporto, nem que seja à luz das candeias...

Graça Gerardo
Vice-Presidente da Direção Nacional da ACAPO

«Olimpíadas do Braille»

Com o surgimento das novas tecnologias muitos julgaram terminada a função para que fora criado o sistema preconizado por Louis Braille há cerca de 200 anos. Acreditava-se então que tudo se resolveria pela audição da gravação de textos ou da sua leitura em voz sintética. Essa não é, porém, a posição da ACAPO que tudo tem feito para mostrar que, apesar de algumas desvantagens que lhe apontam, este sistema, quando corretamente utilizado, constitui um meio fulcral para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência visual. Conhecer e utilizar corretamente o sistema Braille é pois um processo evolutivo e contínuo, tanto melhor alcançável se a ele se dedicar algum empenho pessoal.

Entretanto, para fortalecer esse empenho, para que a aprendizagem do Braille não surja como um estigma ou como mais uma barreira a ultrapassar é necessário que exista de base uma formação docente que permita a abordagem a este sistema de uma forma mais lúdica e de acordo com o escalão etário a que se dirige. O Braille deve, portanto, na nossa opinião, integrar os planos de estudo da formação de professores, nomeadamente os que enveredam pelo ensino especial, para ajudar a que os alunos cegos tenham acesso à leitura e escrita. Com efeito, podemos claramente dizer que a educação de uma criança cega privada do Braille está comprometida. Seria o mesmo que tentar educar uma criança normovisual, sem lhe ensinar a ler ou a escrever, substituindo a leitura e a escrita pela passagem de informações orais, advindo daí todo um conjunto de défice informativo, designadamente ao nível ortográfico.
Justamente para estimular o correto domínio do sistema Braille e criar, entre os seus utilizadores e conhecedores, um espírito de determinação para a sua aprendizagem e utilização constante, a ACAPO decidiu criar em 2011 o concurso «Olimpíadas do Braille». Este concurso destina-se não apenas àqueles que são os utilizadores habituais do sistema Braille, mas também aos que, por necessidade profissional ou interesse pessoal, a ele se dedicam e terá a sua 2.ª edição no próximo dia 19 de outubro de 2013, no Auditório da Estação de Metro do Alto dos Moinhos, em Lisboa. Inscreva-se no nosso site www.acapo.pt entre 16 de setembro e 4 de outubro e venha ajudar-nos a engrandecer o entusiasmo pela utilização do sistema Braille, divulgando os seus benefícios à comunidade em geral.

Carlos Iglésias
Jurista

Lei dos Homens

Nas duas edições anteriores, temos vindo a abordar o enquadramento Constitucional dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais. Nesta edição, não obstante não nos afastarmos de tal desiderato, na medida em que nos iremos ocupar da concretização do disposto no nº 3 do artigo 71º da Lei Fundamental, doravante designada por CRP, iremos aproveitar a circunstância de o Governo ter efetuado, através do Decreto-Lei nº 106/2013, de 30 de julho, a regulamentação da Lei nº 127/99, de 20 de janeiro, alterada pela Lei nº 37/2004, de 13 de agosto, que constitui a Lei das Associações das Pessoas Portadoras de Deficiência, para proceder à análise desta nova regulamentação com incidência nos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais.
Como já havíamos referido na primeira edição, a Lei Constitucional nº 1/97, veio substituir no nº 3 do artigo 71º da CRP a locução Associações pela locução Organizações. Não obstante esta nova formulação constitucional, a Lei nº 127/99, de 20 de agosto, veio operar a concretização daquele preceito constitucional, restringindo, todavia, o apoio dele emergente apenas às Associações, como se alcança do disposto nos seus artigos 1º e 2º . Efetivamente, não obstante a formulação ampla do Texto Constitucional, em princípio, o Legislador Ordinário não estaria impedido de escolher, de entre os vários âmbitos possíveis decorrentes deste Texto, aquele que, no seu entender, melhor prosseguia os fins visados com a proteção das estruturas representativas das Pessoas com Deficiência.
No nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 106/2013, em referência, que regulamenta aquela Lei, o Legislador veio, antes de mais, designar as Organizações das Pessoas com Deficiência como Organizações não Governamentais das Pessoas com Deficiência (ONGPD), exigindo, para além dos requisitos relativos aos fins a prosseguir, que analisaremos infra, dois requisitos essenciais: que a iniciativa da sua criação tenha origem particular e que a sua administração não esteja cometida ao Estado, como decorre do disposto no nº 2 da citada disposição.
Por seu lado, o nº 1 do artigo 2º do citado Decreto-Lei de 2013, sob a epígrafe, natureza jurídica, estas ONGPD são definidas como pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.
Esta distinção, tradicional, encontra suporte legal na contraposição entre as pessoas coletivas em geral, a que se referem os artigo 157º e seguintes e as sociedades civis, a que se referem os artigos 980º e seguintes, todos do Código Civil, extraindo-se da conjugação entre o artigo 157º e 980º do citado Código a conclusão de que as associações, a que se referem os artigos 167º e seguintes do mesmo Código, assumem fim não lucrativo, enquanto as sociedades civis teriam tal escopo. Já as fundações, a que se referem os artigos 185º e seguintes do Código Civil, teriam um fim de interesse social, não havendo uma preocupação do Legislador quanto ao fim, lucrativo, ou não, designadamente do modo como obtêm os proventos para acorrerem à prossecução de tais fins de interesse social.

PLURAL & SINGULAR

PUBLICITE AQUI

(+351) 913 077 505

publicidade@pluralesingular.pt

Av. D. João IV, 1076, Blc C, 4º Esq
4810-534 | Guimarães | Portugal

SAÚDE E BEM-ESTAR

Os cães e a deficiência: do serviço à terapia

Os cães e a deficiência: do serviço à terapia

Os mais conhecidos são os cães-guia que auxiliam as pessoas com deficiência visual no seu dia-a-dia. No entanto o universo sobre as ajudas que cães, devidamente educados, podem dar a portadores de deficiência/com necessidades especiais é muito mais vasto. Assim, surgiu a designação de "cães de serviço", uma designação que junta quatro tipos de cães: guia, para surdos, de alerta e de assistência.

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas pela ANIMAS

Abrir uma gaveta, tocar uma campainha, alcançar uma caneta ou chave caída no chão, transportar uma pasta, são tarefas aparentemente simples. Mas para uma pessoa com deficiência, estas tarefas podem tornar-se verdadeiros desafios ou mesmo barreiras impossíveis. Mas se um portador de necessidades especiais se socorrer de um cão que tenha sido educado para o auxiliar nestas tarefas, aparentemente básicas, a sua rotina fica muito facilitada, como contou, à Plural&Singular, Ana Isabel Magalhães (ver caixa) que tem na Simba, a cadela educada e cedida pela Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social (ANIMAS), a sua "verdadeira sombra".
A Simba é, assim, um "cão de assistência". Quanto aos cães para surdos, estes são cães que auxiliam os deficientes auditivos ao lhes indicarem fontes sonoras. Os "cães de alerta" são cães que avisam as pessoas, por exemplo com epilepsia, da proximidade de ocorrência de um ataque. Os cães-guia estão associados a cegos, dando-lhes indicações em passadeiras, por exemplo, sobre "se está verde" ou "se está vermelho", entre muitos outros aspetos.

A realidade atual em Portugal…
Em Portugal existem associações que educam – "educam" pois este é o termo "ideal", e não "treinam", como explicou, à Plural&Singular, um dos educadores deste tipo de cães, António Neves que trabalha, simultaneamente, com a ANIMAS e com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Sabrosa, Vila Real – cães e os cedem, posteriormente, a pessoas com necessidades especiais.
Os cães não deixam de pertencer à associação que os educou. Exemplo disso é o relato da presidente da ANIMAS, Liliana de Sousa. "Os cães são sempre propriedade da ANIMAS. Um cão destes é um cão extremamente valioso. Para o bem-estar do cão e para preservar o bem-estar do cão é bom que assim seja. Qualquer coisa que ponha em causa esse bem-estar, a ANIMAS apura. Se um utente maltratar o cão, a ANIMAS retira-o", explicou.
A ANIMAS trabalha, para já, com cães de serviço e destinados a surdos. Brevemente, esta associação criada em 2002 e reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social em 2004, quer educar cães de alerta.

No que se refere aos cães-guia, destaque para o papel desempenhado e empenhado, pela Associação Beira Aguieira de Apoio ao Deficiente Visual (ver caixa) que é a mais antiga entidade nacional ligada a esta área.
O cão de serviço é, normalmente um labrador retriever. E porquê? "É um cão com caraterísticas próprias, é um cão que gosta de ir buscar objetos – 'retrivier' quer dizer isso – e um cão que se deixa educar com mais facilidade. É um cão que não é nada agressivo, apesar de ser forte", descreveu Liliana de Sousa.
Já o cão para surdos pode ser de qualquer raça "desde que tenha um temperamento adequado".

O processo de educação de um cão…
A educação de um cão de serviço demora aproximadamente um ano. E é um cão escolhido, logo muito pequenino, na ninhada, por um criador de absoluta confiança da associação. "No caso da ANIMAS, o criador é o Sebastião Castro Lemos da Quinta do Covo que é também o coordenador de instrutores da ANIMAS", entre eles António Neves que sublinha que este tipo de cães é "uma ajuda técnica" e não um "cão de companhia", ainda que reconheça que o "dono" (a pessoa com deficiência) e a "ajuda técnica" (o cão) desenvolvem cumplicidades próprias.
"Os cães são educados para estarem no espaço público como se fossem transparentes. Podem ir para todo o sítio mas sem darem nas vistas porque a sua tarefa é a ajuda ao 'dono'. Aprendem determinadas habilidades, como abrir portas, tocar em campainhas, ligar luzes… O mais difícil de ensinar é o andar na rua sem que se interessem por outros cães, não corram atrás do gato, não se assustem com o camião", contou António Neves.
O processo e o tempo de aprendizagem de um cão de assistência pode ser diferente de cão para cão, ainda que não seja menor de seis meses, podendo estender-se até um ano.
Sobre este processo, Liliana de Sousa, explicou que "um cão nunca deve ser separado da mãe e dos pares antes dos três meses", e que "as crias, após poucos dias de idade, são submetidas a um teste de comportamento que indicia em algumas caraterísticas do futuro comportamento do cachorro". "Isso mostra se é um cachorro dominante ou submisso. Para esta tarefa [de assistência] é importante que seja um cachorro nem dominante nem muito submisso. Tem de ser um cachorro equilibrado", completou.
Após os três meses de idade, o cão vai para uma família de acolhimento. Trata-se de uma família com formação e que vai continuar a sociabilização do cão. Depois, por volta dos sete meses de idade, o cachorro vai para o instrutor, onde permanece até ao ano, dependendo da disponibilidade do instrutor e das caraterísticas do cão. Depois inicia-se o período de "acoplamento".
"Consoante os pedidos que temos e consoante o número de cães que temos em instrução, vamos adequar o cão aos utentes. Os cães têm personalidade e temperamento, tal como as pessoas. Temos de adequar isso às pessoas que também têm temperamento e personalidade. O acoplamento é a fase em que o cão vai adequar-se à pessoa e a pessoa ao cão. O cão vai saber cumprir ordens dadas pelo utente e o utente saber dar ordens ao cão. Promover a ligação afetiva entre estes dois elementos. O cão é sempre da ANIMAS, mas vai ficar atribuído a vida inteira àquela pessoa", descreveu a presidente desta associação que, tal como a escola de Mortágua que se dedica aos cães-guia, opera em todo o país, podendo receber pedidos de qualquer ponto geográfico de Portugal.

O que diz a lei…
Mas ainda existe um grande desconhecimento sobre este serviço. Os cães de assistência são, muitas vezes, confundidos com cães-guia, e os seus "donos" chegam a ter necessidade de explicar que não são cegos e que este cão também pode frequentar os espaços públicos, tal como os cães-guia.
"A ANIMAS tem feito sensibilização, tem participado em programas de televisão e em reportagens…
Mas é o circular na rua que faz com que as pessoas

conheçam melhor as coisas", contou Liliana de Sousa.
Neste momento a ANIMAS tem a circular seis cães de serviço, um número "pequeno" que a dirigente atribui ao desconhecimento das pessoas e às dificuldades económicas das famílias...
"Não há muitos pedidos talvez porque haja desconhecimento, mas também porque o cão é mais um elemento para um agregado familiar. As pessoas que nunca experienciaram os benefícios que o cão pode trazer, tem dúvidas em ter mais um elemento em casa. Quem já vivenciou a companhia e a melhoria de qualidade de vida que um cão de serviço traz, já não quer outra coisa". A ANIMAS conta entregar mais dois cães até ao final deste ano.
Outro aspeto que tem vindo a ajudar a "quebrar" a espiral de desconhecimento foi a legislação. O Decreto-Lei n.º 118/99, de 14 de Abril, falava apenas dos cães-guia, mas em 2007 o Decreto-Lei n.º 74/2007, de 27 de Março, aumentou esta definição para: "permitida a entrada de todos os cães de assistência e de serviço em locais públicos e a exclusão de pagamentos extra para transportes públicos".
"A ANIMAS fez um grande esforço para que a lei fosse modificada. Originalmente a lei dizia apenas cães-guia. Fizemos esforços e fomos apoiados. Hoje a lei obriga a que o utente possa ser acompanhado para todo o lado. O utente mostra a lei e tudo se resolve pacificamente. E quem impedir a entrada a um cão de serviço incorre numa multa que pode ser pesada", descreveu a dirigente associativa.

Os cães para além das tarefas de serviço…
A Plural&Singular conheceu este serviço numa feira dedicada a ajudas técnicas que decorreu na Exponor (Matosinhos), em maio. Mas para além das explicações sobre os cães de serviço, António Neves aproveitou para dar a conhecer outra vertente destes cães: a sua participação em programas de intervenções assistidas por animais.
E assim nasceu uma parceria entre a APPACDM de Sabrosa e a ANIMAS. Os utentes da instituição de Sabrosa, na sua maioria jovens com deficiência intelectual, foram convidados a conviver com os cães da ANIMAS.
"Através dos cães conseguem-se impor uma data de regras. Os utentes sabem que só saem se se portarem bem. E eles gostam e querem e portam-se lindamente. Mas isto não era assim. As pessoas não calculam o trabalho que está aqui. Colocá-los em fila para não passarem à frente uns dos outros, incutindo-lhes disciplina e organização. Explicar-lhes que não podem fazer mal aos cães… Estou a falar de uma associação que está num meio real, onde não existe a mesma cultura em relação aos cães de companhia… E estas acabam por ser práticas que depois conseguimos transpor para as pessoas", contou António Neves.
Por sua vez, Liliana de Sousa explicou que estes "são programas que podem proporcionar momentos lúdicos a pessoas institucionalizadas, como por exemplo terapias assistidas por animais no caso da pessoa envolvida ser um profissional de saúde ou atividades em educação quando, por exemplo, professores achem que o animal pode ser uma mais-valia em contexto escolar".
Certo para ambos é que "crianças que contactam com os cães têm atitudes muito enriquecidas e enriquecedoras", tratando-se assim de uma experiência "muito útil para o seu desenvolvimento".

Mais sobre a ANIMAS
Liliana de Sousa é docente do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto e está ligada à área de comportamento animal. Mas também está muito ligada às ciências de comportamento humano. "Consegui juntar as duas vertentes: humanos e animais", contou, ao explicar o porquê de ter fundado a ANIMAS.
Assim, no que diz respeito à investigação é bom porque Liliana de Sousa pode orientar as variadíssimas teses que surgem neste âmbito: licenciatura, teses de mestrado, de doutoramento, pós-doutoramento…
Por estar ligada aos cães porque é docente na veterinária e ligada aos humanos porque é docente na medicina, também ajuda a promover um dos grandes projetos da ANIMAS: a investigação científica.
"Este tema é muito recente em Portugal, ainda que seja mais comum em outros países. E a opinião de 'eu acho que faz muito bem e é muito útil' não chega. É preciso quantificar as coisas. É preciso saber em que medida é útil e faz bem. A ANIMAS está envolvida em vários projetos de âmbito científico e académico e também em publicações, nomeadamente internacionais", completou a docente.

Eis a Bruna, pacientemente à espera de entrar em ação

Bruna a abrir uma gaveta

Obediência à distância

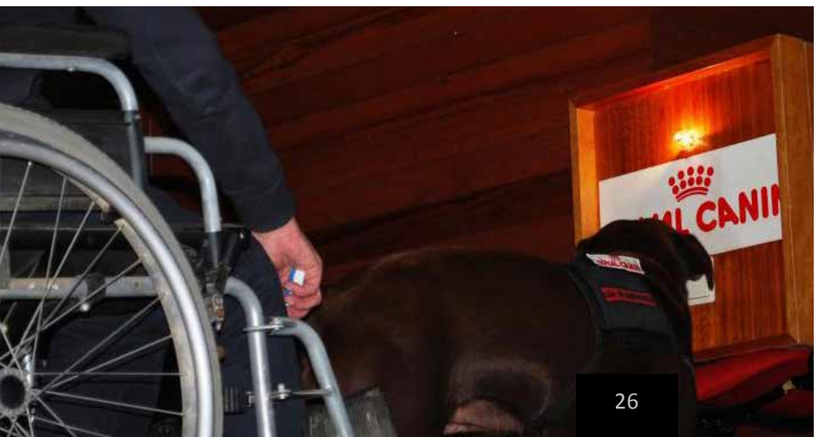
Bruna ajuda a descalçar

E a apanhar uma nota de 5,00 euros do chão

Hora de tirar um objeto da gaveta

Demonstrações realizadas no auditório do Pavilhão da AIMinho – Associação Empresarial, onde responsáveis da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo realizaram a conferência "O cão de Ajuda Social: Um Contributo no Processo Terapêutico e de Reabilitação", em março de 2013. Fotos de Nuno Carvalho

Bruna acede a luz



A transportar uma pasta

A Associação Beira Aguieira de Apoio ao Deficiente Visual
Criada em 2000, a ABAADV é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem por objectivo promover, em cooperação com entidades públicas e privadas, o apoio e a integração social, cultural e profissional do deficiente visual.
O seu âmbito de ação é nacional e esta instituição surgiu como consequência de um projeto comunitário, tendo como principal resposta social a educação de cães-guia para cegos.
A utilização dos cães educados pela ABAADV é gratuita e destina-se a pessoas portadoras de deficiência visual. "Este companheiro [o cão-guia] representa uma nova liberdade", refere o site da associação.
A escola da ABAADV situa-se em Mortágua. As instalações contemplam gabinete técnico, secretaria, gabinete da direção e sala de reuniões, área residencial composta por dois quartos duplos com wc e uma sala com kitchnet, além de uma sala usada para apresentações. Num segundo bloco, encontram-se os canis (seis boxes com parque exterior), uma pequena cozinha, uma sala de armazenamento da ração e uma clínica. O terceiro bloco destina-se à reprodução, contendo dois canis preparados para receber as reprodutoras no momento do parto e onde os cachorros crescem até serem colocados nas famílias de acolhimento.
"Quer praticar uma boa acção ao mesmo tempo que desfruta da companhia de um alegre cachorrinho então seja uma família de acolhimento", começa por apelar a ABAADV no seu site, completando que os interessados terão, em sua casa, "um adorável cachorro de três meses" que aos 14 meses de idade voltará à escola de Mortágua com a missão de "ajudar uma pessoa deficiente visual no seu dia-a-dia, dando-lhe uma maior autonomia e segurança".
A escola garante à família de acolhimento a alimentação e cuidados veterinários necessários ao bom desenvolvimento do cachorro bem como apoio técnico contínuo.

Testemunho da "Ana da Simba"
Mora no Porto, é vice-presidente da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (Ver Plural&Singular na página 121), exactamente por ter esta doença, estudou Direito e atualmente estuda Tradução na Universidade de Aveiro: Ana Isabel Gonçalves tem há oito anos uma cadela de assistência, a Simba, cedida pela ANIMAS.
"É uma ligação de dia e noite, 24 horas. É uma ligação muito forte", contou Ana Isabel Gonçalves, à Plural&Singular, em jeito de testemunho pessoal sobre a sua opção de ser acompanhada e ajudada, no dia-a-dia, por um cão de serviço.
A Ana conheceu a ANIMAS através de um artigo que leu numa revista, há cerca de dez anos Até aí não tinha conhecimento de que existia este serviço em Portugal, mas sabia que em outros países era "comum".
Conta, entre olhares ternurentos trocados com a "sua" cadela, que quem a conheceu depois de passar a "ir para todo, todo, mas mesmo todo o lado" com a Simba, chama-lhe e guarda mesmo no telemóvel o seu contacto como "Ana da Simba", algo que não a surpreende e valoriza porque "de alguma forma dá identidade à cumplicidade criada" entre ambas.
"É interessante ver toda a evolução… Há oito anos atrás, durante o treino, o cão é ensinado para tarefas gerais e depois surge o treino mais específico, já acompanhado pelo 'dono'. Depois o cão visita-nos em contexto domiciliário para conhecer as nossas coisas e a nossa rotina. E houve um período em que a Simba passou um fim-de-semana comigo, mesmo antes da entrega final. Notou-se que ao fim desses dias, se gerou uma ligação. Eu estava a sair e a Simba estava com um olhar fixo. É de valorizar a ligação e a cumplicidade que eles [os cães] geram connosco", descreveu Ana Isabel Gonçalves.
Conforme explicaram os responsáveis da ANIMAS, os cães de serviço são educados para diversas tarefas, como abrir as portas e recolher objetos. No caso da Ana Isabel, conforme a mesma confidenciou, "o simples facto de deixar cair as chaves de casa e a Simba as poder recolher é muito importante porque evita um grande esforço e que tenha de chamar ou esperar por terceiros". É que para a um doente neuromuscular, muitos movimentos são impossíveis ou de grande esforço. "E essa tarefa é simples para ela [para a Simba] e para mim é perfeito", completou.
Além do dia-a-dia mais facilitado, Ana Isabel Gonçalves conta que a sensação de se sentir acompanhada é, também, muito importante: "A Simba é a minha sombra. Eu vou à casa de banho e a Simba senta-se à porta e espera por mim… Eu vou à cozinha, à sala, ao quarto e a Simba está na cozinha, na sala e no quarto. Ela auto-impôs-se a essa disciplina. Claro que ela também tem momentos de brincadeira, mas mesmo quando está em brincadeira, a Simba está em alerta. Ela sabe que é comigo que tem de se ligar".
Com, conforme observou Ana Isabel Gonçalves, uma "qualidade de vida melhorada" desde há oito anos para cá, graças à presença da Simba, a residente no Porto contou que "o cão é sempre um ponto chamativo também e pode despoletar conversas", sendo que, depois, aos "dono" cabe a tarefa de fazer "serviço público diário" porque é preciso explicar o que são os cães de assistência. "Há muito desconhecimento. As pessoas acham que sou cega e tenho um cão-guia. Cada sítio novo que vamos é um desafio", concluiu.

Jorge Caldas, membro da direção do Colégio de Medicina Física e Reabilitação e Maria Inês Taboas, interna da especialidade

Amputação adquirida de membro inferior

A amputação de um membro é uma das deficiências adquiridas mais comuns. As causas mais importantes são a doença vascular arterial periférica, a diabetes, o trauma, tumores e infeções. Em Portugal terão sido realizadas 1600 amputações não traumáticas em 2010 segundo dados da DGS. Em França a incidência é de 0,6/100.000 habitantes, e nos EUA em 2005 existiam 1,6 milhoes de amputados. A incidência de amputações nos membros inferiores está maioritariamente relacionada com a doença arterial e a diabetes (75%) e, por isso, aumenta com a idade sendo que dois terços das amputações ocorrem em indivíduos com mais de 60 anos.
A imagem corporal pode ser definida como um conjunto de informações cutâneas, sensoriais e proprioceptivas que permitem ao córtex a representação espacial do corpo. Na amputação adquirida ocorre uma perda brusca de aferências sensitivas e assim a imagem corporal fica irremediavelmente perdida.
Esta será a consequência major de uma amputação mas inúmeros outros aspetos são alterados no amputado: atividades da vida diária, mobilidade, atividades profissionais e de lazer, integração familiar e social. Por outro lado as consequências psicológicas serão sempre marcantes.
A amputação adquirida é umas das deficiências em que o papel da Reabilitação está bem definido e melhor se pode verificar a importância da intervenção de uma equipa multiprofissional . Com efeito a reabilitação do amputado deverá ser o resultado de um trabalho de equipa constituído por fisiatra, cirurgião, técnico protésico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo e assistente social.
Assim, todos os doentes amputados devem ser avaliados pelo fisiatra ainda durante o internamento e posteriormente ser acompanhados por um Serviço de MFR [Medicina Física e Reabilitação].
A reabilitação do amputado poderá ser dividida em dois períodos, pré e pós protetização, e deve integrar:
- cicatrização da ferida cirúrgica, redução do volume do coto
- avaliação da função dos membros restantes
- avaliação e controle da dor fantasma
- prevenção de contraturas
- fortalecimento muscular dos membros e tronco
- treino transferências, treino equilíbrio em pé unipodálico
- deambulação

A avaliação de comorbilidades que possam contraindicar a protetização, o estudo social e profissional com propostas de alteração de barreiras arquitetónicas no domicílio e de requalificação profissional conforme os casos, e a avaliação e acompanhamento psicológico são ainda parte integrante do programa de reabilitação.
A prescrição protésica em utentes do SNS é habitualmente efetuada pelo médico fisiatra através do sistema de atribuição de produtos de apoio. A prescrição protésica é um compromisso entre a mobilidade-funcionalidade por um lado e a estabilidade–segurança por outro. Existem meios objetivos de avaliação pré e pós protetização e que poderão ser úteis na prescrição de uma prótese. O fisiatra deverá ainda atender à durabilidade previsível dos materiais e ao fator económico. Raramente a solução mais dispendiosa é a mais adequada.
Em Reabilitação, o trabalho em equipa e a motivação do doente são fundamentais para o sucesso do programa delineado.
Se é ou conhece amputados incentive o recurso aos Serviços MFR hospitalares e à inscrição na Associação Portuguesa de AmputadosAndamus.

OPINIÃO

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS

(Des)Condicionar a Acessibilidade

A acessibilidade, definida como um conceito lato, significa a possibilidade de acesso das pessoas ao meio edificado público e privado, devendo ser encarada como uma constante pelas populações em geral e pessoas com mobilidade condicionada. Os profissionais de saúde, nomeadamente o terapeuta ocupacional, têm um papel de relevo da promoção da acessibilidade ao ambiente e às atividades.

A plena integração e participação numa sociedade ativa por pessoas com mobilidade condicionada depende da existência de estruturas urbanas sem barreiras arquitetónicas. Num estado social de direito, esta é uma das condições que deve esta garantida e assegurada a todos os cidadãos que de modo temporário ou permanente se vejam privados das suas capacidades físicas, intelectuais, emocionais, sensoriais ou comunicacionais.

O Decreto-lei 123/97 deu um impulso à regulamentação da acessibilidade aos edifícios e espaços públicos, contudo não surtiu o efeito desejado. Os entraves legais, sociais, económicos e políticos, são impeditivos deste processo de mudança. Terminou no ano de 2004 a data limite prevista por este decreto, para promover as alterações necessárias à eliminação de barreiras arquitetónicas nos edifícios públicos construídos anteriormente a 1997. Após a tomada de consciência da necessidade de intervenção concreta nesta temática bem como da necessidade de nos mantermos a par das diretrizes europeias, surgiu o Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, onde constam as normas técnicas para melhoria da acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada.

A maioria da população tem ideia que as barreiras arquitetónicas são impeditivas para quem se desloca em cadeira de rodas. Enganam-se! Os idosos com bengalas, pessoas com canadianas, mães com carrinhos de bebé, também se deparam com situações de dificuldades de acesso a edifícios ou estruturas públicas. Uma simples porta de um edifício público que abra para o exterior ou uma escada pode ser um entrave à passagem de uma mãe com o carrinho de bebé.

O Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto representa, para toda a sociedade portuguesa, um instrumento fundamental que poderá vir a mudar as mentalidades daqueles que ainda consideram a acessibilidade uma condição de menor dimensão, destinada a uma minoria de cidadãos que não justificam os encargos elevados da mudança. Muitos referem ainda que é arquitetonicamente impossível. É lamentável esta postura. Efetivamente, como Portugueses temos um património histórico a preservar. Sabemos que em edifícios de arquitetura secular não podemos alterar ou danificar estruturas. Temos contudo de implementar alternativas de acesso que permitam à população com mobilidade condicionada aceder ao espaço mantendo as características físicas e arquitetónicas originais deste.

A Terapia Ocupacional pode ajudar as pessoas a realizar as atividades diárias que para elas são importantes, apesar das suas incapacidades. A ocupação em Terapia Ocupacional refere-se a todas as atividades no dia-a-dia das pessoas e que dão sentido às suas vidas. É como ser individual que uma pessoa assume diferentes papéis, podendo estes ser dinâmicos e com diferentes níveis de importância, dependendo do contexto.

Consideramos que para ocorrer um desempenho ocupacional satisfatório temos de ter em conta (entre outras coisas) a interação entre a pessoa e o ambiente onde os diferentes papéis que cada um assume no seu dia-a-dia e o próprio contexto físico onde a pessoa se insere podem tornar-se facilitadores ou inibidores do seu desempenho ocupacional. Se com isto recordarmos que a ocupação e a satisfação da pessoa relativamente ao seu desempenho diário estão intimamente ligadas com a sua saúde, esta área não pode ser descurada de uma abordagem em Terapia Ocupacional.

Posto isto, ao nível da acessibilidade o Terapeuta Ocupacional pode melhorar o desempenho ocupacional das pessoas ao identificar barreiras arquitetónicas existentes e contribuir promovendo a sua eliminação ou minimização. Pode ainda colaborar com instituições particulares ou do poder local promovendo estudos dos equipamentos públicos e das acessibilidades dos mesmos a pessoas com mobilidade condicionada. Desta forma poderá verificar se estão conforme a legislação em vigor e, caso seja necessário, propor as alterações em conformidade com a mesma.

Acima de tudo, cabe a todos nós exigir a aplicação, fiscalização e regulamentação, desta lei, passando a mesma a ser encarada como essencial tal como todas as outras normas de elaboração de projetos arquitetónicos e construções em geral. Como seres vivos somos todos diferentes, devemos contudo promover a igualdade de oportunidade e participação. Só assim teremos uma sociedade equitativa e justa.

Ana Catarina Candeias, Médica Interna de Medicina Geral e Familiar
Andreia Rocha, Fisioterapeuta
Cátia Candeias, Estudante de Fisioterapia

Lesão Obstétrica do Plexo Braquial

Introdução
A lesão obstétrica do plexo braquial (LOPB) é, como o nome indica, uma situação traumática que ocorre durante o parto, ou ainda no espaço intrauterino, e que acomete as estruturas nervosas localizadas entre a coluna cervical e a axila do feto ou do recém-nascido. O plexo braquial é uma estrutura nervosa complexa formada pela união das raízes nervosas da 5.ª vértebra cervical à 1.ª vértebra torácica e responsável pela inervação sensitiva, motora e vegetativa dos membros superiores e da grande maioria dos músculos da cintura escapular (ombro). As consequências que advêm deste tipo de lesão são, por vezes, graves, resultando na paralisia motora e sensitiva do membro superior (uni ou bilateral) do recém-nascido.

Fatores de Risco
Uma revisão da literatura disponível evidencia que a causa mais comum de LOPB é a excessiva tracção lateral da cabeça do bebé relativamente ao ombro durante o período de expulsão. Este afastamento forçado destas duas estruturas (cabeça e ombro) conduz ao estiramento, ruptura e/ou avulsão dos nervos e raízes nervosas, com consequentes danos na inervação do membro superior do recém-nascido (Fig. 1)

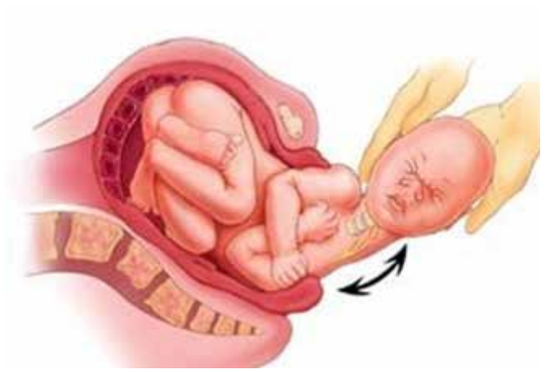


Fig 1. Afastamento da cabeça em relação ao ombro (distócia do ombro) no momento da expulsão. http://brachialplexus.wustl.edu/portuguese/overview0.htm

Contudo, o mau posicionamento do feto durante a vida intrauterina, as contrações exercidas contra o promontório materno e a compressão nervosa causada pelo enrolamento do cordão umbilical estão também entre as causas prováveis de lesão do plexo braquial prévias ao nascimento[1, 2]. Entre os vários factores de risco que aumentam a probabilidade de LOPB, destacamos: parto prolongado, o uso de fórceps e ventosas, a apresentação pélvica do feto, a diabetes gestacional, multiparidade, macrossomia do feto, fractura da clavícula, obesidade e idade materna avançada [2-4].

Epidemiologia
Segundo dados de 2010, recolhidos por Silva et al. no Centro Hospitalar de Coimbra, existe uma prevalência de 0,77 LOBP por 1000 nados-vivos. Contudo, um estudo realizado entre 2005 e 2008 nas Maternidades dos Hospitais Pêro da Covilhã, Amato Lusitano e Sousa Martins [5] revela uma incidência de 5 LOPB por 1000 nados-vivos. Não dispomos, no entanto, de dados oficiais e atualizados relativos ao território nacional.
As lesões do LOPB serão tratadas e acompanhadas por uma equipa multidisciplinar durante os primeiros anos de vida, entre os quais médicos pediatras, fisiatras, neurologistas, ortopedistas, neurocirurgiões, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, entre outros.

Intervenção em Fisioterapia
A intervenção da Fisioterapia deverá também ser iniciada nos primeiros dias após a identificação da lesão. O ensino à família é um aspeto fundamental no processo de reabilitação da criança com LOPB.
Assim que seja identificada a LOPB a família do recém-nascido deverá ser activamente envolvida no processo de reabilitação. Os cuidadores deverão ser instruídos quanto ao posicionamento e transporte do bebé durante a realização das actividades de vida diária (mudança da fralda, alimentação, vestir, dormir,…), para que o membro superior afetado não seja negligenciado, mas sim estimulado. Entre outros aspetos, os pais são instruídos a: nunca deixar o membro afetado oscilar ou ficar pendurado enquanto o bebé está ao colo; posicionar ambos os membros sobre o peito enquanto está a ser alimentado; colocar o membro afetado voltado para cima e rodado para fora, apoiado numa almofada, enquanto o bebé estiver deitado; ao vestir, na troca de roupa deverão começar pelo membro afetado e só depois o membro são e ao despir a ordem deverá ser a inversa; no banho, deverá ser sempre mantido o apoio ao ombro e à omoplata do lado afetado.
Um aspeto importante a evidenciar são as alterações posturais e os défices funcionais que poderão advir de uma LOPB. Um estudo de 2013, levado a cabo por RIDGWAY et al[6]., relata que 97% das crianças com LOPB apresenta algum tipo de défice no controlo postural, salientando a diminuição da transferência de peso para o lado do corpo onde ocorreu a lesão, a assimetria do tronco, alterações de tamanho e posicionamento a grelha costal e da omoplata, alterações do alinhamento pélvico e da marcha. Ao nível do membro superior afectado a LOPB poderá conduzir a luxações do ombro, deformidades intra-articulares, atrasos na ossificação, alterações da cartilagem articular e hipoplasia muscular (diminuição da actividade de formação de tecidos) [7, 8]
Caberá ao fisioterapeuta, articulado com os demais profissionais, desenhar os objetivos terapêuticos que decerto irão incluir actividades que incentivem o membro superior e a preensão palmar e de acordo com a etapa do desenvolvimento neuromotor, assim como atividades que incluam os dois braços de forma a promover a simetria e o controlo postural.
Duma forma holística pretende-se que a criança atinja o máximo de funcionalidade, minimizando as possíveis sequelas e maximizando a qualidade de vida.

Bibliografia
1. Silva, S.e.a., Paralisia do plexo braquial no recem-nascido: experiencia de dez anos numa Maternidade de Apoio Perinatal. Acta Pediatrica, 2010. 41: p. 127-30
2. Okulczyk, k.e.a., BIlateral obstetric brachialplexus injury: a case report. Pediatria Polska, 2013. 88: p. 267-72
3. Shenaq, S.e.a., Current Management of Obstetrical Brachial Plexus Injuries at Texas Children's Hospital Brachial Plexus Center and Baylor College of Medicine. Seminars in Plastic Surgery, 2005. 19: p. 1535-2188
4. Wolf, H., et al., Obstetric brachial plexus injury: risk factors related to recovery. Eur J Obstet Gynecol Reprod Biol, 2000. 88(2): p. 133-8.
5. Maria, P.A., Paralisia Congénita do Plexo Braquial, in Tese de Mestrado Integrado em Medicina. 2010
6. Ridgway, E., et al., Effects from birth brachial plexus injury and postural control. J Pediatr. 162(5): p. 1065-7.
7. Carr-Hyde, R.e.a., "Waiter's tip" (Erb's) plasy: a case report and literatura report and literature review. Clinical Chiropractic, 2003. 6: p. 34-41
8. Bahm, J., et al., Obstetric brachial plexus palsy: treatment strategy, long-term results, and prognosis. Dtsch Arztebl Int, 2009. 106(6): p. 83-90.

Associação Portuguesa de Fisioterapia

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FISIOTERAPEUTAS (APF), é uma associação profissional, fundada em 12 de novembro de 1960, contando com mais de 50 anos de existência.
A Fisioterapia é a terceira maior profissão prestadora de cuidados de saúde não só na Europa como também em Portugal. Existem no momento cerca de 8000 Fisioterapeutas no nosso país, e é espectável que sejam cerca de 10000 em 2015.
A World Health Professions Alliance (WHPA) – organização internacional que representava organismos mundiais de quatro profissões de saúde, - enfermeiros, médicos, dentistas e farmacêuticos - integrou recentemente a fisioterapia através da sua representante mundial, a World Confederation of PhysicalTherapy (WCPT).
A WHPA é, neste momento, a maior e mais poderosa organização mundial para os profissionais de saúde.
Através das suas cinco organizações mundiais representa mais de 600 organizações nacionais filiadas, falando para 26 milhões de profissionais de saúde em mais de 130 países.
O Fisioterapeuta centra-se na análise e avaliação do movimento e da postura, baseadas na estrutura e função do corpo, utilizando modalidades educativas e terapêuticas específicas (Decreto-Lei Nº. 564/99, de 21 de dezembro).
A sua intervenção processa-se numa perspetiva bio-psico-social e tem em vista a obtenção da máxima funcionalidade dos utentes. No seu desempenho, com base numa avaliação sistemática, planeia e executa programas específicos de intervenção, para o que utiliza, entre outros meios, o exercício físico, terapias manipulativas, electroterapia e hidroterapia.Desenvolve ações e colabora em programas no âmbito da promoção e educação para a saúde.
Atua tradicionalmente em hospitais, centros de reabilitação, centros de saúde, estâncias termais, departamentos de saúde ocupacional de empresas, estruturas desportivas, escolas, instituições de ensino especial e instituições de apoio a idosos. A prática veterinária, no tratamento das disfunções do movimento dos animais é ainda outra área de intervenção actualmente em expansão.
Os fisioterapeutas enquanto profissionais de saúde

atuam no âmbito da Promoção da saúde e bem-estar dos indivíduos e do público em geral, da Prevenção das limitações funcionais, incapacidades em indivíduos em risco de comportamentos alterados do movimento, devidos a factores relacionados com saúde, sócio económicos ou de estilo de vida, e têm uma forte atividade de Intervenção, com a aplicação de diferentes técnicas e tecnologias, com o fim de restaurar a integridade dos sistemas corporais essenciais ao movimento, maximizando a função , minimizando a incapacidade e melhorando a qualidade de vida.

O fisioterapeuta atua em condições de saúde que afectam o sistema musculo-esquelético, neurológico, cardiorespiratório, na pediatria, em oncologia, no desporto, nas disfunções vestibulares, e na saúde da mulher.

Todas as lesões dos tecidos moles e do osso, ao estarem directamente associadas com o movimento beneficiam da intervenção da fisioterapia. Citam-se, a título de exemplo as entorses, tendinoses, bursites, raquialgias (dores de costas), ciatalgias, dores musculares, síndrome do túnel cárpico, síndrome quervain, e lesões ósseas, entre outras condições.

Os processos degenerativos ósteo-articulares afetam o normal funcionamento e a mobilidade. Estas condições beneficiam de intervenção de fisioterapia para reduzir a dor, desconforto e dificuldade de movimentos. As condições mais frequentes encontram-se nas artroses, artrites, osteocondrite, artrite reumatóide, espondilite anquilosante, patologias degenerativas, etc.

O sistema nervoso central e periférico representa a estrutura organizacional e de comando do movimento e da função humana. Disfunções nestas estruturas determinam invariavelmente limitação da capacidade funcional e aí, uma vez mais, o fisioterapeuta é o profissional responsável pela elaboração de um programa terapêutico visando a máxima recuperação do controlo do movimento. As condições mais frequentes são o acidente vascular cerebral (AVC – trombose), esclerose múltipla, fibromialgia, neuropatias, ataxias, (alterações equilíbrio, coordenação), doença de Parkinson, traumatismo craniano, paraplegia e tetraplegia, lesões traumáticasdos nervos periféricos, entre outras.

Relativamente ao foro cárdio respiratório, a otimização das funções respiratórias e do coração são condições específicas de saúde que encontram no fisioterapeuta um elemento importante de uma equipa multiprofissional.

As condições de saúde mais relevantes nesta área são as doenças pulmonares obstrutivas crónicas (DPOC)- e restritivas (asma, bronquite, bronquiolites), e as diversas patologias cardíacas.

Acompanhar, promover e orientar o bébé e a criança ao longo das suas etapas de desenvolvimento motor é uma das áreas de atuação do fisioterapeuta. Aqui encontramos várias condições, nomeadamente a luxação congénita da anca, alterações posturais (escolioses), torcicolo congénito, paralisia cerebral, paralisia do plexo braquial, síndrome de down, alterações do desenvolvimento motor, patologia respiratória, etc.

Em traumatologia, as fracturas, traumatismos vertebro medulares (TVM), traumatismos crâneo-encefálicos (TCE), pós-operatórios, etc., determinam a realização de procedimentos médicos e de enfermagem que deverão ser complementados com a intervenção da fisioterapia para uma mais completa recuperação funcional

São muitos os tipos de cancro que afetam a vários níveis o funcionamento de uma pessoa. A intervenção da fisioterapia é determinante para procurar devolver à pessoa os melhores níveis de funcionalidade depois de terem sido realizadas diversos tipos intervenções médicas, nomeadamente mastectomias, lobectomias, linfedemas, pós-operatórios, etc.

O sentido do equilíbrio é fundamental para a realização do movimento, em especial da marcha. Alterações relacionadas com a idade, e outras podem afetar a estabilidade, incluindo a redução da velocidade das respostas de ajustamento automático da posição e da coordenação, podendo originar disfunção vestibular (por vezes a medicação influencia as reacções de equilíbrio) (Skelton e Dinan, 1999). A reabilitação vestibular visa a recuperação do equilíbrio e o alívio das vertigens e nistagmos.

Relevante ainda é a intervenção do fisioterapeuta no espaço físico e contexto de vida das pessoas, facilitando o retorno à participação social dos seus utentes. A avaliação das barreiras arquitetónicas, a avaliação das tecnologias de apoio mais adequadas à função e o treino de competências dos cuidados podem fazer toda a diferença quando se pretende melhorar a qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana.

A atividade do Fisioterapeuta nos vários contextos de atuação - na promoção da saúde, prevenção da doença e incapacidade, tratamento da doença, lesões ou disfunções e reabilitação - é uma realidade cujos benefícios sociais e económicos para os utentes e seus familiares são amplamente reconhecidos.

Marta Figueiredo
Psicóloga Clínica
m.ffigueiredo12@gmail.com

Do «'D' à Eficiência»

Neste artigo de opinião gostaria de abordar um aspeto que me entristece e creio não sentir e considerar sozinha este pensamento. Apesar de estarmos bem (aliás muito bem) representados e até conquistarmos diversos prémios em distintas modalidades, não é divulgado, convenientemente. Creio que não com o mesmo impacto e entusiasmo de outras modalidades. Entre eventos regionais, nacionais e internacionais há um alarido de informação, que julgo relevante mas que deveria ser alargado a outros espetros que podem ser referidos neste momento como negligenciados. Culturalmente temos o pendor para propagar e aceitar a informação dada pelos tablóides comuns que todos os dias ditam as notícias diárias. Apesar disso poderíamos ter acesso mais facilitado a outro tipo de informação, este é um exemplo de uma revista que propaga notícias, informações, curiosidades proeminentes que outrora não tinham um veículo de comunicação, bem hajam.

Nos nossos dias, podemos referir que muito se tem feito neste campo mas ainda não chegamos a todas as pessoas. Desde campanhas de sensibilização e trabalho de muitas instituições/ comunidades, investigadores, jornalistas, famílias, escolas, e pessoas comuns que têm contribuído e invertido esta tendência menos feliz. No entanto há ainda um longo caminho a percorrer e neste aspeto particular somos nós, cada um de nós que marca a diferença; “São determinadas diferenças às quais foram atribuídas significações de desvantagem e que levam os seus portadores a serem desacreditados socialmente” (Omote, 1994). Estas significações e crenças pessoais aumentam a distância e a diferença em como olhamos e percebemos o outro. A relação das pessoas comuns com deficientes prende-se muitas vezes aos seus juízos e à sua inserção na sociedade, reflectindo assim a sua experiência nos outros e nos diferentes, dando aos desiguais um particular significado de desvantagem e de descrédito social.

Este habitual distanciamento muitas vezes não intencional alonga-se no tempo e é possível justificá-lo. É certo afirmar que todos apreendemos, mas não agimos, transtorna e dá trabalho. As diferenças, quer físicas ou psicológicas, sempre atraíram a atenção das pessoas, despertando, por vezes a desconfiança, (…) “além disso, o estudo do modo como as pessoas lidam com certas diferenças podem trazer muita luz à compreensão do funcionamento dessas mesmas pessoas” (Omote, 1994).

A natureza das desigualdades, a sua origem, os modos de funcionamento das pessoas, as reacções das pessoas comuns face a essas diferenças e aos seus portadores, podem partir para a elucidação e perceção, muito poderá ser compreendido acerca do funcionamento das próprias pessoas comuns.”

Recentemente, Portugal foi representado nos jogos Surdoolímpicos por Hugo Passos na modalidade luta greco-romana e ganhou a medalha de ouro. Este é, um dos muitos atletas portugueses que representam o nosso país, lutando por um ideal e que alcançam os seus sonhos; nestas circunstâncias longe de terem o mesmo aglomerado número de patrocínios e apoios que outros atletas comuns obtêm, voam e chegam longe.

Gostaria de apelar a uma reflexão, faz diferença procurarmos e divulgarmos esta informação, (já que ela não chega tão facilmente como a dos jogos de futebol e afins) e contribuirmos para essa difusão de forma directa. É uma forma dos nossos atletas terem apoios, muitas vezes patrocínios e o devido e merecido reconhecimento. A dificuldade será olharmos verdadeiramente a igualdade na diferença, sempre!

CAPA

O regresso às aulas da Educação Inclusiva

"Segregação" e "integração" são dois termos deixados para trás por Portugal no que diz respeito às políticas educativas…Agora caminha-se pelo terreno fértil da inclusão que prevê uma escola onde impera a diversidade. Ainda há muito trabalho pela frente, mas a meta está traçada, rumo à educação inclusiva…

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas

"A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados. (…)Deste modo, a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos" in Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro.

O cenário para o ano letivo de 2013/2014

Escolher a mochila, o estojo e o restante material escolar é a alegria da maioria dos miúdos no começo ou regresso às aulas - estão ansiosos por conhecer ou reencontrar os amiguinhos, por brincar e, acima de tudo, por aprender coisas novas. E esta fase, para os "papás", juntamente com a tarefa de comprar os livros, é um desafio muitas vezes delicado, de "puxar cabelos" até, e, principalmente, dispendioso.

O arranque do ano escolar é uma pequena aventura para a maioria dos pais, mas para os pais de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) esta aventura pode-se transformar numa saga repleta de novos desafios e entraves que obrigam a outro ânimo e capacidade de resiliência.

Entre greves, manifestações de professores e negociações com o Ministério, a verdade é que muito se tem debatido acerca da educação, principalmente no mandato do atual Governo que tem "mexido" imenso com a comunidade educativa, tomando medidas polémicas que têm levantado muita poeira.

De acordo com a presidente da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Ana Sesudo, "as perspetivas são negras" para o ano letivo que começa agora. "As medidas anunciadas apontam para menos investimento na educação, menos professores, menos pessoal não docente, etc", enumera.

A reestruturação educativa de escolas, nomeadamente a agregação de agrupamentos de escolas, as reformas no currículo e na gestão escolar são medidas do Estado que vão ao encontro da "organização da sociedade com base em critérios de gestão eficazes e eficientes, que valorizam a produtividade e a racionalidade económica".

Segundo a dissertação de mestrado "A Educação Especial na esfera pública em Portugal: Análise dos Debates em Torno das Recentes Medidas de Política Educativa", da docente de educação especial na Casa Pia de Lisboa, Isabel Faria, esta racionalização dos recursos educativos também se deve à "recente recessão económico-financeira".

Para o presidente da Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (PIN-ANDEE), David Rodrigues, a crise afetou a educação porque o investimento diminuiu. "E aqui, como sempre são os mais frágeis que são mais afetados. Existe um estudo do Conselho da Europa que aponta para cortes significativos em sistemas de apoio na educação em Portugal", revela.

Mas para a APD a crise não pode servir de desculpa para "concentrar recursos e poupar investimento na educação". Ana Sesudo considera que o desinvestimento no ensino de qualidade e para todos compromete o futuro do país. "Estamos a assistir à colocação de alunos em instituições de ensino segregado e o Estado está a demitir-se da sua função de garante da escola pública de qualidade", acrescenta a presidente da APD.

Apesar de compreender que a posição do Governo é ingrata, a coordenadora do Gabinete de Educação Especial da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), Maria José Salgueiro, acrescenta que já viu o "Estado mais empenhado". "Eu sei que estamos todos em crise, mas quando estamos a falar de crianças é preciso pensar, seriamente, se é dali [Educação] que se deve retirar fundos. Não é fácil lidar com estas situações", sublinha. Também o presidente da CONFAP, Jorge Ascensão, partilha da mesma dúvida e preocupação porque nota que o Governo aproveita todas as "oportunidades de economia financeira com a educação" e que "fazer cortes financeiros não é muito compatível com aquilo que são as necessidades de todas as crianças".

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) faz questão de dar nota que "Portugal é, neste momento, o país da Europa que investe a percentagem mais baixa do PIB na Educação". A sindicalista, Ana Simões, sublinha que "ao contrário da Saúde, o investimento ou o desinvestimento na Educação só terá repercussões daqui a 10, 15, 20 anos".

Quando questionado sobre se o contexto atual político, económico e financeiro influencia na resposta educativa, o diretor geral da educação, do Ministério da Educação e Ciência (MEC), Fernando Reis, responde que "o orçamento do MEC para a área da educação especial tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos, apesar do momento que o país está a viver".

Quer seja bom ou mau sinal, a verdade é que no relatório "Estado da Educação 2012 - Autonomia e Descentralização" sobre o panorama educativo português, o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão do MEC, verifica que o investimento feito na educação em 2012 (6733 milhões de euros) foi praticamente igual ao realizado em 2001 (6729 milhões de euros).

E o diretor geral da educação, em entrevista à Plural&Singular, considerou que a avaliação da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), no acompanhamento que faz às escolas, com o objetivo de assegurar a qualidade das respostas educativas proporcionadas no âmbito da educação especial, é positiva.
"As conclusões constantes no último relatório, referente a 2011/12, que se encontra disponível no site da IGEC, são na sua globalidade bastante animadoras. É claro que ainda há muito trabalho a fazer, mas as fragilidades estão identificadas e todos sabemos exatamente onde é necessário atuar e como. Estamos a trabalhar nesse sentido", garante Fernando Reis.
Do mesmo relatório a presidente da APD destaca a existência de algumas insuficiências, nomeadamente ao nível do equipamento e dos materiais: "Este relatório refere que nas escolas avaliadas, 16,5% não asseguravam a acessibilidade à escola e 23,7% não assegurava a acessibilidade das instalações". Além disso, Ana Sesudo aponta para o incumprimento na redução do número de alunos nas turmas que integram alunos com NEE. "De facto nas escolas avaliadas apenas 50,5% cumpria este requisito", revela.
Também o presidente da PIN-ANDEE, David Rodrigues, diz que, segundo este relatório da IGEC, muitas determinações legais não estão a ser cumpridas. "O problema não é a legislação, o problema é que por vezes nas escolas há 'legisladorezinhos' que entendem melhor o que deve ser feito", acusa.
"Todos os anos a CONFAP recebe pedidos de ajuda e queixas porque as condições não estão a ser respeitadas", concorda Maria José Salgueiro.
A Fenprof considera que este ano letivo começa, "como tem sido prática há alguns anos a esta parte", num clima de incertezas em relação ao futuro dos docentes, dos não docentes, dos alunos, da Escola Pública de qualidade, gratuita, democrática e para todos.
A mesma opinião é partilhada pela APD que admite estar em causa a qualidade do sistema educativo português. "A escola pública está ameaçada" e as funções que devia desempenhar estão a ser "minimizadas até ao limite tolerável numa sociedade que se denomina de democrática".
O MEC defende que não está em causa o desinvestimento na educação e garante que "a Educação inclusiva e de qualidade são os grandes desafios que se mantêm no centro da agenda educativa para o próximo ano letivo".
Fernando Reis diz: "a determinação em prosseguir estes objetivos é uma garantia que podemos dar a todos os pais, professores e alunos".

Os desafios dos pais, dos professores e das escolas

"A Inclusão é sempre um caminho. Não é algo que se tem ou que se é: sempre teremos caminho a fazer para a inclusão sobretudo se olharmos para as opções que são dominantes e prevalentes na nossa sociedade. O facto de termos muito que caminhar não nos deve fazer esmorecer no caminho", afirma David Rodrigues.

E eis que se chega ao cerne da questão: a Educação Inclusiva que é, no fundo, o ponto comum de tudo o que tem sido dito.
A escola inclusiva é já uma realidade ou um longo caminho a percorrer? Segundo o MEC, a meta está traçada e o país está no bom caminho para a atingir…
E a meta é "construir" uma escola para todos, de porta aberta para a diversidade, sem discriminação por razões de deficiência, de cultura ou de género. "A educação inclusiva é, por definição, um processo em permanente evolução, um caminho, que visa dar resposta à diversidade de necessidades de todos os alunos", assume o diretor geral da educação, acrescentando que "a inclusão assenta em dois eixos basilares: acesso e qualidade".
David Rodrigues afirma que "cerca de 95% das crianças com deficiência são educadas em escolas regulares" e, por isso, tal como Fernando Reis, acredita que "a possibilidade de acesso à educação em escolas do ensino regular é neste momento já uma realidade para todos os

alunos, incluindo aqueles que têm necessidades educativas especiais".
Se a questão do acesso é relativamente consensual, para o presidente da PIN-ANDEE a grande questão da educação de alunos com deficiência está no sucesso. "Cada vez que se restringir, limitar e sancionar o sucesso numa estreita faixa de competências, estamos a pôr em causa a possibilidade de legitimar e aceitar percursos escolares que não se ajustam a esta faixa estreita". Quer com isto dizer que é preciso que a aposta colocada na qualidade da educação prestada a estes alunos assegure o direito ao sucesso educativo. Quer com isto dizer que os alunos "especiais" devem poder ter acesso a abordagens pedagógicas individuais e a todos os apoios adicionais que necessitarem. "Na verdade, muitas vezes a escola funciona como se tivesse que reconhecer quem aprende e não aprende em lugar de ensinar todos os alunos", remata.

"
A escola pública é um direito e deve ser pensada para todos e com todos", defende a presidente da APD, Ana Sesudo.

E o MEC para conseguir atingir esta meta convoca as escolas, os encarregados de educação, os professores, os alunos e as próprias instituições, que durante várias décadas proporcionaram o acesso ao ensino e à educação aos alunos com deficiências através das suas escolas de ensino especial, a comprometerem-se no caminho da inclusão.
"A inclusão, como bem se compreende, não pode ser equacionada e confinada ao âmbito da ação exclusiva do MEC, exigindo políticas transversais a vários ministérios. A sua finalidade, em última análise, é a criação de uma sociedade também ela inclusiva", explica o diretor geral da educação. Fernando Reis convoca, por isso, a sociedade civil para esta missão de construir, mais que uma escola, um país e um mundo inclusivos.
Também a coordenadora do Gabinete de Educação Especial da CONFAP acredita que o empenho na criação da escola inclusiva "não tem que só vir do Estado, enquanto Estado que dá dinheiro". "Vem de todos nós, vem da sociedade em geral que se deve empenhar", consente.
Segundo David Rodrigues o "lugar de destaque pela positiva que Portugal ocupa entre os seus parceiros europeus" é sinónimo da política global que os governos têm vindo a apoiar. "Claro que isto não se deve só aos governos mas os governos têm sido apoiantes mais ou menos ativos dos esforços que as escolas e os pais têm vindo a fazer", sublinha.

"
O Estado somos todos nós e somos todos nós que temos que olhar para estas crianças, realmente, de outra forma", realça Maria José Salgueiro.

Com um filho surdo profundo devido a uma meningite e, por isso, ligada há muitos anos ao ensino especial, Maria José Salgueiro não deixa de salientar que "as crianças que cresceram com estes meninos na escola já são crianças diferentes, já são crianças que sabem lidar com os colegas com deficiência e inclusive interagem perfeitamente com eles".
É nesta geração mais inclusiva que reside a esperança de um futuro promissor para todos. Se nos primeiros anos de escolaridade o filho de Maria José, agora com 21 anos, era apelidado de "mouco" e visto como "um macaquinho de circo para fazer Língua Gestual com os outros", agora a realidade é outra e, como já foi dito, a meta está traçada.
No entanto, o caminho é longo, mas como diria Fernando Pessoa "O caminho faz-se caminhando"…e neste percurso, ainda atribulado, David Rodrigues apela a que "as famílias e as escolas se aliem para dar a melhor e mais digna educação a cada criança". "Os pais devem ser chamados a colaborar na planificação e na organização do sistema educativo", concorda Ana Sesudo.

"
A construção de uma escola inclusiva requer, na maioria das vezes, que as escolas se repensem, se redefinem e se reconstruam, do ponto de vista não só das práticas, mas também das políticas de escola e, em especial, da cultura que caracteriza cada comunidade educativa no que se refere aos valores e princípios que valoriza e pelos quais se rege", explica o diretor geral da educação, Fernando Reis.

Relativamente às escolas, Isabel Faria considera que em Portugal há muitos e bons exemplos, mas acusa a falta de uma linha condutora e de coordenação que oriente os conceitos em causa. "Não se pode dizer que a educação especial tem que ser inclusiva porque isso diz no normativo legal, tem que se dar condições para que o seja de facto". Mas mais difícil que isso é mudar a mentalidade das pessoas. Isto porque "há muita gente que está a trabalhar com crianças deficientes sem acreditar que o que está a fazer é certo, mas também há muita gente que nunca pensou trabalhar e sem formação nenhuma que faz das tripas coração e faz coisas maravilhosas", realça Isabel Faria.
E "fazer das tripas coração" é a mesma expressão que Maria José Salgueiro utiliza ao avaliar o compromisso das escolas com a educação inclusiva. "O que vejo é escolas muito empenhadas que fazem das tripas coração por estas crianças e temos outras escolas que não fazem absolutamente nada e despacham estas crianças, dando

o mínimo que é obrigatório de lei ou não cumprem a lei."
Considerando que a falta de profissionalismo não é a regra, é a exceção, de uma forma geral, Fernando Reis congratula a comunidade educativa pelo empenho e dedicação em prol de uma educação inclusiva. "As escolas e os professores estão de parabéns pelas mudanças que têm conseguido introduzir nas suas comunidades educativas".
Ainda assim, as felicitações não espantam os maus exemplos e há muito por fazer e os desafios vão continuar a surgir. O ano letivo de 2013/2014 ainda não começou e a CONFAP já recebeu queixas de pais cujas matrículas dos filhos com NEE na escola de residência foram recusadas. É o caso de "uma criança com deficiência física que lhe foi negada a entrada na escola ao lado de casa", escola essa que se limitou a enviar o processo de matrícula para outra escola.
Maria José Salgueiro da CONFAP acrescenta que "a criança vai ter que ir para uma escola longe e não compreende muito bem porquê que isto acontece": "São crianças com prioridade à frente de qualquer outra criança, esta é uma falha grave na parte do profissionalismo e da sensibilidade até de quem está à frente das escolas".

"
Nenhum estabelecimento de ensino pode rejeitar a matrícula ou inscrição de uma criança ou jovem com base na sua incapacidade ou nas suas necessidades educativas especiais", pode ler-se no Lançamento do Ano Letivo 2013-2014, coordenado pelo IGEC.

À CONFAP preocupa ainda a atribuição dos escalões por parte das escolas apenas porque a redação do despacho do Serviço de Ação Social Escolar, fixado anualmente pelo Governo, é demasiado ambígua. Preocupa a ação social, as ajudas técnicas, a falta de terapias que deviam estar ligadas à educação e às escolas.
"Nós temos muitas crianças a precisar de terapia da fala e os pais têm de pagar a terapia particularmente, mesmo sem condições para o fazer, mas fazem-no pelos filhos", exemplifica Maria José Salgueiro, acrescentando que "são situações que, com a crise à volta, ainda me preocupam mais e sei que vão continuar a surgir".
Isabel Faria considera que o ensino público debate-se muito com a falta de equipas. "Por exemplo, nas escolas públicas na maior parte das vezes há um psicólogo para um agrupamento de escolas que é capaz de ter 1500 crianças. Tem a ver com o facto de haver ou não recursos e quem é que faz a dotação desses recursos", explica a responsável pela tese que analisa os debates em torno das recentes medidas de política educativa".
David Rodrigues, que assume que "a inclusão é cara" e, por isso, é que os serviços são muito insuficientes, avança com outro exemplo: "Há escolas que têm um psicólogo duas horas semanais. O que é isso? O que é hora e meia de psicomotricidade? Precisamos de continuar a investir no apoio porque a crise não nos ajudou a continuar a aprofundar meios que deviam estar nas escolas. Em 1993 a UNESCO dizia que é preciso apostar no direito à educação porque temos tendência a esmorecer no cumprimento dos direitos quando isso fica caro".
Para APD os desafios resumem-se assim…"Os desafios são continuar a lutar por uma escola pública, inclusiva, respeitadora da diferença e que assente na valorização pessoal dos alunos, que respeite as opiniões da comunidade educativa, dos pais e das organizações, que devolva aos professores o reconhecimento social que merecem e devolva a paz às escolas.

A Educação Inclusiva versus a Educação Especial

“ Educação Inclusiva não é um conjunto de documentos legais nem é um novo nome para a integração: é um novo paradigma de escola organizado em conformidade com um conjunto de valores de respeito, solidariedade e qualidade para todos os alunos. É um objetivo aliciante mas muito ambicioso. David Rodrigues

Foi da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, que se realizou em Salamanca, Espanha, em 1994, que lançou a tão “cobiçada” noção de Educação Inclusiva. “Este conceito surge no início dos anos (19)90 e é plasmado pela declaração da UNESCO em Salamanca em 1994”, esclarece o presidente da PIN-ANDEE.
E, desde esta altura, deixou-se de conceber a educação das pessoas com deficiência sem ser numa perspetiva inclusiva. Mas “ainda que inclua os alunos com condições de deficiência, a Educação Inclusiva procura ser mais abrangente e recusar a exclusão, a marginalização e o insucesso de todos os alunos tendo eles ou não uma condição de deficiência”, esclarece.
“A educação inclusiva é uma matéria que deve ser colocada no plano dos direitos humanos”, acrescenta o diretor geral da educação, Fernando Reis. Já que todas as crianças têm o direito fundamental à educação e devem ter a oportunidade de conseguirem e manterem um nível aceitável de aprendizagem. “E a aprendizagem a que nos referimos não diz respeito apenas, mas também em larga medida, às aprendizagens académicas, abarca igualmente o crescimento dos alunos enquanto pessoas que respeitam e valorizam a diversidade, sublinha Fernando Reis.
É aqui que encaixa a noção de diversidade: “Aprendemos melhor quando aprendemos juntos, quando aprendemos com os outros, num contexto plural, os outros que são, todos eles, diferentes de nós”, frisa o diretor geral da educação do MEC.
Este conceito defende, tal como Ana Sesudo explica “que cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, que os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades”.
Além disso, deste encontro ficou também assente que as escolas regulares são o espaço privilegiado para que tudo aconteça. As escolas regulares constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. Além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo”, sustenta Ana Sesudo.
De forma sucinta, David Rodrigues esclarece bem a distinção destes dois conceitos: “a Educação Especial é, em resumo, a forma como se educam os alunos que têm condições de deficiência e a Educação Inclusiva é uma reforma educacional que procura que todos os alunos possam aprender em conjunto”.
“Tradicionalmente, a Educação Especial teve lugar em instituições ‘especiais’, isto é em escolas que juntavam os alunos com tipos semelhantes de deficiência, por exemplo, deficiência mental, motora, auditiva, visual, etc.”, acrescenta David Rodrigues. Enquanto “a educação inclusiva pressupõe que as crianças e jovens frequentem a escola regular da área da residência, estejam em turmas regulares compostas por alunos com e sem deficiência”, conclui Ana Sesudo.
Em direção à inclusão, põe-se de parte a segregação das escolas “especiais” que há cerca de 50 anos começou a ser fortemente criticada. “Estes movimentos fizeram a apologia que fossem dadas aos alunos com deficiência as condições ‘normais’ de educação e desenvolvimento que seriam dadas a todos os outros alunos. Assim surgiu, muito resumidamente, o movimento da ‘integração’ que procurava ‘normalizar’ a educação e a vida dos alunos com deficiência”, desenvolve David Rodrigues.
Hoje fala-se numa educação Especial e Inclusiva para sublinhar que as condições de educação e escolarização que forem encontradas para os alunos com condições de deficiência poderão ser úteis para que a escola se organize para o sucesso de todos os alunos.
“O paradigma imperante do atendimento especializado e segregativo” característica da prática da educação especial em Portugal, conforme Isabel Faria refere na sua dissertação, deu lugar à inclusão que segundo David Rodrigues origina uma rutura com os valores da educação tradicional. É uma mudança de paradigma.
“Do investimento que as sociedades fizeram na educação de qualidade para todos depende a construção de uma sociedade mais justa e democrática onde o preconceito e a exclusão são abolidos e os valores morais e cívicos garantem o respeito pelos cidadãos”, remata a presidente da APD, Ana Sesudo.

As Necessidades Educativas Especiais e a Escola Inclusiva

As escolas regulares são “os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; para além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo”. (UNESCO, 1994, p.9)

O Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro defende um sistema de educação flexível assente no entendimento de que todos alunos têm necessidades educativas, mas considerando que alguns têm mais que outros. Esse alunos – “com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social” - exigem a ativação de apoios especializados para responder às suas necessidades educativas especiais.
São destes alunos que se tem vindo a falar - alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente (NEE) - que devem ser referenciados para beneficiar do disposto no Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro de forma a terem um Programa Educativo Individual (PEI) - um documento dinâmico que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação contínua. As medidas educativas podem passar por apoio pedagógico personalizado, adequações curriculares individuais, adequações no processo de matrícula, adequações no processo de avaliação, currículo específico individual, tecnologias de apoio.
Há ainda os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem - alvo de outras respostas educativas, designadamente Percursos Curriculares Alternativos (PCA), Ensino Vocacional, Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) entre outras – e que não são elegíveis das medidas previstas no Decreto-lei.
“Estes alunos, apesar de estarem enquadrados no âmbito daquilo que nomeamos necessidades educativas especiais, não têm direito à redução de alunos na turma para poderem facilitar e rentabilizar melhor, de alguma forma, o seu trabalho”, destaca Jorge Ascensão da CONFAP que considera este ser mais um exemplo da “oportunidade de economia financeira com a educação” por parte do Estado.
A Fenprof vai mais longe e afirma que este diploma representa um retrocesso no esforço que estava a ser feito em prol da escola inclusiva e, em particular, dos alunos com dificuldades de aprendizagem. “Com este diploma os alunos sem deficiência comprovada (é um número elevado de alunos com hiperatividade, dislexia, deficiência mental ligeira, …) são “abandonados” sem qualquer apoio especializado, estando “diluídos” nas turmas, também elas sem qualquer apoio”.
Tal como para a Fenprof, no entender da APD, “o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro veio introduzir medidas que configuram um grande retrocesso” no processo de aproximação à escola inclusiva representada na Declaração de Salamanca e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Estado português em 2009.
“A limitação do número de alunos considerados como tendo NEE, bem como a concentração dos alunos com deficiência visual, auditiva, multideficiência ou autismo em escolas de referência visou a concentração de meios e, por consequência, a sua diminuição”, refere Ana Sesudo que considera que esta “poupança” colide com o supremo interesse da criança e vai de encontro às turmas de educação especial que existiam anteriormente.
Alem do mais, para a APD o Decreto-lei ainda não clarificou o que são as necessidades educativas especiais e quem está abrangido por este conceito. “O uso da CIF [Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - Ver páginas 47 e 48] para referenciar os alunos criou a maior das confusões e ainda hoje há dúvidas reiteradas quanto à sua aplicabilidade no âmbito da educação”, acrescenta Ana Sesudo.
Há quatro casos específicos de deficiência - a surdez, a cegueira ou baixa visão, a multideficiência e a surdocegueira congénita e perturbações do espectro do autismo - tratados de uma forma específica pelo Decreto-lei.
“Nós temos as escolas de referência para surdos e para cegos e depois temos as unidades de apoio ao autismo e as unidades de apoio à multideficiência”, esclarece a co-

ordenadora do Gabinete de Educação Especial da CONFAP. São os casos que envolvem mais meios técnicos e humanos e, por isso, são mais dispendiosos.
As crianças com multideficiência devem estar nas escolas que têm unidades de apoio à multideficiência, um espaço próprio onde não devem estar mais de seis, sete crianças, sendo que o ideal seria ter uma pessoa adulta para cada uma dessas crianças entre auxiliares e professores. "Os meninos estão integrados nas turmas do [ensino] regular e os meninos do [ensino] regular vêm à sala da unidade, portanto, eles fazem interação, muitas vezes não tanta como seria desejável, mas é preciso ver as especificidades e as necessidades de cada criança", confessa Maria José Salgueiro.

"As escolas de referência estão apetrechadas de recursos humanos e recursos materiais mas são poucas", salienta a coordenadora do Gabinete de Educação Especial da CONFAP.

Maria José Salgueiro não contesta a estratégia do MEC apostar nas escolas de referência porque "é bom ter os recursos todos materiais e não era possível fazer isso em todas as escolas que eram necessárias, mas falha em número, são escassas". Assume que são recursos caros, mas também sublinha que as crianças têm direito a ter essas condições já que "a igualdade é criarem condições para que possam atingir o maior dos seus objetivos, a maior das suas capacidades e para que todas elas possam progredir o máximo possível."
Fernando Reis concorda que "com a educação inclusiva pretende-se consagrar e assegurar o direito à educação para todos, o direito das crianças e jovens com necessidades educativas especiais poderem frequentar a escola do ensino regular, a mesma escola que frequentam os seus irmãos e vizinhos", no entanto a "poupança" nas escolas de referência obriga estes alunos a deslocações que põem em causa "a igualdade de oportunidades" defendida pelo XVII Governo Constitucional na frase de introdução ao Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro.
Porque uma criança que se movimenta duas horas ou três horas de manhã e que sai do seu contexto, da sua comunidade, da sua área de residência para ir para uma escola mais longe, deixa de ter contacto com a família, passa a estar mais isolada dos amiguinhos que tem junto de casa e vê comprometido o tempo de estudo e de descanso que necessita. "Tudo isto são situações que não são verdadeiramente favoráveis à criança, portanto as escolas de referência sim, mas se calhar concelhias era o ideal", reclama a coordenadora do Gabinete de Educação Especial da CONFAP.
"Com o afastamento dos alunos da sua área de residência, o apoio que muitas vezes era prestado pelos pais (ao nível da higiene, alimentação, etc.) tem de ser agora prestado pelo pessoal não docente que, na grande maioria dos casos não tem preparação para tal", explica Ana Sesudo que sublinha a importância da formação adequada do pessoal não docente e dos professores do ensino regular. Há muitos anos que a APD e outras entidades ligadas à área da educação têm reivindicado a introdução de conteúdos específicos relacionados com as NEE na formação inicial e contínua dos docentes.
"Também há outra situação: escolas de referência não podem ter as crianças isoladas, senão não existe inclusão nenhuma e voltamos às escolas especiais" avisa Maria José Salgueiro. Ao que David Rodrigues acrescenta, em jeito de dúvida, "a presença de alunos com deficiência nas escolas tornou-se politicamente correta mas há ainda caminho a fazer. Por exemplo: quão integradas na escola estão as unidades?"
Mas a APD acusa ainda outras deficiências graves nas escolas, nomeadamente no que diz respeito ao número reduzido de professores especializados e a falta de equipas multidisciplinares de apoio aos alunos com NEE, que acompanhem individualmente o aluno, que prestem apoio psicopedagógico e de orientação escolar com vista à inclusão futura destes alunos.
"Nós percebemos todas essas dificuldades, tudo isto são custos acrescidos, mas obviamente quando dizemos que temos uma escola global, que temos uma escola inclusa, temos que fazer esse esforço, o Governo tem que fazer esse esforço: tem que dar prioridade à educação na sua globalidade", acrescenta o presidente da CONFAP.
Maria José Salgueiro não deixa de salientar que é preciso dar condições "a estes meninos de saírem do secundário com alguma perspetiva, seja para a faculdade, porque muitos deles seguem, seja para a profissionalização, seja para os centros de atendimento, quando é o caso".

"A Portaria n.º 275-A/2012, de 11 de setembro constitui mais um gravíssimo retrocesso no processo de inclusão das crianças e jovens com deficiência na escola regular, que Portugal se comprometeu a implementar", considera a APD.

Isto porque, este diploma legal dirigido aos alunos que no ensino básico tiveram um currículo específico individual (CEI), prevê um número mínimo de cinco horas na escola de matrícula ou seja, na escola regular e que 80% do horário letivo, cerca de 20 horas, seja cumprido fora da turma, ou seja, nos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI).
Ora, aqui entra-se no âmbito de outro assunto polémico e que dá pano para mangas. A Plural&Singular só vai levantar um bocadinho o véu. Falar do enquadramento legislativo de transição para a vida adulta é falar da Portaria nº 275-A/2012 de 11 de setembro que regula o ensino secundário de alunos CEI. "O CEI deve ser complementado com o Programa Individual de Transição (PIT) a partir dos 15 anos de idade, de modo a preparar os alunos para a vida pós-escolar", pode ler-se no Lançamento do Ano Letivo 2013-2014, coordenado pelo IGEC. E para muitos este normativo legal é um passo atrás que o Governo dá no caminho da inclusão.
"Neste momento, e não tendo sido preparado o alargamento da escolaridade obrigatória nas escolas secundárias para estes alunos, o MEC remete-os para as instituições, optando pelo caminho imediato mais simples e retrógrado: o da segregação", refere Ana Simões. Para a Fenprof quer o Decreto-lei quer a Portaria afastam a política de educação especial defendida pela Declaração de Salamanca de 1994 e que Portugal seguia até à altura.
"Os sucessivos responsáveis do MEC vêm destruir um trabalho moroso e árduo que foi feito com os alunos com NEE e as suas famílias, com os alunos ditos 'normais' e com as suas famílias, com os docentes do ensino regular e da educação especial e com toda a comunidade educativa e social", acusa.
Segundo o MEC "a ação coordenada das escolas e das instituições de educação especial pretende reunir sinergias de diferentes parceiros", embora não seja obrigatório os alunos frequentarem atividades fora da escola.
"Não pretendendo o Governo dotar as escolas do ensino regular com os meios necessários para que estes alunos possam aí cumprir a escolaridade obrigatória, usou uma forma peculiar que lhe permitirá afirmar que os alunos com deficiência frequentam a escola regular, muito embora passem a maior parte do seu tempo de aulas na escola segregada". Esta Portaria, no entender da APD e de outras entidades ligadas à educação, faz renascer as escolas de ensino especial, que deixam de funcionar apenas como Centros de Recursos e passam a ter uma componente letiva.
"A transição para a vida pós-escolar continua a ser uma grande interrogação dado que não tem sido possível criar as melhores soluções para que os jovens que conseguiram fazer um percurso escolar desemboquem numa ocupação ou profissão", remata David Rodrigues.

CAPA

Aplicabilidade polémica da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF

De acordo com a definição disponível no site do Instituto Nacional para a Reabilitação, "a CIF é um novo sistema de classificação inserido na Família de Classificações Internacionais da OMS (World Health Organization Family of International Classifications - WHO-FIC), constituindo o quadro de referência universal adotado pela OMS para descrever, avaliar e medir a saúde e a incapacidade quer ao nível individual quer ao nível da população".

"Este instrumento, contrariamente a outras classificações da OMS exclusivamente destinadas ao setor da saúde, é suscetível de ser utilizado em diferentes domínios setoriais, direta ou indiretamente relacionados com a funcionalidade e a incapacidade", garante o diretor geral da educação, Fernando Reis.

Destas multifuncionalidades da CIF a educação é uma delas e vai de encontro à intenção primordial da OMS quando cria Classificações Internacionais de Saúde: constituir um modelo com uma linguagem comum e consensual que posteriormente permita a comparação de informação entre regiões e países.

Mas é no consenso que esta classificação falha, pelo menos em Portugal na comunidade educativa há os apoiantes da CIF e os que a rejeitam.

"Em Fevereiro de 2007 o Fórum de Estudos de Educação Inclusiva publicou um documento assinado por docentes de 18 universidades e outras instituições do ensino superior criticando a adoção da CIF para a Educação", revela David Rodrigues. Segundo o presidente da PIN-ANDEE este sistema de classificação serve apenas para "dar uma justificação para excluir alunos do sistema de educação especial".

Para a Fenprof, a CIF ignora a avaliação pedagógica dos docentes. "O facto de uma pessoa ter uma condição de deficiência não significa que tenha NEE e vice-versa, ou seja, as NEE não ocorrem só em pessoas com condições de deficiência. Isto é claramente substituir o modelo pedagógico de intervenção pelo modelo clínico (abandonado há tantos anos)", explica Ana Simões.

Ou seja, a CIF serve para definir o perfil de funcionalidade do aluno auxiliando na determinação das necessidades educativas especiais de caráter permanente adequadas, mas em vez de ser orientador tem sido utilizado pelo MEC, segundo Isabel Faria, como um fator de exclusão na entrada de crianças para o apoio e a educação especial.

"E aí vem restringir imenso crianças com dificuldades de aprendizagem, na leitura, na escrita, na matemática… Muitas das vezes sem terem nenhuma deficiência 'catalogada', não podem ser atendidas o que reduz em muito o número de crianças em educação especial no país, o que reduz em muito o número de professores em educação especial e os recursos financeiros que são necessários para que isso aconteça", explica a docente.

Para Maria José Salgueiro "vai demorar muito tempo para que seja um instrumento aceite por todos", porque foi um sistema de classificação que caiu de paraquedas, sem que os professores tivessem formação para o utilizar. A também vogal do Conselho de Jurisdição e Disciplina da CONFAP diz não ter a competência necessária para falar, mas considera que é melhor utilizar a CIF, apesar de necessitar de uma equipa multidisciplinar, do que avaliar "a olho" como antes se fazia.

"Não é pegar naquilo e medir de qualquer maneira. É perceber o que lá está e tentar fazer uma avaliação bem feita para dar àquela criança aquilo que ela exatamente precisa. Portanto essa será a base da inclusão", defende.

A coordenadora do Gabinete de Educação Especial da CONFAP fala como mãe e, em defesa da CIF, dá um exemplo que se passou na primeira pessoa. Na mudança para o segundo ciclo, o filho foi avaliado, por uma professora, pouco habituada a lidar com crianças surdas, como tendo algum problema intelectual. Encontrar uma psicóloga com domínio da Língua Gestual foi o cabo dos trabalhos, mas o filho de Maria José lá foi avaliado e o resultado foi exatamente o oposto.

"Passados dois anos tornou-se um dos melhores alunos daquela escola. A CIF é útil. Se é ou não o melhor instrumento não posso ser eu a dizê-lo, agora como mãe e representante de pais fico muito mais feliz que realmente haja um instrumento que ajude os professores e os técnicos a avaliar o meu filho", desabafa.

Para Ana Simões, o principal problema reside no facto do MEC exigir que este seja o único instrumento utilizado para referenciar as crianças e jovens para os apoios da educação especial. "Teria muito mais sentido se, na escola, a elegibilidade dos alunos a apoiar pela educação especial assentasse em critérios pedagógicos assumidos por docentes e técnicos" defende a sindicalista da Fenprof.

Apesar de ser de acordo geral que não se pode incluir uma criança nos serviços de Educação especial de "ânimo leve", particularmente, a APD apoia-se na posição da CONFAP para demonstrar que este sistema de classificação não é adequado. "A aplicação da CIF em Portugal, quer na educação, quer na saúde, é sentida como um instrumento inadequado a uma avaliação compreensiva das necessidades educativas dos alunos. O acesso a medidas de apoio, ou a serviços, não deve depender da classificação das incapacidades, mas sim da necessidade que o aluno tem em beneficiar dos apoios", cita Ana Sesudo.

Isto porque, embora se assuma que a CIF representa uma mudança radical de paradigma, do modelo puramente médico para um modelo biopsicossocial, muitos consideram, tal como a APD e a CONFAP, que "a prevalência dos critérios médicos sobre os critérios educacionais deverá ser definitivamente repensada em Portugal, dado que contraria a perspetiva de Ensino Inclusivo e de Necessidades Educativas Especiais".

Por outro lado o MEC diz que "a CIF não classifica pessoas nem tem como objetivo o diagnóstico de doenças ou perturbações, mas sim a descrição da situação de cada pessoa dentro de uma gama de domínios, permitindo identificar o seu perfil de funcionalidade". Ou seja, Fernando Reis concorda com a definição do INR que considera que a CIF "sintetiza o modelo médico e o modelo social numa visão coerente das diferentes perspetivas de saúde: biológica, individual e social".

"Há uma coisa boa na CIF", admite Isabel Faria: "alerta para os fatores do ambiente e, portanto, olhar aquela criança de uma perspetiva mais sistémica, mais holística, ela dentro do seu ambiente" é vantajoso. Ponderar "como é que estes fatores influenciam também a sua atividade: se são barreira, se são facilitadoras". Por outras palavras, procura no meio, no contexto social da criança as justificações para as dificuldades de aprendizagem e falta de estímulo que podem não estar diretamente ligadas com alguma deficiência ou incapacidade em termos intelectuais.

"Com a adopção da CIF passa-se de uma classificação de "consequência das doenças" (versão de 1980) para uma classificação de "componentes da saúde", sendo decisivo o seu papel na consolidação e operacionalização de um novo quadro nocional da funcionalidade, da incapacidade humana e da saúde", pode ler-se no site do INR.

A CIF considera "em simultâneo as incapacidades e potencialidades dos indivíduos e as barreiras existentes no meio" pelo que foi aceite pelas Nações Unidas como uma das suas classificações sociais, considerando-a como o quadro de referência apropriado para a definição de legislações internacionais sobre os direitos humanos, bem como, de legislação nacional", revela o INR no seu site.

No entanto, segundo Isabel Faria "este instrumento foi aplicado sem ter havido grandes estudos, nem haver nenhuma sustentabilidade em termos científicos na área da educação". Mas a docente não é a única a acusar a falta de sustentabilidade científica da CIF. Novamente, a APD encontra na posição da CONFAP as palavras que fundamentam a sua posição.

"A utilização da CIF cinge-se ao processo de classificação, cuja aplicação dos quantificadores fica ao livre arbítrio dos aplicadores, dado não existirem instrumentos de avaliação educacional com correspondência direta aos quantificadores". Ou seja, "não há ainda instrumentos compatíveis com a CIF no campo da educação que possam informar-nos de forma objetiva que aquela criança tem uma ou outra percentagem de deficiência e normalmente os médicos também não nos mandam explicitado, nem os psicólogos, porque os seus próprios instrumentos também não estão compatíveis", acrescenta Isabel Faria.

Há uma grande ambiguidade nos critérios e, por isso, é questionado pela comunidade educativa, o rigor científico deste sistema de classificação. O MEC avança em defesa deste instrumento: "questionar o rigor científico da CIF é questionar o rigor científico da Organização Mundial de Saúde".

A docente de educação especial que recentemente elaborou a tese "A Educação Especial na esfera pública em Portugal: Análise dos Debates em Torno das Recentes Medidas de Política Educativa" sugere alternativas de avaliação sugeridas pelo professor Luís de Miranda Correia. "Na literatura dele ele aponta algumas formas de avaliar as crianças de uma maneira mais ligada à forma como os docentes estão no terreno do que propriamente pegar neste instrumento, que até se podiam aproveitar coisas boas dele e serem aplicadas, mas não pode ser dessa forma, não se pode chegar e impor, não testar, não é validado cientificamente, pelo menos pelos grandes teóricos portugueses", considera Isabel Faria.

"Hoje a CIF não vive, arrasta-se por falta de vitalidade e de pertinência. A CIF é um falhanço na sua utilização educacional e a prova é não ter merecido a simpatia de qualquer país para a sua adoção. Isto fomos tristemente pioneiros", conclui David Rodrigues.

O sistema de classificação da CIF é constituído por três componentes: as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções psicológicas ou da mente) e estruturas do corpo, ou seja as partes anatómicas do corpo, tais como, órgãos, membros e seus componentes; as atividades e participação, ou seja, as limitações da execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo e as restrições do envolvimento de um indivíduo numa situação da vida real; os fatores ambientais constituem o ambiente físico, social e atitudinal em que as pessoas vivem e conduzem sua vida.

Legislação

A **Constituição da República Portuguesa (desde 1976)** consagra, no seu art. 71º, que "os cidadãos física ou mentalmente deficientes gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição (...)".

A **Lei de Bases do Sistema Educativo (1986)** determina que a educação especial se organize "preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino (...)" (art. 18º .1)

A **Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (1989)** impõe a adopção de "medidas de integração progressiva dos alunos de ensino especial no sistema normal de ensino" (art. 9º .2).

A **Declaração de Salamanca (1994)**, de que o Estado Português é um dos subscritores, assumiu, no plano internacional, esta filosofia inclusiva ao afirmar como princípio educativo fundamental o acesso das crianças e jovens com necessidades educativas especiais às escolas regulares, que a elas se devem adequar, como "os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias criando comunidades abertas e solidárias."

O **Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro,** e respetivas alterações, define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Fonte: FENPROF

O caminho percorrido e o que falta percorrer…

Segundo Hallahan & Kaufmaun (1997 cit. in Correia, 2008) entre 10 a 12% dos alunos em idade escolar têm Necessidades Educativas Especiais (NEE), dos quais 48% têm Dificuldades de Aprendizagem Específicas (DAE), sendo estas dislexia, disortografia, discalculia e disgrafia.

In Inclusão de crianças com Dificuldades de Aprendizagem Específicas em contexto de sala de aula (PT) de Cátia Sacadura do CADIn - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil

Os temas mais debatidos no âmbito da educação inclusiva prendem-se com os conceitos de NEE, educação especial e educação inclusiva, a CIF, da Organização Mundial de Saúde como instrumento de elegibilidade dos alunos com NEE, o perfil dos docentes de educação especial, o papel dos professores no ensino regular e a dotação dos recursos financeiros.
Reflete-se, teoriza-se, pratica-se, discute-se, protesta-se muito em Portugal sobre estas questões e muitas mais relacionadas com a educação. E este é o motor que tem dado força para o caminho, é esta a energia que tem feito Portugal avançar em direção à meta: a educação inclusiva.
"Tem-se tentado por fazer o máximo por incluir as crianças, criando condições para que elas estejam incluídas", considera Isabel Faria.
É certo para todos que houve uma grande evolução em termos de educação das pessoas com deficiência. "O facto de estarmos a analisar se a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares está a ser bem ou mal conseguida, é a demonstração inequívoca do grande avanço que a política da deficiência sofreu nas últimas décadas", admite Ana Sesudo.
Mas admitir que a situação já foi pior, não quer dizer que atualmente seja boa. Para Maria José Salgueiro é só uma questão de compromisso. "Nós somos um país muito inovador em relação a estas crianças, fomos dos primeiros países a assinar o Tratado de Salamanca, fomos o quinto ou sexto país do mundo a colocar na constituição a Língua Gestual Portuguesa como língua oficial, nós somos um país que sempre assinou todos os tratados, portanto, nós temos que nos empenhar ainda mais", considera.
A concretização da escola inclusiva implica recursos humanos, físicos e materiais que não têm sido disponibilizados na totalidade, mas a mudança de atitude e mentalidade da sociedade como um todo é, para os que defendem esta reforma educativa com unhas e dentes, a tarefa mais difícil de concretizar.

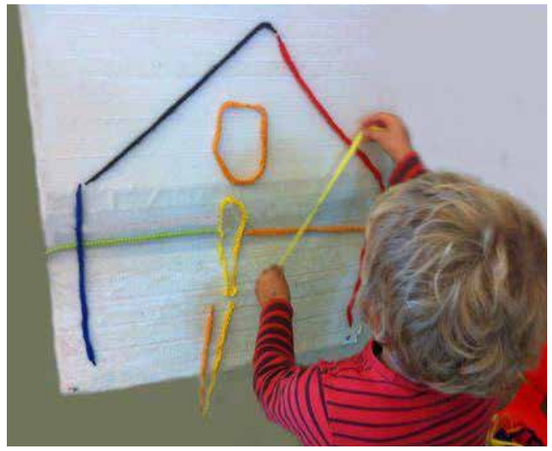
"É neste panorama que se aprovam normativos legais que, para alguns são formas ideais de racionalizar os meios e atingir os mesmos fins, quando para outros são meramente artifícios economicistas do Estado", explica a professora de Educação Especial na Casa Pia de Lisboa, Isabel Faria.

Ainda assim, a APD considera que de uma forma global, Portugal tem uma "boa legislação no que respeita às pessoas com deficiência", mas falha "na aplicação objetiva dos seus princípios". "A prática, essa, é uma lástima", lamenta Ana Sesudo e, por isso, aponta sugestões de alterações à legislação vigente [Ver caixa].
"As respostas educativas no terreno precisam de ser reavaliadas e discutidas: as unidades, os CRI's, as escolas de referência, etc. Tudo beneficiaria com uma avaliação e reorientação", salienta David Rodrigues.

"A educação está intimamente ligada com o desenvolvimento de valores e princípios de solidariedade e cidadania, com o desenvolvimento social e económico das sociedades. Para as pessoas com deficiência, como para todos os cidadãos, a educação constitui o primeiro passo para a inclusão social, a autonomia e a promoção da autoestima", defende Ana Sesudo.

O Decreto-lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro prevê que os alunos com NEE possam beneficiar de adequações na avaliação, designadamente ao nível da alteração do tipo de prova (em braille, ampliada, em formato digital, de resposta fechada, com destaque de palavras-chave, etc.) ou outras condições de avaliação (mais tempo para a realização da prova, realização da prova em sala à parte, adequações na classificação, resposta oral do aluno escrita pelo professor, entre outras). A aplicação dessas adequações exige que as mesmas sejam devidamente explicitadas e fundamentadas no PEI do aluno.

CAPA



A APD entende que a atual legislação tem de ser alterada e por isso propõe medidas concretas visando uma escola pública inclusiva e de qualidade:

1. A política de educação inclusiva e de qualidade tem de ser planeada com a participação da comunidade educativa, os pais, as organizações não-governamentais e os peritos, através da partilha de saberes no processo de inclusão;

2. Valorizar o processo de aprendizagem, relevando a interação e aprendizagem mútuas;

3. Diminuir a elevada concentração de alunos por escola, pela influência negativa que tem no processo de inclusão e aprendizagem;

4. Garantir a criação das equipas multidisciplinares;
5. Adaptar os currículos de acordo com os ritmos, capacidades e necessidades dos alunos;

6. Assegurar o investimento na formação inicial e contínua dos professores do ensino regular e dos professores especializados, educadores e auxiliares de educação;

7. Garantir que os alunos com NEE permaneçam na comunidade educativa da sua área de residência, assegurando o apoio centrado na sala de aula;

8. Adotar medidas sistematizadoras e clarificadoras de intervenção educativa precoce tendo como base o apoio à família e a modificação dos ambientes de aprendizagem para que a criança possa beneficiar de uma educação apropriada às suas capacidades e necessidades;

9. Assegurar a autonomia das escolas e dos meios necessários para adaptações permanentes que permitam a inclusão;

10. Apoiar a investigação, recolha, tratamento e divulgação dos dados;

11. Garantir a interação da comunidade.

A Inclusão não é fácil de aplicar porque implica muitas mudanças da escola. "A Inclusão pressupõe, em grande resumo três aspetos: mudança de paradigma, recursos e formação", enumera David Rodrigues. Embora difícil, não deixa de ser possível: "O futuro é a nossa esperança e a nossa espetativa", conclui.
Um dia, as preocupações dos pais das crianças com NEE estarão confinadas à escolha do material escolar para os filhos. Estes papás poderão desfrutar das vivências escolares dos filhos sem angústias nem apreensões e vê-los crescer e evoluir, ter amiguinhos e todos os cuidados que precisam.
Um dia, os professores de crianças com NEE vão ter todas as condições que necessitam para "pôr a descoberto" o que de melhor estas crianças têm. Porque já dizia Gandhi "Que livro melhor que o livro da humanidade?" De ver as potencialidades desabrocharem e terem todas as condições necessárias para fazerem essa descoberta.
Um dia, todas as escolas terão a porta aberta à diversidade e a sociedade civil não vai tolerar as desigualdades nem arranjar desculpas para não lutar por um mundo melhor.
Este dia não ter que ficar confinado ao futuro longínquo se a mudança começar agora. É na educação que ela reside, ela é "a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo", não é Nelson Mandela? Ela "nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido", não é Arthur Lewis?
A APD ajuda a ganhar ânimo: "O futuro depende de nós, da nossa capacidade e vontade de construir uma sociedade de todos e para todos. Se nos mobilizarmos é possível. Cremos que o povo português vai saber reagir a esta tentativa de desmantelar o que estávamos a construir para alcançarmos uma sociedade mais justa e mais solidária".
Então se todos acreditam no poder da educação, sabendo que é nela que reside a esperança de um mundo melhor, é preciso acarinhá-la porque afinal a meta já está traçada… por isso, só falta continuar a meter mãos à obra e pés ao caminho… rumo à Educação Inclusiva.

"A inclusão chega à escola quando se assume que o respeito e a igualdade pelas diferenças devem ser tratados "a montante", isto é, fazer parte de um património de cada pessoa e não ser só fruto de uma regulação social".

David Rodrigues

Fernando Fontes
Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra
fernando@ces.uc.pt

Rompendo o silêncio: violência e crimes de ódio sobre pessoas com deficiência em Portugal

Comparativamente à população em geral, as pessoas com deficiência apresentam maior risco e incidência de vitimização de violência (Roulstone et al, 2011; UE, 2011), com especial destaque para mulheres e pessoas com dificuldades de aprendizagem, em meio familiar e/ou institucional (OPM, 2009; INR, 2010). No entanto, no contexto nacional, apesar do recente investimento em programas de prevenção da violência (CIG, 2008), regista-se uma ausência de investigação e intervenção no campo dos crimes de ódio (INR, 2010). Acresce a inexistência de dados que permitam conhecer a acumulação de factores de discriminação, condicionando uma análise interseccional da violência direccionada a pessoas com deficiência (OPM, 2009).

Os dados oficiais existentes são muito escassos, quer ao nível de relatórios oficiais quer de estudos recentes desta realidade. Trata-se, portanto, de uma realidade socialmente invisibilizada. A minha análise de um observatório de imprensa do jornal Correio da Manhã entre 2006 e 2012, não obstante a sua falta de representatividade, poderá servir de barómetro desta realidade em Portugal. Tal como me foi possível observar a maioria das vítimas são raparigas e jovens mulheres com deficiência, 60% dos casos referiam-se a mulheres com menos de 29 anos, sendo que destas 37% tinham idades inferiores a 20 anos, e possuíam uma incapacidade cognitiva ou uma dificuldade de aprendizagem. A violência sexual (violação e abuso sexual) lidera a lista de crimes cometidos contra as pessoas com deficiência contabilizando cerca de 50% do total de crimes, seguida da violência física. Não obstante a alta incidência destes tipos de crime para ambos os sexos, uma análise comparativa com base no género da vítima permite concluir que as raparigas e mulheres são as principais vítimas sobretudo dos crimes de violência sexual. Estes dados corroboram outros estudos internacionais e programas da ONU que estimam que as mulheres e raparigas com deficiência têm uma probabilidade três vezes superior à dos homens com deficiências de experienciar violência física e sexual. Tal como a análise também demonstra, cerca de 48% dos crimes prolongam-se temporalmente (de alguns meses a vários anos), especialmente nos casos de violação e abuso sexual. Tal como a literatura internacional tem igualmente evidenciado, a maioria dos abusadores são pessoas conhecidas das vítimas. Desta análise ressalta que cerca de 75% dos crimes são cometidos por pessoas conhecidas, com especial destaque para elementos da própria família (36% dos casos), funcionários das instituições frequentadas pelas pessoas com deficiência (12%), membros da comunidade (10%) e vizinhos (8%). Os abusadores são em 90% dos casos do sexo masculino com idades muito variáveis, sendo que em 50% dos casos têm entre 30 e 60 anos. Os dados referentes a medidas de coacção e aos resultados do processo são muito reduzidos todavia alertam-nos para algumas falhas do sistema legal nacional.

A proteção jurídica das pessoas com deficiência em Portugal provém de quatro fontes essenciais. O artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, que define no seu número 1 que "Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.". Mais recentemente em resultado de processos mais amplos de modernização e europeização, e inquietações do Movimento de Pessoas com Deficiência (Fontes, 2011), foi aprovada a Lei Anti-Discriminação em Razão de Deficiência (Lei 46/2006) e ratificada a Convenção da ONU (ONU, 2006). Estes documentos têm tido todavia um impacto muito limitado na proteção das pessoas com deficiência em Portugal, uma vez que no caso da Constituição este artigo foi incapaz de eliminar uma ideologia deficientizadora ancorada ao longo de décadas e séculos que comprometeu muitas das políticas de deficiência aprovadas em Portugal nas últimas três décadas. O impacto da Lei 46/2006 tem sido também muito limitado como demonstram os relatórios anuais apresentados pelo INR que evidenciam um reduzido número de queixas apresentadas, bem como o seu decréscimo ao longo do tempo.

Uma última fonte de proteção é o Código Penal Português onde algumas penas são agravadas no caso de se tratar de uma pessoa com deficiência ou este facto poderá ser considerado pelo/a juiz/a como sinal de maior perversidade ou gravidade do crime. Esta proteção baseia-se, todavia, na ideia de vulnerabilidade da pessoa com deficiência Esta protecção é, contudo, ilusória como pude comprovar nalgumas das medidas de coacção e sentenças a que tive acesso através do observatório de imprensa. Em primeiro lugar assinalo o facto de na maioria dos casos os testemunhos das vítimas não serem suficientes para garantir a aplicação de medidas de coação mais severas ou a condenação do/a agressor/a, uma vez que são consideradas testemunhas não fiáveis. Em segundo lugar identifico uma dupla vitimização das pessoas com deficiências, quer através de avaliações discricionárias por parte dos/as magistrados/as das capacidades das vítimas para resistir aos abusos, sem terem em consideração as relações de poder existentes ou a dependência económica das vítimas face às/aos abusadores/as, quer na aplicação das medidas de coacção, que se pautam na maioria dos casos a que tive acesso por uma institucionalização da vítima em vez da prisão preventiva do/a agressor/a.

Tal como tem sido identificado em países como o Reino Unido (Roulstone et al., 2011) a lei funciona com noções estereotipadas de ódio e de vulnerabilidade, construindo os crimes de ódio de forma distintiva dos crimes cometidos contra pessoas perseguidas porque encaradas como mais vulneráveis. O mesmo acontece em Portugal, onde a deficiência continua ausente do artigo 240.º do Código Penal, onde se identificam aquilo que podem ser consideradas as principais razões de descriminação ou de formas de crime de ódio em Portugal, nomeadamente: raça, cor, origem étnica ou nacional, religião, sexo e orientação sexual. Não obstante o facto da violência na maioria destes casos e da deficiência ter a discriminação como denominador comum, o Estado aborda-os de diferente forma. Se nos casos previsto no artigo 240.º do Código Penal o Estado difunde uma mensagem colectiva de que qualquer forma de violência baseada nestes aspetos é socialmente censurável, no caso da violência sobre pessoas com deficiência o Estado socorre-se de uma ideologia normalizadora que subvaloriza as pessoas com deficiência. A representação das pessoas com deficiência como vulneráveis e fracas tem o efeito perverso de as culpabilizar pela sua própria vitimização e de contribuir para um aumento do estigma associado à deficiência. Tendo em conta o impacto da violência sobre as pessoas com deficiência em Portugal e a ineficácia das medidas legais de proteção existentes eu sugiro uma desconstrução destas ideias pré-concebidas de 'ódio' e 'vulnerabilidade', um reconhecimento legal do crime de ódio com base na deficiência ou da deficientização como uma forma de discriminação social.

Referências:
CIG. 2008. III Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
Fontes, Fernando. 2011. Social Citizenship and Collective Action: The Case of the Portuguese Disabled People's Movement. Tese de Doutoramento, Universidade de Leeds, Reino Unido.
INR – Instituto Nacional para a Reabilitação. 2010. Relatório Anual sobre a Prática de Actos Discriminatórios em Razão da Deficiência e do Risco Agravado de Saúde - Aplicabilidade da Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto [2008]. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação.
OPM – Office for Public Management. 2009. Disabled People's Experiences of Targeted Violence and Hostility. Manchester: Equality and Human Rights Commission Research Report Series. Disponível em: http://www.equalityhumanrights.com/publications/our-research/ [consultado a 12/06/2011].
Roulstone, Alan; Thomas, Pam; Balderston, Susie. 2011. Between hate and vulnerability: unpacking the British criminal justice system's construction of disablist hate crime. Disability & Society, 26(3), pp. 351-364.

UE. 2011. Proposta de Directiva relativamente a vítimas de criminalidade. Disponível em: http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/585&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en [consultado a 11/06/2011].

MEDIA & DEFICIÊNCIA

Sérgio Gomes da Silva
Coordenação Grupo de Reflexão Media e Deficiência
www.facebook.com/mediaedeficiencia

Eleições: o exercício da cidadania e a comunicação social

Como é do conhecimento geral, aproximam-se as eleições autárquicas, que terão lugar no próximo dia 29 de setembro. Sendo as eleições dos mais importantes momentos para o exercício da cidadania numa democracia representativa como a nossa, é esta uma ocasião em que todos nos devemos empenhar, apresentando candidaturas, dando contributos para os programas eleitorais e participando nos debates.

Apesar de todos os seus defeitos, a democracia é a melhor forma de escolha dos projetos políticos e dos titulares dos cargos públicos até hoje inventada, pelo que em vez de a desacreditarmos, como está na moda, é preferível esforçarmo-nos para dar um contributo para a sua melhoria. Tal postura é especialmente importante para as pessoas socialmente menos favorecidas, pois no

nosso sistema vigora o princípio de "uma pessoa, um voto", o que garante igualdade no processo eleitoral. Não importa a riqueza, a posição social ou o grau de instrução, na urna todos os boletins de voto têm o mesmo peso, a mesma importância.

Existe a ideia de que as pessoas com deficiência são menos ativas nas discussões políticas e têm mais tendência para a abstenção. Tal é compreensível atendendo às dificuldades inerentes à deficiência e à falhas da sociedade que, apesar das garantias legais, não lhes assegura, na prática, igualdade de acesso e de participação. Importa, porém, notar que as pessoas com deficiência, no total, representam uma parte não despicienda do eleitorado, pelo que se se mobilizarem em torno das suas causas, os candidatos aos cargos públicos terão necessariamente de lhes dar atenção.

As autarquias locais detêm competências em domínios da maior relevância para as pessoas com deficiência, como sejam ao nível das acessibilidades e dos apoios sociais. Infelizmente, há uma certa tendência em muitas destas entidades para se desresponsabilizarem, procurando, permita-se-me a expressão, "passar a bola" para o poder central. Mas tal postura não deve ser aceite, pois dispõem de recursos legais e materiais para uma intervenção mais efetiva neste domínio. Tudo depende das prioridades de atuação que fixam. É, assim, da maior importância que as pessoas com deficiência se mobilizarem, trazendo as suas necessidades e espectativas para o debate pré-eleitoral de um modo que marque a agenda política.

Na medida em que hoje em dia, mesmo ao nível local, muito do debate político tem lugar através dos meios de comunicação social, quer sejam os tradicionais (televisão, rádio e imprensa escrita) quer sejam os novos media, como os blogs e as redes sociais, a capacidade para influenciar o debate e, consequentemente, a agenda política, depende da efetividade da atuação nestes meios.

Apesar dos desenvolvimentos ocorridos nas últimas duas décadas, os meios de comunicação social tradicionais continuam a ter grande impacto social, desempenhando um papel central no debate político. Neste contexto, é muito útil para as pessoas com deficiência levarem ao conhecimento daqueles as suas necessidades e expectativas, persuadindo-os a abordarem estas matérias e a, nos debates e entrevistas, confrontarem os candidatos, questionando-os sobre as soluções que propõem. A participação em programas (por exemplo o fórum da TSF ou o antena aberta da Antena 1) e a publicação de textos na imprensa escrita (como sejam os publicados nas secções de correio dos leitores ou nos espaços de opinião), bem como a utilização dos fóruns e outros recursos disponibilizados nas páginas da internet daqueles é, também, um modo de trazer estas questões para a esfera pública, dando-lhes visibilidade. É lícito esperar que, cumprindo a sua missão de responsabilidade social, os órgãos de comunicação social abordem estas matérias por sua iniciativa. Mas também é importante termos a noção que, por um lado, o espaço público é muito disputado, sendo necessário ter uma atuação assertiva para nele ter expressão, e que, por outro lado, os media precisam de fontes e de ter a perceção de que as questões são socialmente relevantes.

A par dos meios de comunicação tradicionais, assumem crescente importância os designados novos media. Pelo que me tenho apercebido, uma parte significativa das candidaturas às eleições autárquicas têm páginas Web, perfis nas redes sociais (como o facebook), blogs e presença noutros meios em linha. Algumas disponibilizam, mesmo, cobertura vídeo das suas iniciativas de campanha, disponibilizando os conteúdos em plataformas como o YouTube. Deste modo, é também necessário que as pessoas com deficiência intervenham nestas plataformas, criando os seus próprios meios e interagindo com os candidatos através dos meios destes. Por exemplo, porque não criar perfis no facebook para promover causas, como a promoção das acessibilidades da freguesia ou município em causa, angariando um número significativo de "gostos"? Porque não, também, usar as páginas Web de petições para promover tais causas? Outro modo de atuação poderá passar pela utilização das páginas do facebook dos candidatos para publicamente lhes fazer sentir as necessidades, apresentar propostas e colocar questões.

Estes novos meios em linha vieram abrir possibilidades até há pouco inimagináveis, permitindo a qualquer pessoa chegar a uma audiência significativa.

Confrontados com as mudanças proporcionadas pelos novos media e dos comportamentos sociais que aquelas induziram, também os media tradicionais têm procurado dar mais espaço ao público. Desta dinâmica tem beneficiado a cidadania que ganha novos recursos para se tornar mais efetiva.

A tecnologia e as sociedades têm evoluído e com tais mudanças altera-se, também, o modo de exercício da cidadania. Permanece, todavia, a necessidade de os cidadãos se envolverem ativamente nos assuntos da "polis". A "ágora" dos nossos dias já não é a praça central da cidade a que só alguns têm acesso. Como muitas outras dimensões da vida humana, desmaterializou-se, tendo passado para os meios de comunicação social e, crescentemente, para os meios em linha. É, assim, da maior importância que as pessoas com deficiência garantam a sua presença na "ágora" dos nossos dias, fazendo ouvir a sua voz através dos meios de comunicação social.

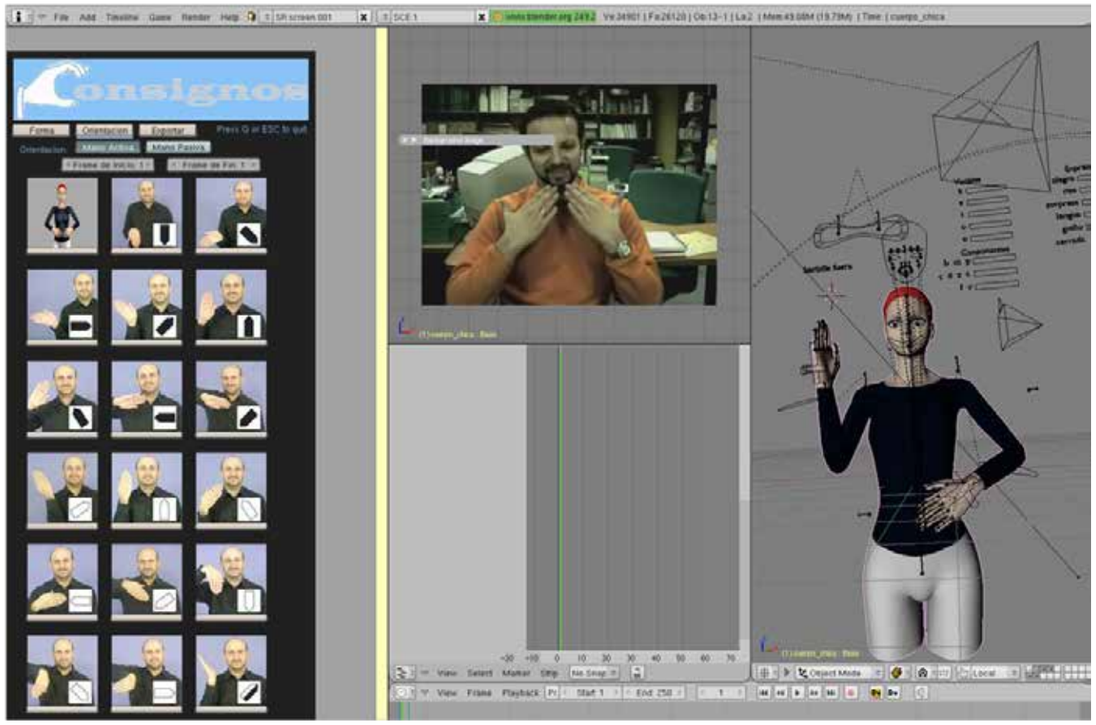
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Os múltiplos sentidos de um livro

Consignos: reconhece e traduz a voz em Língua Gestual

Desenvolvido pela Indra, uma empresa espanhola de consultoria e tecnologia, este projeto, através de um intérprete virtual 3D, vem facilitar a comunicação às pessoas com deficiência auditiva.
O Consignos foi recentemente concluído e, neste momento, está em fase de teste em serviços de transporte públicos e hotéis em Espanha.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas pela Indra



De forma sucinta o Consignos é um Avatar animado em 3D que reconhece e traduz a voz em Língua Gestual. Ou seja, é um cibercorpo digital e tridimensional que possibilita a comunicação entre surdos e ouvintes porque identifica a voz e a traduz em Língua Gestual (e vice-versa).
Este intérprete virtual em 3D tem por objetivo melhorar a comunicação das pessoas com deficiência auditiva, facilitando a sua inclusão social, profissional e simplificando o seu acesso a serviços. Tudo graças a este sistema que permite que o deficiente auditivo coloque as perguntas num teclado virtual e a comunicação da pessoa ouvinte seja feita através de um microfone.

Por sua vez, o software reconhece a voz e faz surgir a resposta num ecrã, já traduzida em Língua Gestual e apresentada pelo intérprete virtual em 3D à pessoa surda.
Este dispositivo vai "permitir a comunicação" das pessoas com deficiência auditiva "através do agente animado com qualquer tipo de usuários sem precisar de um conhecimento de habilidades especiais por parte dos mesmos", pode ler-se na memória descritiva do projeto.
Mas as potencialidades da tecnologia subjacente ao Consignos ultrapassam a aplicação a sistemas de informação acessíveis aos deficientes auditivos, podendo mesmo ser usado em outras áreas tais como

jogos educativos, e-learning, sistemas interpretativos e conteúdos multimédia.
Liderado pela multinacional Indra e enquadrado no Plan Avanza do Ministério da Indústria, Energia e Turismo de Espanha e parcialmente financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o projeto, testado por pessoas com deficiência auditiva, foi recentemente concluído e está na fase experimental em serviços de transporte públicos e hotéis em Espanha.
Segundo a responsável de Marketing, Comunicação e Imagem da Indra em Portugal, Sandra Silva, a empresa "tem contribuído em projetos de acessibilidade e inclusão social, através da Cátedra de Tecnologias Acessíveis - http://www.tecnologiasaccesibles.com/pt/index.htm". E este projeto é mais um exemplo do que a empresa de consultoria e tecnologia tem vindo a fazer em prol do desenvolvimento de tecnologias de acessibilidade.
Através da sua rede de Software Labs e em linha com o seu modelo de inovação aberta, a Indra para este projeto promoveu parcerias e a colaboração entre a Empresa Municipal de Transportes de Madrid (EMT), o ICTE [Instituto para a Qualidade Turística Espanhola], a Universidade Politécnica de Madrid (UPM), a Universidade de Castilla-La Mancha (UCLM), a Ambiser e a Fundação CNSE (Confederación Estatal de Personas Sordas) para a Eliminação das Barreiras na Comunicação.
Foi graças ao Consignos que a Indra foi recentemente distinguida na Edição Espanhola dos Prémios Europeus de Responsabilidade Social Empresarial como "Melhor Grande Empresa", confirmando mais uma vez o compromisso da multinacional no desenvolvimento de soluções e serviços inovadores para minimizar a exclusão digital e facilitar a integração social e profissional.

O Consignos contribui para a inclusão das pessoas com deficiência auditiva na sociedade porque através da utilização de tecnologias inovadoras permite a realização de uma tradução automática de informação para Língua Gestual Espanhola (LSE).

Os múltiplos sentidos de um livro

O programa de pesquisa "MULTISENS: Livros táteis ilustrados e design multissensorial" pretende conseguir, através do livro, o encontro entre o mundo visual e o não visual. Com este projeto é explorada uma nova prática ilustrativa multissensorial…

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas por Dannyelle

O Projeto MULTISENS, que se envolve na pesquisa aplicada ao design de livros multissensoriais para crianças deficientes visuais, procura apropriar as ilustrações de um livro "ao contexto percetivo das pessoas cegas, abrindo novos horizontes de troca e interação entre cegos e videntes", pode ler-se na descrição do projeto.

São livros que se desmarcam dos livros atualmente existentes para invisuais que ainda são elaborados numa lógica visual. "Se falarmos de livros pedagógicos tem o seu sentido, porque o objetivo é ensinar como é o desenho de uma casa, como é o desenho do sol. Isso faz todo o sentido, não estou indo contra esse tipo de coisas. Mas eu acho que nos livros ilustrados, na literatura infantil é preciso que os livros afirmem uma funcionalidade e não simplesmente que mostrem uma incapacidade. Sobretudo que possam ser livros lidos e entendidos por pessoas que veem e por pessoas que não veem ao mesmo tempo", explica uma das responsáveis pelo programa de pesquisa, Dannyelle Valente.

Estes livros, em que o design é centrado no utilizador não se limitam a ter imagens em relevo, são livros com imagens realmente adaptadas para as crianças invisuais. Por isso, recorre-se ao que se chama de design participativo, em que as pessoas cegas são incluídas no processo de criação das ilustrações. Ou seja, depois de se fazer um

> **"Eu acho que nas obras ilustradas da literatura infantil é preciso que os livros afirmem uma funcionalidade e não simplesmente que mostrem uma incapacidade".**
> Dannyelle Valente

levantamento dos aspetos culturais, cognitivos e comunicacionais envolvidos na elaboração de imagens táteis e de se analisar as potencialidades destes recursos enquanto mediadores entre o mundo visual e o não visual, são apresentadas novas pistas para a criação de ilustrações táteis em livros infantis.

"O que é uma casa para alguém que não vê? É uma porta, é o som de uma porta que abre. O que é a árvore? É o barulho das folhas. Justamente criar essas coisas com as pessoas cegas e não simplesmente uma pessoa que vê e fecha os olhos e tenta fazer de conta que está num contexto de cegueira quando é impossível", exemplifica a investigadora.

É uma nova prática ilustrativa multissensorial apropriada ao contexto percetivo das pessoas cegas, desenvolvida pela editora francesa "Les Doigts Qui Rêvent" (Dedos que sonham) em parceria com o Instituto de pesquisa ACTE "Arts, Créations, Théories et Esthétiques" (Artes, Criações, Teorias e Estéticas) da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

"Imagine-se de olhos fechados tentando entender o que é o desenho do cachorro. É extremamente difícil tocar uma coisa e tentar transformar isso em algo visual. Na hora em que está a tocar nas patas pensa: «Ah! Dois palitos, o que seriam dois palitos?» Pode ser o portão, pode ser uma porta, pode ser um tronco. Nesse momento está a criar uma imagem na sua cabeça, em relação ao desenho de porta que já viu, do tronco que já viu. Existe sempre uma referência à questão visual", explica a responsável de pesquisa na editora "Les Doigts Qui Rêvent".

Este exercício se é difícil para as pessoas que veem, piora quando aplicado a invisuais, porque existe uma diferença entre o tato e a visão: "a visão vê tudo de uma vez só e o tato vai por partes, por sequências". Ao mostrar o desenho de uma casa a uma pessoa cega, Dannyelle Valente reparou que "o leque de possibilidades das formas para uma pessoa que não vê é muito maior do que para uma pessoa que vê". Ao tocar no retângulo da porta tanto pode ser uma porta, uma janela ou outra coisa qualquer, estando sempre numa situação de dificuldade a tentar adaptar-se ao contexto visual. "Existe uma cultura do desenho e uma cultura da imagem que as pessoas cegas não conhecem, por isso é necessário ir buscar outros pontos de referência", remata Dannyelle Valente.

Les Doigts Qui Rêvent
Dannyelle Valente já pesquisava sobre a imagem tátil e como as pessoas cegas representam os diferentes objetos quando conheceu a "Les Doigts Qui Rêvent" em francês, em português "Os dedos que sonham", em inglês "Dreaming Fingers" que existe há 20 anos com a missão de produzir e editar livros ilustrados e bonitos, tão bonitos e tão estéticos e tão divertidos como os livros para as crianças".
A investigadora é responsável pelo centro de pesquisa em imagem tátil da editora, Centro Amandine, desde fevereiro de 2013, mas já antes colaborava em parceria há cerca de três anos. "Nós somos a única editora que produz exclusivamente livros multissensoriais e livros táteis ilustrados para crianças cegas", afirma.
Fundada em 1994 por um grupo de quatro pais de crianças deficientes visuais e um educador, esta associação sem fins lucrativos pretende dar a TODAS as crianças a oportunidade de ler de forma lúdica e educativa.
Les Doigts Qui Rêvent trabalha na linha do design inclusivo e do design centrado no utilizador produzindo livros de troca e acessíveis a todos: para pais sem deficiência visual que leem com o seu filho cego, para pais cegos que leem com o seu filho que vê, para colegas sem deficiência visual e cegos que leem juntos na escola.
Os livros são fabricados à mão no "Atelier para Ver", que auxilia pessoas com dificuldades de inclusão no mundo do trabalho e pela ATD Fourth World em Madagáscar, pela Zajedno, uma cooperativa italiana que forma mulheres com dificuldades sociais para a prática da costura bem como pela CCAS de Dijon (França) que realiza ate

"Uma história que associa imagens e texto em braille desenvolve um papel essencial no desenvolvimento das habilidades sociais, comunicacionais e linguísticas ligadas à leitura; estimula o contato com o livro de forma lúdica além de favorecer momentos de troca entre pessoas cegas e videntes", pode ler-se no resumo do projeto.

Prémio internacional Typhlo & Tactus
Criado em 1999, o prémio internacional Typhlo & Tactus é o primeiro e único prémio internacional de livros táteis, cujo objetivo é desenvolver e promover a cooperação internacional neste campo para fazer chegar o livro tátil a todas as crianças do mundo.
O programa Typhlo & Tactus conta hoje com 25 países participantes, incluindo a Rússia, os Estados Unidos, a Coreia do Sul e a Índia.
Os cerca de 20 anos de experiência e de relativo sucesso permitem que Les Doigts Qui Rêvent disponha de todos os meios necessários para auxiliar cada país a desenvolver uma rede de especialistas, bem como novas estruturas de produção de livros multissensoriais.
Mais informações em http://www.ldqr.org/

liers variados com pessoas idosas.
Desde a sua criação, a editora já publicou mais de 185 livros que correspondem a mais de 32 mil exemplares, sendo que 7600 mil foram publicados em sete línguas diferentes, através do projeto Typhlo &Tactus (ver caixa).
Desde parcerias para projetos de pesquisa, animações, formações até à cooperação internacional, a verdade é que nestes 20 anos de existência, "Les Doigts Qui Rêvent" continua a direcionar a sua aposta para a inclusão e esforça-se por fazer chegar o produto do seu trabalho ao maior número de pessoas possível. Às diferentes atividades lúdicas de sensibilização, de apresentação de livros táteis e de aprendizagem do Braille esta editora soma a realização de workshops em diferentes países com o intuito de promover a cooperação internacional no campo da produção de livros táteis.
"Não temos trabalho nenhum com Portugal e qualquer pessoa interessada em desenvolver este tipo de trabalho nas universidades ou por exemplo escolas de design ou escolas de ilustração ou profissionais de instituições de pessoas cegas que gostariam de começar aos poucos a desenvolver um trabalho tátil, nós estamos completamente abertos, porque estamos a querer abrir o campo e promover o nosso trabalho e dar acesso ao livro tátil para as crianças portuguesas que ainda não têm".
O workshop é coordenado por Dannyelle Valente, pelo diretor da editora, Philippe Claudet e pela responsável de criação na "Les Doigts Qui Rêvent" tendo já coordenado a realização de mais de quarenta livros e álbuns táteis, Solène Négrérie.

18 anos a promover sorrisos e a mudar mentalidades

Surgiu, em 1924, da fusão de dois clubes o Estrela Sport Club e o Vigorosa Sport Club e, desde logo, se afirmou no panorama desportivo da cidade do Porto. O Estrela e Vigorosa Sport (EVS) foi igualmente empreendedor quando, há 18 anos, criou uma secção de desporto adaptado. Paulo Magalhães foi o mentor do projeto e conta, à Plural&Singular, qual o percurso dessa secção, os seus projetos e principais angústias…

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas pela Secção de Desporto Adaptado do EVS

Já teve futebol de 5 e atletismo, modalidades ligadas à deficiência intelectual, mas estas acabaram por ir ficando para trás. O ténis em cadeira de rodas também é uma das modalidades que já viveu melhores dias. No entanto o espirito combativo de quem integra – desde o corpo técnico aos atletas – a secção de desporto adaptado do EVS não permite que o sonho iniciado há 18 anos caia por terra. Resiste o boccia e junta-se à "luta" pelo reconhecimento desta área desportiva uma nova modalidade: a dança adaptada.

Percurso…

A secção começou quando o atual diretor técnico, Paulo Magalhães, um professor de educação física ligado à área da reabilitação, desafiou a direção do EVS de então a apostar na área da deficiência. Tinha sido neste clube portuense que Paulo tinha "rasgado os joelhos" em criança. Era ali, após passagens por outros emblemas, que queria sedimentar raízes e iniciar um processo que, além de desportivo, visa a mudança de mentalidades.

Ao lado de quatro atletas de boccia que tinham o mesmo sonho, Paulo Magalhães convenceu o EVS a criar a secção. Outros desportistas de outras modalidades acabaram por se juntar ao projeto. Aliás, o diretor técnico conta que no palmarés do Vigorosa constam momentos altos protagonizados por atletas que representaram Portugal em campeonatos da Europa e do Mundo em atletismo (1998/2000).

Mas tanto o atletismo como o futebol de cinco, "por questões de financiamento", acabaram por não resistir. Quanto ao ténis em cadeira de rodas, Paulo Magalhães culpa a falta de entusiasmo da Federação Portuguesa de Ténis. "Não sendo criadas condições para motivar a competição, os atletas desmotivam porque treinar para não competir não faz muito sentido", desabafa o diretor técnico.

Mas o boccia, modalidade fundadora, manteve a sua atividade ativa. E eis que surge a dança adaptada que tem estado em ascensão. Nota para as parcerias criadas entre esta secção e a Escola de Dança Margarida Vale que se materializam, entre outros projetos, no "aJUdança.

"Fui bailarino durante alguns anos e consegui introduzir esta modalidade no EVS. Primeiro apenas representávamos a secção de desporto adaptado nos saraus anuais… Procurávamos representar a secção em pé de igualdade com as restantes secções… Mas, entretanto, esta é a modalidade que mais tem crescido através de parcerias com escolas de bailado. Temos feito performances de grande qualidade", conta Paulo Magalhães.

Balanço…

"Altos e baixos" é a expressão síntese que descreve os 18 anos da secção de desporto adaptado do EVS.

"O balanço é positivo. Muito foi feito. Muitos sorrisos promovemos mas muito e muito há para fazer. Ainda há muito para fazer, mesmo ao nível de mentalidades, dentro do próprio clube, como ainda muito mais a fazer na sociedade portuguesa", refere o responsável.

Esta secção, com 18 anos de atividade nacional, e contando com participações em eventos internacionais, tem, indubitavelmente, um papel assumido na área do desporto e da deficiência. Paulo Magalhães também o refere ao considerar que a secção que lidera tem "alguma co-responsabilidade para com as pequenas modificações que a sociedade já demonstra ter feito e abertura de mentalidade conquistadas". "Mas tenho a sensação que ainda há muito por fazer", conclui.

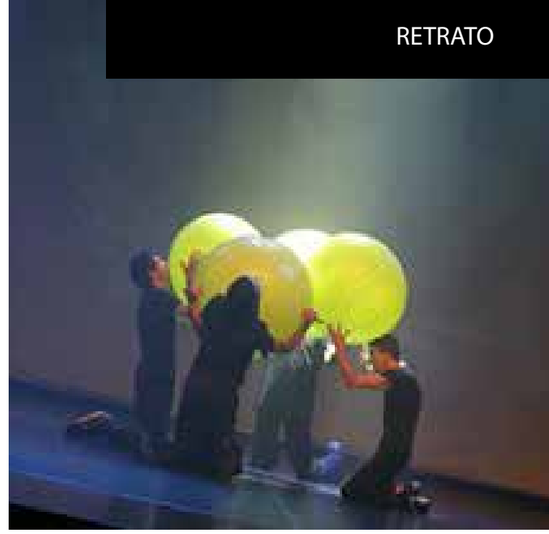
O que é que falta? Apoios? Divulgação?

"Acima de tudo falta que a própria sociedade se abra a um processo de participação inclusivo, ou seja, igual para todos, com equidade. E o problema não é só o desporto adaptado, é em todas as modalidades. Portugal vive exclusivamente de futebol", lamenta Paulo Magalhães, recordando que "a realidade é que, seja Jogos Olímpicos ou Jogos Paralímpicos, existem sempre queixas da maior parte das modalidades". "O impacto que tem o futebol, um Europeu ou um Mundial, não é o mesmo".

E certo é que, "se esta realidade se coloca para as outras modalidades, ainda se coloca mais para o desporto adaptado porque a diferença de custos não é compatível com os prémios dados a estes atletas", conforme comenta o diretor técnico do EVS (secção de desporto adaptado). "Porque é que há este deferencial? São pessoas na mesma! O estigma do 'coitadinho' tem de acabar. O esforço que um atleta paralímpico faz é igual. O esforço tem as suas características específicas mas é igual", completa.

O futuro…
A secção de desporto adaptado do EVS trabalha, assim, duas grandes áreas: dança adaptada e boccia, ainda que permaneçam "resquícios" da cumplicidade adquirida com atletas de ténis em cadeira de rodas, entre outras modalidades, como foi notório observar na Normédica/Ajutec, uma feira dedicada à saúde e às ajudas técnicas que decorreu em maio na Exponor.
Esta secção foi uma das principais impulsionadoras e animadoras das atividades paralelas à feira e, com o atleta João Lobo (ver página 90, rúbrica "Perfil" da secção do "Desporto"), entre outros, também o ténis e a deficiência motora estiveram em destaque.
Mas, e conforme descreve o site oficial do EVS, esta secção tem por principais objetivos: "o treino e a competição desportiva, com incidência no boccia e na dança". Público-alvo: pessoas portadoras de paralisia cerebral ou deficiência motora elegíveis para jogar boccia de acordo com o regulamento da classificação médico-desportiva da federação internacional que tutela a área, a BISFed. Metas: participação nos Campeonatos Nacionais por zonas, no Campeonato de Portugal, fomentar a divulgação do boccia, organizar torneios, e muito mais.
"O boccia, ao longo dos últimos anos, é uma modalidade que se tem destacado pelos seus resultados em provas internacionais como campeonatos da Europa, do Mundo e Jogos Paralímpicos. No EVS contamos com alguns dos atletas que dão dores de cabeça aos 'craques' do panorama nacional", diz, ainda, o site.
Com 18 anos de vida e integrada num clube com 89, esta secção tem "todos os sonhos do mundo", conforme confidenciou, por fim, Paulo Magalhães, e promete nunca parar de promover os tais sorrisos.

Paulo Magalhães em discurso direto comenta a necessidade de formação de novos valores
"É preciso inverter a pirâmide que temos montada. A pirâmide atual em termos de apoio está para o 'top'. Enquanto não se criar uma pirâmide alargada de apoios e incentivos não se vai conseguir evoluir e criar novos valores que sejam formados e treinados e que cheguem a esse 'top'. Esse trabalho também tem de ser feito pela Federação [Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência] e pelo Comité [Comité Paralímpico Português]… Portugal tem um 'top' muito evoluído e muito bom mas está a ficar envelhecido. Se não investirmos em novos talentos, como outros países que estão a apostar fortemente, desde Canadá, Inglaterra e Brasil, vamos ficar pelo caminho. Estes são apenas alguns dos países que vão aparecer em força… E podemos acrescentar a Ucrânia e a Rússia que vão ou já estão a apostar em bons centros de treino para apoiar em jogadores de boccia que serão excelentes, com certeza. Portugal corre o risco de ficar pelo caminho porque houve muita criatividade e muito empenho inicial mas estagnamos e paramos no patamar", **opinião do diretor técnico da secção de desporto adaptado do EVS.**



Mais sobre o Estrela e Vigorosa Sport
O Estrela e Vigorosa Sport mantém atividades desportivas organizadas pelas suas secções desportivas de Andebol, Automobilismo, Campismo, Desporto Adaptado, Actividades de ginásio, Hóquei em Patins, Polo Aquático Feminino e Ténis, envolvendo um total aproximado de mil praticantes. "Proporcionar a prática desportiva diversificada e adequada a todas as pessoas interessadas, incluindo as portadoras de deficiência, dentro das capacidades espaciais e humanas do clube; Participação nos campeonatos definidos pelos organismos locais, regionais, nacionais e internacionais que gerem o desporto, nos quais através das suas diferentes secções já referenciadas, o clube se encontra inscrito; Formação de novos praticantes e agentes desportivos; Colaborar com todos os agentes da sociedade promotores da atividade desportiva no desenvolvimento desta", são os objetivos deste clube do Porto.

DESPORTO

Boccia – A Modalidade!

2.º Torneio REN de ténis em cadeira de rodas

Inscrito no calendário da Federação Portuguesa de Ténis, este torneio juntou atletas experientes com aspirantes e estreantes. Carlos Leitão, atual campão nacional na modalidade de cadeira de rodas, arrecadou o "ouro".

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Foto: Gentilmente cedidas por João Lobo

"Decorreu com pleno êxito" – foi assim que descreveu, à Plural&Singular, o atleta de ténis em cadeira de rodas, João Lobo (ler "Perfil" na página 90). Nota para o facto deste 2.º Torneio REN de ténis em cadeira de rodas ter estado inscrito na Federação Portuguesa de Ténis, fazendo parte do seu calendário oficial.
Carlos Leitão foi vencedor do torneio que decorreu ao longo de dois dias, 19 e 20 de julho, no campo de jogos da REN, em Vermoim, concelho da Maia. João Sanona e Paulo Espírito Santo ficaram em segundo e terceiro lugares, respetivamente.
Este foi o segundo torneio deste tipo. O primeiro disputou-se em 2007 aquando das obras de remodelação de um recinto desportivo, o campo da REN, que tem caraterísticas muito convidativas, desde logo o verde da natureza a envolver um ringue de betão poroso.
"Ao todo participaram seis atletas. O torneio disputou-se em dois grupos de três jogadores cada um, habitual neste tipo de torneios e quando não se pode fazer o round robin [todos contra todos] por falta de tempo.

Jogou-se na sexta-feira à tarde, sábado todo o dia, ininterruptamente, das 9 da manhã até às 9 da noite, e domingo da parte da manhã. Foi incrível ver como esta modalidade, ainda por cima ao ar livre e num dia em que até a meteorologia ajudou, desperta o melhor de todos nós", descreveu João Lobo, acrescentando que "se tudo correr bem repetir-se-á a prova no próximo ano".
Mais sobre a componente desportiva… O jogo de apuramento dos terceiro e quarto lugares foi disputado no domingo entre João Lobo e Paulo Espírito Santo. Foi um jogo muito equilibrado, com uma duração de duas horas e 45 minutos. Foi necessário recorrer a super tie break com vitória para o Paulo Espírito Santo por 10-6. Resultados nos jogos de 6-7 (7-5 no tie break) e 7-5.
Seguiu-se a final do torneio opondo o campão nacional Carlos Leitão, atleta do Clube de Ténis de Pombal, e João Sanona, representando o Seténis de Setúbal. Uma final relativamente rápida com vitória por 2-0 com resultados parciais de 6-1 e 6-4.
De realçar que este foi o primeiro torneio onde participou a Diana Machado. "Foi muito bem acolhida pelos demais atletas a quem desejam uma rápida progressão no ténis em cadeira de rodas", finalizou João Lobo.
No sábado ainda houve tempo para demonstração de jogos a pares bem como uma sessão de experimentação a "candidatos" a jogadores de ténis em cadeira de rodas.
O 2.º Torneio REN de ténis em cadeira de rodas foi patrocinado pela REN S.A. – Redes Energéticas Nacionais e organizado pela delegação de Vermoim do Clube de Pessoal da EDP/REN.

Campeonato do Mundo de Orientação de Precisão 2013

Diana Coelho e Ricardo Pinto em destaque

A Plural&Singular esteve à conversa com dois dos atletas lusos que mais têm dado à orientação de precisão, uma modalidade verdadeiramente inclusiva.

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas por Joaquim Margarido

Pela segunda vez na sua história, a orientação portuguesa marcou presença num Campeonato do Mundo de Orientação de Precisão – WTOC 2013, que decorreu em Vuokatti, na Finlândia, de 9 a 11 de julho.
A comitiva portuguesa foi composta por Ricardo Pinto e Diana Coelho na categoria paralímpica, Alexandre Reis e Joaquim Margarido na classe aberta e ainda Helena Ferreira a acompanhar os atletas da classe paralímpica.
A Plural&Singular falou com os atletas do Desporto Adaptado do Hospital da Prelada (DAHP) porque mais do que os resultados importa dar a conhecer a dedicação de dois jovens orientistas que, apesar da deficiência, encontraram nesta modalidade uma forma de se manterem ativos, representando Portugal ao mais alto nível num desporto verdadeiramente inclusivo.

Ricardo Pinto, de 37 anos, residente em Ermesinde, representa o DAHP. O atleta pratica orientação desde 2012, sendo um dos orientistas desta modalidade mais premiado a nível nacional e internacional. Mas quando lhe é perguntado qual o título que destaca refere que todos os títulos conquistados "são importantes".

DESPORTO

A praticar orientação desde 2009, Diana Coelho, de 20 anos, é atleta do DAHP. Vive em Baião e quando questionada sobre quais os seus principais títulos conquistado nesta modalidade refere a 1.ª Taça de Portugal, o II Circuito Ori-Precisão e o II Open da Prelada.

Um ponto de vista feminino…
Para Diana Coelho "a prova na Finlândia foi uma experiência inesquecível" pois permitiu-lhe conforme descreveu a atleta à Plural&Singular "adquirir mais conhecimentos a nível da modalidade, bem como lidar com alguns factores, como por exemplo, a pressão do tempo e até mesmo a exigência que é a interpretação de um mapa cartografado de maneira distinta".
No entanto, a orientista do DAHP reflecte que este Campeonato do Mundo serviu, também, para mostrar que "a orientação em Portugal está aquém do que se passa lá fora", acrescentando que "a exigência da cartografia obriga a fazer mais para evoluir nesta modalidade".
Dina Coelho, que recorda a cerimónia de abertura do WTOC 2013 como um "momento memorável", disse à Plural&Singular que a orientação foi uma modalidade que a foi cativando "aos poucos", principalmente porque "permite às pessoas que apresentam menor condição física a possibilidade de desfrutar e praticar um desporto".
Sobre a importância de representar Portugal além fronteiras, a atleta considera ser um misto de orgulho e responsabilidade: "É sem dúvida um enorme orgulho representar o nosso país, mas também há um sentido de obrigação em dar o nosso melhor e conseguir bons resultados. No entanto, como a modalidade ainda está no começo e com os recursos que temos é bastante difícil consegui-lo", completou.

Agora a opinião de um senhor da orientação…
Também Ricardo Pinto faz um balanço positivo da participação portuguesa no Finlândia WTOC2013. "É sempre bom participar no maior número de provas, participar numa prova como esta que é um campeonato do mundo, em que estão os melhores do mundo a competir é sempre de uma grande aprendizagem. Aprendi mais uma vez imenso com esta prova e a ver com outros olhos certos problemas com que somos confrontados em todas as provas. É de facto uma prova que requer bastante conhecimento a nível da orientação de precisão", referiu o atleta.
À Plural&Singular, Ricardo Pinto confidenciou, ainda, que praticar orientação "não foi uma escolha", mas sim "uma oportunidade". O atleta que já jogou basquetebol adaptado, modalidade que entretanto teve de abandonar, enveredou por esta modalidade que não exige tanto esforço físico mas, ainda assim, é "interessante e com muito por onde crescer no nosso país".
Tal como a sua colega do DAHP, também Ricardo Pinto vê a sua representação das cores lusas como um motivo de "responsabilidade": "Apesar de ainda ser uma modalidade muito recente na minha vida sinto o peso enorme em fazer o melhor que eu sei e consigo. Esta foi a segunda vez que participei no campeonato do mundo de orientação de precisão e das duas vezes aprendi imenso. Apesar de os resultados não terem sido o que eu esperava não fiquei minimamente triste nem desmotivado. Fiquei com uma vontade imensa de aprender cada vez mais relativamente a esta modalidade", concluiu.
Em suma, após a representação pioneira de Portugal nos Campeonatos do Mundo de 2012 (Escócia), o DAHP voltou a fazer história ao participar numa prova que contou com os melhores orientistas a nível mundial. E, mais do que de resultados, está em destaque a dedicação e a vontade de evoluir.

Resumos dos resultados
Na Classe Aberta, entre mais de meia centena de orientistas, os portugueses Alexandre Reis e Joaquim Margarido ficaram em 34.º e 51.º lugares, respetivamente. A Finlândia, a jogar em casa, alcançou, por intermédio de Jari Turto, o primeiro lugar na tabela. Em segundo ficou Martin Fredholm (Suécia). Enquanto em terceiro ficou Antti Rusanen (Finlândia).
Já na Classe Paralímpica, do clube luso DAHP, Ricardo Pinto e Diana Coelho ficaram "colados" em 31.º e 32.º lugares, de um total de quase quatro dezenas de atletas em competição. Jana Kostova (República Checa) foi primeira. Pavel Dudík (República Checa) ficou em segundo. E Soren Saxtorph (Suíça) foi terceiro.

O que é Orientação de Precisão?
Integrada no quadro de disciplinas da Federação Internacional de Orientação e desenvolvida a partir da Orientação Pedestre, a Orientação de Precisão é uma variante onde os atletas se deslocam apenas por caminhos, daí a designação internacional de Trail-O, e resolvem problemas sobre a colocação de balizas em elementos no terreno.

Mais sobre o DAHP…
O Desporto Adaptado do Hospital da Prelada foi criado, em 2009, no âmbito do Serviço de Medicina Física e Reabilitação deste hospital da Santa Casa da Misericórdia do Porto e é responsável pelo relançamento consolidado da modalidade de Orientação de Precisão em Portugal, sob o lema "Desporto para Todos – Reabilitar pelo Desporto".

Balanço dos Jogos Surdolímpicos

E agora? Que futuro para os “bravos” surdos nacionais?

Hugo Passos sagrou-se tetracampeão em luta greco-romana. Hélder Gomes revalidou o bronze no taekwondo. E Joana Santos trouxe a prata no judo. Mas a nota principal vai para a ambição dos vários atletas que se estrearam naquela que é a maior competição multidesportiva mundial para atletas com deficiência auditiva.

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas por CPP

“Gostaria de participar nos Jogos Olímpicos do Brasil”, disse, após vencer mais esta medalha de ouro, Hugo Passos, o lutador que em 2004 representou Portugal nos Jogos de Atenas. Passos entrou para a história nacional, na Grécia (2004), pois foi o primeiro atleta surdo a representar Portugal em Jogos Olímpicos. Agora sonha, e bem, com Rio2016.

Portugal fechou a sua participação nos Jogos Surdolímpicos, de 26 de julho a 4 de agosto em Sófia (Bulgária), com três medalhas. Desta forma a seleção lusa elevou para 11 o número de subidas ao pódio desde a sua estreia neste evento.
Ao todo foram 13 os “bravos” portugueses que se deslocaram à Bulgária. A nível coletivo ficou em 24.º lugar.

Dos medalhados aos azarados, meros estreantes e experientes…
Na categoria de luta greco-romana, Hugo Passos sagrou-se tetracampeão em -66 kg, depois de afastar três adversários e de se impor na final ao turco Muhamet Akdeniz, por 7-0, garantindo o quarto título surdolímpico consecutivo. Com 33 anos, Hugo Passos é nada mais nada menos do que o atleta português que conquistou mais medalhas de ouro, na mesma modalidade, em competições multidesportivas para pessoas com deficiência (somando-se Jogos Surdolímpicos e Paralímpicos). Esta foi a quinta medalha surdolímpica deste atleta: soma quatro de ouro e uma de bronze (luta livre). Tempo, agora, para sonhar com Rio2016…
Já Hélder Gomes, no taekwondo, repetiu o bronze conseguido há quatro anos na categoria de -80 kg, depois de ter sido afastado da final pelo ucraniano Oleksii Sedov, num combate decidido nos últimos segundos. O atleta tem, no entanto, o seu futuro desportivo por definir devido à falta de apoios.
Prata no judo para Joana Santos, a atleta que em Taipé (anterior edição dos Surdolímpicos, em 2009) tinha conquistado a medalha de ouro, ficou-se, agora, na categoria -63 kg, pelo segundo lugar ao ser derrotada na final pela ucraniana Kateryna Husyeva.
Descritos os medalhados, impõe-se um périplo pelas restantes modalidades… Na natação, Portugal fez-se representar por sete nadadores, sendo que apenas um tinha experiência nestas andanças e seis eram estreantes. Foram batidos 16 recordes nacionais. Foram conseguidas várias melhores marcas pessoais.
Agora o ciclismo! Um furo, na etapa de montanha e longe da zona de assistência, “travou” Fábio Inácio na prova cross country olímpico, na variante de BTT. Uma estreia atribulada de Portugal nesta modalidade, mas a certeza de que a ambição ficou reforçada.
No karaté, Tiago Silva alcançou um sétimo lugar em -75 kg, e um 16.º lugar no torneio open.
Entretanto, Messias Dias, de 41 anos, carregava o “peso” de ser o atleta mais velho da comitiva portuguesa, logo também o mais experiente. No atletismo foi sexto nos 10.000 metros e nono nos 5.000 metros. É que nestas provas o Quénia é rei.
Está feito o balanço da 22.ª participação de Portugal nos Jogos Surdolímpicos. A selecção lusa estreou-se nesta prova em 1993. Contando com o registo deste ano soma cinco medalhas de ouro, três de prata e três de bronze.
Ao todo participaram nos Jogos Surdolímpicos de Sófia 65 países, sendo que a Rússia dominou o “mealheiro” conseguindo 64 medalhas de ouro, 50 de prata e 57 de bronze. Os russos fizeram-se representar por mais de três centenas de atletas.
Mas com a sua pouco mais que uma dúzia de heróis, Portugal terminou a competição no 24.º lugar e as três medalhas lusas foram alcançadas por “repetentes”, atletas que já tinham sentido o gosto de uma subida ao pódio em Taipé, em 2009.
É, portanto, no mínimo encorajante pensar nos próximos Jogos Surdolímpicos já que muitos serão os, agora “estreantes”, da natação ao ciclismo, entre outras modalidades, que já terão, na altura, estatuto de, se não “experientes”, pelo menos de “promessas”.

PORTUGAL
224
122

Aronick

DESPORTO

Exatamente a pensar no futuro…

Ora, exatamente a pensar no futuro desta prova que tantas alegrias, ainda que muitas vezes pouco mediatizadas, já deu a Portugal, o secretário de Estado do Desporto e Juventude, Emídio Guerreiro, afirmou, no dia anterior ao encerramento dos Jogos Surdolímpicos de Sófia, que vai estudar a apresentação de uma candidatura portuguesa à organização da edição de 2021. Faltam estas vírgulas acho…

Esta é uma competição multidesportiva que chega a juntar mais de cinco mil atletas - podendo mobilizar mais de dez mil pessoas, contando com técnicos e acompanhantes – representantes de dezenas e dezenas de países de todos os continentes. Portugal, que já está entre os melhores em várias modalidades, quer estar entre os melhores na modalidade de "bem organizar"…

Emídio Guerreiro adiantou que a candidatura será para uma edição a começar dentro de cerca de oito anos, ou seja 2021, altura em que a internacionalização do desporto e dos atuais atletas destas modalidades já será mais consistente. Eis um incentivo claro à ambição lusa.

Infraestruturas com o acordo não é junto?

E Portugal tem infra-estruturas para acolher os Surdolímpicos. Desde logo, o governante pensou no complexo do Jamor, em Oeiras, entre outros centros de alto rendimento. E com certeza pensou em ter como parceiros o Comité Paralímpico de Portugal e a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência.

A próxima edição dos Jogos Surdolímpicos está agendada para 2017 e vai decorrer em Ancara, Turquia. Esta é uma iniciativa da responsabilidade do Comité Internacional de Desporto para Surdos (ICSD).

Este ano coube à Bulgária organizar esta competição que teve de o fazer em menos de um ano, uma vez que os Jogos Surdolímpicos 2013 foram inicialmente atribuídos à Grécia, que acabou por desistir devido a problemas financeiros.

Esta prova foi criada em 1924. Para participar nos Jogos, cujo programa atual contempla 18 modalidades, os atletas devem ter perdido 55 décibeis no seu "ouvido melhor", não sendo permitido o uso de quaisquer aparelhos ou implantes auditivos.

"Tinha pensado que iria conseguir a prata, estava muito confiante, mas só tenho é que estar contente com este resultado", disse Hélder Gomes, após a derrota frente ao ucraniano Oleksii Sedov, atleta que afastou o português que em Taipé2009 conseguiu, também, o bronze. Completamente rendido e dedicado a esta área, a da alta competição para surdos, o atleta de 30 anos pensa agora no que o espera no futuro: "Ainda não sei se vou continuar treinar ou começar a preparar atletas surdos mais jovens", concluiu.

"Espero que as pessoas surdas possam ver isto como exemplo. Há poucas pessoas surdas a praticar desporto. Sou quase a única surda a praticar judo", disse, pouco depois de ter conquistado a medalha de prata na categoria -63 quilos, Joana Santos que em Taipé2009 já tinha conquistado ouro.

Balanço em números

3
Total de medalhas conseguidas em 2013 (uma de ouro, uma de prata e uma de bronze)

11
Total de medalhas conseguidas em todas as edições (cinco de ouro, três de prata e três de bronze)

13
Número de atletas da comitiva lusa

16
Recordes nacionais batidos na natação portuguesa

24
Lugar de participação coletiva atribuído a Portugal em Sófia

1993
Ano de estreia de Portugal nesta prova

2017
Próxima edição deste evento agendada para Ancara, Turquia

2021
Portugal será candidato à organização

DESPORTO

Boccia - A Modalidade!

Portugal: de potência a padrinho… E agora?

Helena Bastos, a selecionadora que há 20 anos se dedica à modalidade mais medalhada de sempre em Portugal, em discurso direto. O futuro do boccia nacional, as lacunas e as alegrias contadas na primeira pessoa.

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas pela CED

Plural&Singular (P&S) – Que balanço faz deste Campeonato Europeu de Boccia [prova disputada em Guimarães, em junho – ver caixa]?
Helena Bastos (HB) – É sempre bom vencer em casa, mas é sempre muito difícil. Os jogadores estão com vontade de mostrar que têm valor e são capazes de vencer uma competição e isso traz uma pressão acrescida. Gera ansiedade. Mas o balanço é feliz, muito feliz por tudo: competição, organização… Estivemos e estamos bem apesar de tantas dificuldades.

P&S – A Helena reivindica sempre e bastante a construção de um centro de treino, em Portugal, para esta modalidade… É dessas dificuldades, por exemplo, que está a falar?
HB – Nesta altura, no nosso país, estarmos a pedir uma coisa dessas parece uma utopia mas é uma realidade em muitos outros países já. E isso faz com que comecemos a ficar para trás. Nós fomos uma potência na modalidade e agora continuamos a ficar nos lugares cimeiros mas já não é com aquela segurança de antigamente.

P&S – Além de condições, o que falta mais por exemplo ao nível dos atletas?
HB – Antigamente era muito fácil angariar jogadores de boccia porque eles estavam nas instituições e trabalhava-se lá. Agora estão mais integrados socialmente, estão nas escolas a trabalhar, não estão tanto nas instituições, e resta-lhes menos tempo para a prática desportiva. Por um lado é bom. Em termos desportivos não é. Mas é bom em tudo. Para o boccia não é.

P&S – Assumindo que esta realidade é boa no aspeto global da vida de uma pessoa com necessidades especiais/com deficiência, qual é, então, a solução para o boccia?
HB – As pessoas têm de se dedicar um bocadinho a isto. A modalidade já existe no desporto escolar. Mas não está a funcionar da melhor maneira. É verdade que numa escola não pode haver jogadores suficientes de boccia. As coisas tinham de estar organizadas para que se juntassem três/quatro/cinco escolas com horário comum em que os alunos funcionassem para a prática desportiva.

P&S – O tal centro de treino… As tais melhores condições…
HB – Exatamente. Se existisse um centro de treino, onde as pessoas pudessem ir lá ver, por exemplo, os jogadores mais competitivos que estavam lá a treinar ao fim de semana, provavelmente servia de motivação. Mas os portugueses nem sabem que o boccia é a modalidade em que ganharam, enquanto país, mais medalhas desde sempre…

P&S – E relativamente a equipas técnicas: depois da angariação de jogadores, há gente, além dos atuais, apta para continuar este caminho?
HB – Sim e não. Por falta de muita coisa… O meu exemplo é o seguinte: os acompanhantes portugueses são voluntários… Trabalham nas instituições, é certo, mas o objetivo deles na instituição não é esta prática desportiva de alta competição. É muito difícil ter gente disponível para estas coisas. Muitos países trazem como acompanhantes os familiares: pais e mães, irmãos… Portugal nunca teve essa opção e eu pessoalmente não gosto muito. A relação familiar tem outras nuances que não tem a relação desportiva e, portanto, complica um bocadinho às vezes. Isso terá de ser revisto e admito que até possa vir a funcionar. Temos, na Seleção, neste momento, dois/três casos: uma esposa, o pai de um jogador…

P&S – Acha que o boccia português não tem o reconhecimento que merece?
HB – Acho que sim. Eu costumo, quando estou a falar sobre isto e a fazer balanços com jornalistas ou perante governantes, funcionar como mãe galinha. Acho que a imprensa, sobretudo nos Jogos Paralímpicos que é quando há mais visibilidade, a imprensa pouco se preocupa

Boccia - A Modalidade!

Boccia - A Modalidade!

com o boccia. É mais fácil darem visibilidade à natação porque são outro tipo de pessoas com uma comunicação mais fácil, com uma imagem mais apelativa. E têm tendência a esquecer-nos. Eu acredito que não seja por mal. Mas depois sou um bocadinho agressiva nisso porque aparecem quando os resultados aparecem. Isso magoa muito. Também admito que nós nos habituamos a ser tratados assim e não lutamos muito.

P&S – Portugal foi uma grande potência e mantém-se nos lugares cimeiros. Quais são os principais concorrentes atuais?
HB – Aqui? [Campeonato Europeu] É a Inglaterra. Para Londres2012 fizeram um investimento muito grande e estão a destacar-se. Mas a nível mundial? Brasil e países da Ásia. O Brasil já demonstrou isso em Londres. O Brasil com a entrega dos Jogos Paralímpicos de 2016 investiu muito e está a ter muitos bons resultados. Tem uma massa humana para escolha muito grande. Creio que vão dar cartas em 2016 e não é só no boccia, o que é também um orgulho para nós portugueses pela relação criada com aquela Seleção, entre outras…

P&S – Pois, Portugal é um bocadinho o padrinho do boccia brasileiro?
HB – De várias nações. Nós fomos fazer formação ao Brasil quando eles se iniciaram… Mas é, também, com muito orgulho que vejo aí os jogadores russos a terem já prestações muito dignas e resultados muito interessantes e saber que estivemos lá no início a dar formação. No boccia tenho uma série de filhos, os portugueses, e uma enormidade de enteados de outras nacionalidades.

P&S – A Helena já abordou em entrevistas recentes, e sobretudo após os Paralímpicos de Londres no ano passado, que está preparada para sair da Seleção por querer dar lugar a novos…
HB – Tomei a opção de me deixar estar. Tive de reconhecer que seria o meu último ciclo paralímpico. As pessoas têm de saber estar e reconhecer e saber sair. É a vez de dar o lugar a pessoas mais novas. Embora eu também tenha a noção de que se as coisas não se alterarem é muito difícil cativar para estas posições, pessoas mais novas. Porque isto dá muito trabalho, muito investimento pessoal, dá um prejuízo muito grande às relações familiares, dá prazer é certo mas não dá dinheiro. E as pessoas mais novas têm de se organizar e fazer outro tipo de investimentos. Eu estou no fim de linha. A minha vida está serena. Ainda não há certezas mas sei que estarei no Rio de Janeiro ou como selecionadora de Portugal ou porque mandei email, logo que soube que o Brasil ganhou a organização dos Jogos Paralímpicos, aos meus amigos brasileiros que me responderam que tenho de estar lá, temos de estar juntos.

P&S – Sem, obviamente, perguntar por números de medalhas: que expectativas, a nível desportivo, tem para Rio2016?
HB – Eu nem ao pé falo de medalhas, quanto mais a esta distância. Portugal vai ter sempre uma participação muito digna. É evidente que toda a gente quer uma medalha. Mas o que me importa é que tenhamos uma participação muito digna sem a pressão das medalhas. E vamos investir nisso. Este ciclo começou já com um investimento em treinos diferente. Alteramos algumas rotinas. Tentamos rodear-nos de pessoas que nos pudessem ajudar. Temos um psicólogo, muito recentemente, só nesta época, a trabalhar com a seleção e está a resultar muito bem.

Campeonato Europeu de Boccia organizado em Guimarães
A cidade de Guimarães recebeu, entre 16 e 22 de junho, o Campeonato da Europa de Boccia, que juntou 135 atletas, entre os quais 11 portugueses. Ao todo estiveram representados 23 países.
Portugal conquistou a medalha de ouro e o título de Campeão Europeu (pares BC3), a medalha de prata e o título de vice-campeão (equipas da classe de BC1 e BC2), a medalha de ouro e título de campeão europeu (José Macedo, BC3), a medalha de ouro e o título de campeão europeu (Fernando Ferreira, BC2) e uma medalha de prata e o título de vice-campeão europeu (Abílio Valente, BC2).
Nota para o facto de Portugal ter atingido três primeiros lugares, três medalhas de ouro e três títulos de campeão europeu, dois segundos lugares e a prata, em equipas, pares e individuais.
José Macedo (atleta do Sporting de Braga e duplo medalhado dos Jogos Paralímpicos de Londres 2012) conquistou o ouro e é campeão europeu da respetiva classe (no campeonato, já havia subido ao pódio em Pares BC3).
Grécia e Bélgica ocuparam, respetivamente, os restantes lugares do pódio.
Já Fernando Ferreira (individuais BC2) conquistou o título de campeão da Europa, medalha de ouro, e Abílio Valente é vice-campeão da europa, alcançou a medalha de prata. O terceiro lugar do pódio foi para o espanhol Manuel Martín.
Na classe BC1, António Marques e João Paulo Fernandes terminaram as competições individuais, respetivamente, em quinto e sexto lugar. E em BC4 os resultados finais colocaram Pedro Clara a ocupar a quinta posição e Fernando Pereira em sexto.
Integrada no programa de Guimarães Cidade Europeia do Desporto (CED), esta competição decorreu no pavilhão multiusos de Guimarães. É a terceira europeia organizada por Portugal. Mas é a primeira vez que este campeonato foi organizado sob a égide de Federação Internacional de Boccia (BISFed), criada em janeiro deste ano, sendo organizado pela Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto (PCAND).
Os Campeonatos Europeus de Boccia realizam-se de quatro em quatro anos.
Em Guimarães, registou-se um record de participantes.

COMITIVA PORTUGUESA
BC1 - António Marques, Emílio Conceição, João Paulo Fernandes, Luís Ferreira
BC2 - Cristina Gonçalves, Rosa Carvalho, Fernando Ferreira, Filinto Carvalho, Abílio Valente, Jorge Cardoso
BC3 - Armando Costa, Ricardo Neves, José Carlos Macedo, Roberto Mateus, Luís Silva, Vânia Pinheiro
BC4 - Fernando Pereira, Rosa Lopes, Pedro da Clara, Alberto da Clara, Domingos Vieira, Américo Cunha
Fisioterapeuta – Cristina Marques
Treinadora/Selecionadora Nacional – Helena Bastos

RESUMO DE MEDALHAS PARA PORTUGAL
Medalhas de ouro: **Pares BC3 (Armando Costa, José Macedo, e Luís Silva); Individuais BC2 – Fernando Ferreira; Individuais BC3 – José Macedo**
Medalhas de prata: **Equipa BC1/ BC2 (António Marques, Abílio Valente, Cristina Gonçalves, Fernando Ferreira, e João Paulo Fernandes); Individuais BC2 - Abílio Valente.**

Boccia - A Modalidade!

Abílio Valente, 32 anos, representa a APPC – ARDA / BC2: 5.º lugar em individual e 4.º lugar em equipas (Londres, 2012) e medalha de ouro em individuais na Taça do Mundo (Irlanda, 2011).

António Marques, 49 anos, representa a APC Coimbra / BC1: medalha de bronze em equipas (Sydney, 2000), medalha de ouro em equipas (Atenas, 2004) e medalha de prata em individual e em equipas (Pequim, 2008).

Armando Costa, 38 anos, representa a APPC – ARDA / BC3: medalha de ouro em pares (Atlanta, 1996), medalha de prata em individuais (Sydney, 2000), medalha de prata em pares (Pequim, 2008) e medalha de prata em pares (Londres, 2012).

Cristina Gonçalves, 35 anos, representa a APC Lisboa / BC2: medalha de ouro em equipas (Atenas, 2004) e medalha de prata em equipas (Pequim, 2008).

Domingos Vieira, 30 anos, representa o SC Braga / BC4: 1/8 final em individuais (Londres, 2012) e medalha de bronze em individuais na Taça do Mundo (Irlanda, 2011).

Fernando Ferreira, 41 anos, representa a APC Viseu / BC1: medalha de prata em individuais (Barcelona, 1992), medalha de prata em equipas (Atlanta, 1996), medalha de bronze em equipas (Sydney, 2000), medalha de ouro em equipas, medalha de bronze em individuais (Atenas, 2004) e medalha de prata em equipas (Pequim, 2008).

Fernando Pereira, 58 anos, representa a APPC – ARDA / BC4: medalha de prata em pares (Atenas, 2004) e medalha de prata em pares (Pequim, 2008).

João Paulo Fernandes, 28 anos, representa a ARDA-APPC NR Norte / BC1: medalha de ouro em individuais e equipas (Atenas, 2004), medalha de ouro em individuais e medalha de prata em equipas (Pequim, 2008).

Luís Silva, 33 anos, representa a Assc. Boccia Luís Silva / BC3: medalha de prata em pares (Londres, 2012), medalha de prata em pares no Campeonato do Mundo (Portugal, 2010) e medalha de bronze em pares na Taça do mundo (Irlanda, 2011).

José Macedo, 41 anos, representa o SC Braga / BC3: medalha de ouro em pares, medalha de ouro individual (Atlanta, 1996), medalha de prata em individuais e medalha de prata em pares (Londres, 2012).

Pedro Clara, 30 anos, representa o FC Porto / BC4: medalha de prata em pares (Atenas, 2004),medalha de prata em pares (Pequim, 2008) e medalhas de prata em pares no Campeonato da Europa (Portugal, 2009).

Dados e principais resultados desportivos apurados/selecionados com base nos currículos dos atletas disponíveis aquando do EuroBoccia 2013 que se realizou em junho em Guimarães

Boccia - A Modalidade!

DESPORTO

Boccia - A Modalidade!

BISFed: porquê?

David Hadfield é presidente da BISFed, Boccia International Sports Federation, ou, em português, Federação Internacional de Boccia, uma entidade que só surgiu este ano para dar "força" à modalidade que "nasceu ao contrário": sem ser adaptada, adaptou-se…

Plural&Singular (P&S) – Porque é que a BISFed foi criada? Sentiram necessidade de dar mais força à modalidade de boccia? Na prática o que foi mudado?
David Hadfield (DH) – A estratégia do Comité Paralímpico Internacional é a de que todos os desportos sejam auto-suficientes, se consigam mobilizar e organizar sozinhos. Existia Associação Internacional de Desporto e Recreação para Paralisados Cerebrais (CPISRA) [cujo lema é "um mundo, onde pessoas que tenham paralisia cerebral ou uma condição neurológica relacionada, tenham a oportunidade de participar/praticar desportos e outras atividades, por sua escolha"]. Há três anos, em 2010, entendeu-se que já era altura do boccia ser um desporto independente. Então foi criada esta nova organização, a BISFed. E dedicamo-nos completamente ao boccia, enquanto a CPISRA tinha muitos desportos.

P&S – Quais são os principais objetivos da BISFed?
DH – O mais importante é promover mais oportunidades competitivas para todos os atletas do mundo que queiram desenvolver-se neste desporto. Até ali, existia uma grande competição por ano nos vários continentes: Europa, Ásia, América… Tratam-se competições continentais. Mas no próximo ano, a BISFed vai promover uma grande competição mundial. E queremos fazer muitos campeonatos mundiais…

P&S – O boccia mundial já sente falta disso… De um campeonato do mais alto nível, além dos Jogos Paralímpicos, porque é só no terreno, no campo que se faz um atleta evoluir e, neste caso particular, só na alta competição… É isso?
DH – Exatamente. É uma necessidade mais do que uma meta. É um objetivo porque existe lacuna. Claro que precisamos de ter países que acolham estas competições, como Portugal está a fazer neste Europeu Campeonato Europeu de Boccia [prova disputada em Guimarães, em junho – ver caixa]. Esse é o grande objetivo: criar mais competições e melhores condições, logo formar mais atletas e melhores atletas. Quem sabe Portugal será um candidato a organizar essa grande competição. E também existe a possibilidade de dividir a organização por dois países vizinhos, como acontece em outras modalidades, no futebol por exemplo.

P&S – Em Portugal é comum ouvirem-se lamentos por parte de desportistas de desporto adaptado sobre falta de igualdade entre estes e os desportistas "normais". Na sua experiência, acha que esta realidade repete-se no mundo inteiro?
DH – Penso que no boccia é um erro ver sob esse ponto de vista. No boccia não acho que haja falta de igualdade de oportunidades. O boccia é praticado ao mais alto nível de competitividade. São os atletas com mais necessidades especiais, atletas com as deficiências intelectuais mais profundas, que praticam boccia. Então os melhores estão lá, na alta competição. A comparação não se coloca com o desporto 'normal' porque o boccia é 'normal' para estes jogadores e adaptou-se a quem não tem deficiência. Se quisermos: esta modalidade nasceu ao contrário da maioria.

P&S – Gostava que mais pessoas sem deficiência praticassem boccia? Acha que seria benéfico para a modalidade, porquê?
DH – Sim, ainda que não com tanta frequência como desejado, o boccia também é praticado nas escolas, e também por pessoas idosas, entre outros casos. Esta prática é muito comum, pelo menos, na Inglaterra, onde eu vivo. É muito importante que a atração pelo jogo seja despertada e fomentada. O boccia de todos os desportos paralímpicos é o único que tem esta característica tão própria. Penso que o boccia é completamente diferente dos restantes desportos, mesmo diferente dentro do universo do desporto paralímpico… Há uma beleza nisto.

P&S – Beleza…
DH – O boccia está desenhado para ser praticado por pessoas com deficiência. O boccia foi adaptado para poder ser praticado por crianças sem deficiência e não o contrário. Não é um desporto comum que se adaptou a paralímpico. O rapaz mais forte do recreio pode ser batido pela menina mais pequena só porque ela foi mais inteligente. Portanto, há igualdade e ainda por cima igualdade de género… São as caraterísticas mentais que mandam.

P&S – Conhece os atletas da Seleção portuguesa?
DH – Os portugueses estão a praticar há muito tempo. Conheço alguns melhor que outros. Já os vi praticar a todos. Há uma nova promessa que surgiu há uns dois anos atrás, o Abílio Valente: é um excelente jogador. É muito importante que surjam novos atletas…

P&S – Sim, realmente essa é uma das grandes preocupações nacionais nesta modalidade: o envelhecimento dos atuais atletas de um país que já foi uma grande potência neste desporto… A nível internacional, como é visto Portugal?
DH – Portugal está completamente ligado ao desenvolvimento e evolução deste desporto. Hoje podem existir outras potências e novos magníficos jogadores, mas a tradição é portuguesa, inglesa, entre outros. Portugal tem também a responsabilidade de liderar a equipa de boccia mundial. Ajudar os países que se estreiam. Há uma responsabilidade quase moral de país experiente e formador. Portugal tem um papel importantíssimo mesmo na BISFed. O nosso vice-presidente é português: Joaquim Viegas. E temos representação forte em vários comités por portugueses, pela sua experiência.

P&S – E este campeonato como está a correr?
DH – Até agora [entrevista feita a três dias de terminar o campeonato] tudo correu bem. As instalações [pavilhão multiusos de Guimarães] são fantásticas. Não se encontram pavilhões com capacidade para doze campos de boccia para prática em simultâneo em muitos países.

Boccia - A Modalidade!

Boccia - A Modalidade!

E Portugal e Guimarães, têm. Eu olho sempre para a competição pela perspetiva do atleta. E existem três/quatro pormenores que têm de funcionar. O ambiente da competição tem de ser bom. Aqui está a ser bom. A segunda coisa é a comida tem de ser boa. E a comida é boa. A terceira é o alojamento: é bom, também. Se não fosse bom, ouviria queixas. É bom porque ainda não ouvi nada. E, no boccia, o quarto aspeto fundamental é um bom transporte. Aqui foram-nos disponibilizados fantásticos autocarros. Ainda que a acomodação fique a alguns quilómetros de distância, e não se possa andar ou chegar em cadeira de rodas, o transporte está preparado. Estou muito satisfeito com a organização.

P&S – Em termos competitivos, o qua acha que vai acontecer ao boccia no futuro?
DH – O Brasil e a Ásia começam agora a sua tradição nesta modalidade. Talvez tradição não seja a palavra. Talvez comecem o seu caminho. Não têm a tradição portuguesa. Mas são grandes potências no boccia. Estão a formar, e muito bem, atletas de altíssima competição. Inglaterra está, na Europa, como a potência pelo investimento, estratégia, visão… Em 2016, seria bom para o boccia, no Rio de Janeiro, que mais pessoas se associem e muitos atletas se revelem. Londres foi fantástico, mas tem de ser ainda melhor no Brasil porque mais anos se passaram e mais se fez por esta modalidade. Temos de ter mais espectadores, mais publicidade sobre o que é o boccia, chamar mais gente a ver a modalidade e a interessar-se por ela.

P&S – Chamar espectadores e dar mais visibilidade a esta modalidade é outro grande desafio?
DH – Sem dúvida. Aqui [Campeonato Europeu], por exemplo, algumas escolas vêm conhecer a modalidade e assistem. Temos pessoas relacionadas com as seleções e com os atletas: familiares, amigos… Mas queremos mais. E os Jogos Paralímpicos são uma oportunidade através da cobertura das televisões e da imprensa em geral.

Mais sobre boccia
Modalidade do programa paralímpico desde os Jogos de Nova Iorque1984.
É um jogo exclusivo dos Jogos Paralímpicos, destinado a atletas com paralisia cerebral em cadeira de rodas, podendo ser disputado individualmente, em pares ou por equipas de três elementos, sem divisão por sexos.
O boccia disputa-se num pavilhão com marcações próprias e envolve 13 bolas: seis de cor azul, seis de cor vermelha e uma bola branca, o alvo (também denominada como "jack").
O objetivo consiste em colocar o maior número de bolas de cor próximo da bola alvo.
As bolas podem ser atiradas com a mão, pé, ou com o auxílio de calhas, ou ponteiros, consoante o grau de incapacidade. Estes dois últimos são dispositivos para atletas com uma deficiência que lhes afete os quatro membros.
A modalidade pode ser disputada individualmente, em pares ou por equipas de três elementos, sem divisão por sexos.
Os atletas são divididos em quatro classes, que são designadas pelas letras BC seguidas de números. As classes um e dois são destinadas a atletas que jogam com a mão ou com o pé, a três agrupa os atletas que jogam com calhas, e a quatro os praticantes que sofrem de doenças neuromusculares.
Na classe 3, os atletas que jogam com o auxílio de calhas têm um acompanhante técnico, que está de costas para o jogo, que os ajudam a orientar a calha para lançar a bola.
O boccia sénior, jogado com regras adaptadas, é praticado por pessoas com mais de 60 anos, com ou sem incapacidades, e tem já um campeonato nacional próprio.
Em Portugal, segundo registos próximos dos Jogos Paralímpicos de Londres2012, o boccia é praticado por cerca de 300 atletas, de mais de três centenas de associações e clubes. A modalidade começou já a ser integrada no desporto escolar e conta também com mais de três mil praticantes na idade sénior.
O desporto surgiu em 1982 nos países escandinavos, inspirado em jogos tradicionais como a malha ou a petanca, e quatro anos depois foi integrado no programa paralímpico dos Jogos de 1984.
Em Portugal a introdução aconteceu logo em 1983 e logo no ano seguinte o país conquistou uma medalha de ouro nos Jogos de Nova Iorque. Dois anos depois, em 1986, Portugal voltou a destacar-se nos primeiros campeonatos do mundo, já com a participação de doze países, daí ser atribuída à seleção lusa a ideia de que tem "tradição", "experiência" e é "formadora".

Campeonatos do Mundo de Atletismo IPC

Bronze em medalhas, ouro em sorrisos!

Portugal conquistou cinco medalhas de bronze nos campeonatos do mundo… Cinco medalhas, "muito esforço" e uma comitiva com "grande espírito de equipa" é o balanço de mais uma jornada vitoriosa.

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas pela ANDDI

21 atletas paralímpicos portugueses participaram nos Campeonatos do Mundo de atletismo do Comité Paralímpico Internacional (IPC), em Lyon, França, de 19 a 28 de julho. Ao todo foram cinco as medalhas conquistadas mas o número de sorrisos, esse foi impossível contar…

Nuno Alves abriu a conta de medalhas para Portugal ao alcançar o bronze logo no primeiro dia de competição. O atleta disputou os 5.000 metros, T11 (cegos totais).

Seguiu-se Lenine Cunha que, assim, repetiu o feito dos Jogos Paralímpicos de Londres 2012, com o bronze no salto em comprimento, T20 (deficiência mental).

A terceira medalha foi ganha por Maria da Graça Fernandes no salto em comprimento, T37/38 (paralisia cerebral). Os maratonistas Gabriel Macchi e Joaquim Machado conquistaram o bronze nas maratonas T12 (ambliópes) e T11, respetivamente, fechando a contagem do mealheiro português.

À chegada ao aeroporto, de regresso de Lyon, no dia a seguir ao fecho do campeonato, a comitiva portuguesa era uma equipa feliz.

"Foi muito difícil mas sabe muito bem receber esta medalha. Estou muito satisfeita", confessou a atleta Maria Graça Fernandes.

Já Lenine Cunha destacou o espírito de equipa e fez um balanço positivo: "O espirito de equipa foi muito grande. Quando um atleta não tinha competição, ia para o estádio apoiar os amigos. Foi um balanço muito bom. Foi uma das melhores comitivas em que estive até hoje".

Para Gabriel Macci, o terceiro lugar soube a primeiro: "Fiquei em terceiro. Estavam lá os melhores do ranking mundial e também o campeão paralímpico. E um terceiro lugar foi excelente porque estavam lá os melhores mesmo", analisou o atleta.

E Joaquim Machado lembrou o trabalho de tantos outros, para além de atletas paralímpicos, que ficam na sombra a preparar estas provas… "Foi uma prova difícil mas dei o meu melhor e fiz o que pude por mim, para o meu país, para o grupo que trabalhou comigo e muito me ajudou. Isto não foi só esforço meu. O maior esforço é meu, mas outras pessoas também trabalham muito, treinadores e tudo isso", afirmou Machado.

Por sua vez, questionado sobre a prestação portuguesa, o capitão de equipa de Portugal, Gabriel Potra, manifestou-se feliz, mas não esqueceu que este Campeonato do Mundo de atletismo podia ter ficado muito condicionados, dados os atrasos no financiamento.

"Gostava que não se repetisse um ano como este porque foi um ano muito difícil, e também difícil psicologicamente com o atraso da assinatura dos contratos programa. Isso fez com que toda a programação tivesse sido um pouco afetada. E sei que já foi assinado o contrato programa e espero muito sinceramente que a partir de aqui para a frente consigamos recuperar até aos jogos do rio", afirmou, no aeroporto, Gabriel Potra.

Também o chefe de Missão desta comitiva, Luís Figueiredo, no dia do encerramento das provas, em Lyon, estava satisfeito, apesar de não esquecer todas as dificuldades, que neste campeonato até apareceram em forma de chuva e calor, ao mesmo tempo.

"Entre os 21 atletas presentes, tivemos seis melhores marcas do ano, quatro recordes pessoais, 19 atletas nas finais e cinco medalhas de bronze", enumerou Figueiredo, lembrando que o desgaste físico foi "enorme" com "as provas a serem disputadas com temperaturas acima dos 30 graus e humidade superior a 60 por cento". "No entanto os resultados apareceram", concluiu.

Esta competição juntou quatro áreas de deficiência: Motora, Visual, Paralisia Cerebral e Intelectual. Dados da organização indicam que mais de 90 países marcaram presença, com um total de cerca de 1.300 atletas.

OUTRAS NOTAS…

Ricardo Vale fica em terra
Para tristeza da comitiva portuguesa a 18 de julho foi anunciado que a lesão de Ricardo Vale não lhe permitiria participar nos Campeonatos do Mundo de atletismo IPC. A equipa lusa ficou reduzida dos 22 atletas iniciais para 21. Ricardo Vale é atleta de meio-fundo, portador de deficiência visual.

Próxima meta de Nuno Alves: bater os latino-americanos
Nuno Alves, de 38 anos, soma quatro participações em Jogos Paralímpicos e conquistou, em Lyon, a sua vigésima medalha em Campeonatos do Mundo e da Europa IBSA (Federação Internacional de Desporto para Cegos) e IPC. À frente deste atleta luso ficaram o brasileiro Odair Santos (15.33,37) e o venezuelano Cristian Valenzuela (15.45,68), medalhas de ouro e prata, respetivamente.

Lenine Cunha dedica conquista à família e treinador
Lenine Cunha, já conquistou, só este ano, 12 medalhas em competições internacionais. Em Lyon fez um salto de 6,77 metros. O atleta paralímpico, que nos Jogos Londres2012 também tinha conquistado a medalha de bronze, com um salto de 6,95 metros, dedicou o terceiro lugar alcançado no Campeonato do Mundo de atletismo IPC ao seu treinador, José Costa, e aos familiares e amigos.

O quinto lugar de Cátia Almeida e Odete Fiúza
Cátia Almeida e Odete Fiúza terminaram em quinto lugar a prova de 1.500 metros. Odete Fiúza foi a quinta melhor na final de T11 (cegos totais), com o tempo de 5.17,88 minutos, enquanto Cátia Almeida terminou na mesma posição, mas em T20 (deficiência intelectual), com o registo de 4.58,69 minutos.

Cabo verde conquista medalha inédita
Márcio Fernandes é o atleta paralímpico que conquistou uma medalha inédita para Cabo Verde, durante os Mundiais de atletismo do Comité Paralímpico Internacional. O cabo-verdiano ficou em segundo lugar no lançamento do dardo, com 53,87 metros, na categoria de atletas com deficiência física (T-44), ficando a 30 centímetros do ouro.
"Sou vice-campeão do Mundo após 20 de luta e trabalho árduo. Poucos sabem o que passei para aqui chegar e a esses devo este sucesso, porque sempre acreditaram em mim", escreveu Márcio Fernandes na sua página de facebook.

João Lobo, atleta de ténis em cadeira de rodas

O jogador que foi pioneiro em Portugal...

Começou a modalidade nos EUA, já viveu e praticou em Macau, e passou por países como China, Japão, Malásia sempre a divulgar o ténis em cadeira de rodas. João Lobo, o atleta que tentou o basquetebol mas se apaixonou por desporto ao ar livre, tem o sonho de representar mais vezes a seleção nacional. ***Por Paula Fernandes Teixeira***

Um acidente obrigou João Lobo a usar uma cadeira de rodas. Foi em 1979. É engenheiro electrotécnico. Já representou Portugal na seleção nacional de ténis em cadeira de rodas e já correu o mundo a mostrar como se pratica esta modalidade.

A paixão pelo ténis só chegou após o acidente, mas chegou, enraizou-se e João já não abdica dela, apesar de todas as dificuldades e faltas de apoios.

"A ideia de praticar ténis em cadeira de rodas surgiu em 1989, quando fui aos EUA, e tive essa experiência. Havia um grupo de americanos que se juntavam e eu juntei-me a eles. Conheci uma modalidade que nem existia cá e nem era conhecida, e iniciei-me", contou João Lobo, à Plural&Singular.

Mas em Portugal, este atleta não tinha com quem jogar. Entretanto a sua profissão levou-o para Macau, onde viveu seis anos (de 1992 a 1998). "Cá bati, durante algum tempo, bolas contra a parede, mas em Macau consegui formar uma equipa".

João Lobo chegou a experimentar o basquetebol em cadeira de rodas mas faltava-lhe o ar livre e o sol… É, assim, que se torna o pioneiro do ténis em cadeira de rodas em Portugal. E felizmente, em 1999, de regresso a Lisboa, onde viveu antes de se mudar para a Maia, mais recentemente, já tinha com quem praticar. Inscreveu-se no Clube de Ténis do Pombal, emblema pelo qual já ganhou medalhas e troféus, mas principalmente ajudou a desenvolver a modalidade.

"Se fui pioneiro? Pode dizer-se que sim… Penso ter sido o primeiro português pelos relatos que ouço em provas e nos clubes. Mas como não foi em Portugal que experimentei, não me atrevo a afirmar isso… Esta modalidade ajuda muito. Gosto muito do ténis. Pratico sempre que posso. Os treinos, porque estou ocupado com o trabalho, não têm a regularidade que eu gostava. Mas é um projeto para a minha reforma. Um projeto que encaro com muita seriedade", continuou a contar.

João Lobo considera que o ténis lhe faz bem "ao corpo e à mente". E além do desporto destaca "a parte social" porque "quando há torneios, os atletas passam muito tempo com amigos e trocam ideias e técnicas não só desportivas, mas formas de encarar a vida".

Quando questionado sobre torneios que o marcaram, Lobo lembra um na Tailândia, mas já competiu em outros locais como Japão, Hong Kong, Malásia e Macau, "muito graças à colaboração da HSBC – Hong Kong Shanghai Bank Corporation. "Na Tailândia ganhei uma medalha que muito me orgulha e é uma taça muito bonita. Não vou aos torneios para ganhar taças, ainda que seja sempre um orgulho. Eu enervo-me um bocadinho nos torneios", brincou…

Sobre o ténis em cadeira de rodas em Portugal, este atle-

ta lamenta que a modalidade esteja, conforme descreveu, "estagnada" dado que o "conjunto de atletas que existe já pratica há muito tempo". "Era bom que aparecessem novos. Há pouco tempo apareceu um novo, vindo do basquetebol… A praticar com regularidade tenho conhecimento de seis apenas".
Realidade bem diferente existe na vizinha Espanha, onde "só na Galiza há muitos mais atletas que em Portugal inteiro".
"Aqui faltam apoios. Na Galiza há muitos mais apoios e muita mais sensibilidade para perceber que este desporto é importante, nem tanto ao nível competitivo, mas para integrar e desenvolver pessoas que estão em cadeira de rodas e desejam ter uma atividade física", lamentou.
A questão dos apoios é, desta forma, vista por João Lobo como "a velha questão" porque, considerou, "sem apoios nada se faz". Fazem falta os campos e "nem todas as pessoas têm a possibilidade de irem para o ténis só por elas".
A boa notícia é que para praticar ténis em cadeira de rodas não são necessárias adaptações a um ringue de ténis normal, mas "o aluguer de campos não é nada barato e menos barato fica se somado a acompanhantes, acessos…".
E foi neste aspeto que, de acordo com João Lobo, o Clube do Pombal se destacou como "um exemplo", uma vez que "cedeu os campos a esta modalidade e ofereceu aulas". Mas isto não acontece em muitos clubes. Lobo tem conhecimento de "mais dois ou três apenas". "Em Setúbal há outro clube que apoia. Nos Açores havia um mas entretanto parou".
Este atleta recorda com muito carinho e saudades a participação, enquanto representante da seleção portuguesa de ténis em cadeira de rodas, no Campeonato do Mundo, em 2009, em Nottingham, Inglaterra.
"Foi muito bom, uma experiência magnífica. Ganhamos uns jogos e perdemos outros. Pudemos conviver e recolher experiências diferentes. Ficamos em 16.º. Foi a primeira e única experiência como seleção até agora".
E porquê que foi uma experiência sem repetição? "Isso tem de ser apoiado pela Federação Portuguesa de Ténis mas não houve mais… Lamento mas compreendo que há falta de verbas. Existe potencial em Portugal, mas há falta de dinheiro. É o que se passa com todas as modalidades".
A Plural&Singular conheceu João Lobo na Feira Internacional de Saúde e Ajudas Técnicas NORMEDICA/AJUTEC, em maio, na Exponor, Matosinhos. Estava, a convite do Estrela e Vigorosa Sport, clube do Porto (ver página 62), a fazer demostrações de ténis em cadeira de rodas.
"Vim porque tenho muito gosto em fazer estas demonstrações. Esta é uma de muitas que já fiz. Eu e outros colegas achamos isto importante. Mostramos como se joga, falamos das regras, tentamos cativar mais atletas e mostramos que é fácil jogar", concluiu.
Lobo quer, agora, investir na modalidade através da atração de "atletas mais novos". Aliás, ri-se ao dizer que os atuais "já cá andam há muito tempo, tempo demais".
A projeção do ténis em cadeira de rodas é uma meta, também para beneficiar "o aspeto competitivo" deste desporto, mas sobretudo para continuar a marcar a melhora de "corpo e mente".

BI
Nome: João Lobo
Idade: 54 anos
Residência: Maia
Modalidade: Ténis
Clube: Federado pelo Clube de Ténis de Pombal desde 1989

CULTURA

Fazer, pensar e viver o teatro…

Fazer, pensar e viver o teatro…

O Grupo Crinabel Teatro está prestes a completar três décadas de existência ao serviço da arte de representar com pessoas com deficiência intelectual. O trabalho que desenvolve procura potenciar as capacidades artísticas, pessoais e sociais dos utentes da Crinabel, uma Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino Especial.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas por Marco Paiva

O reconhecimento artístico
São 27 anos a somar repertório e reconhecimento por parte da crítica e do público. O Grupo Crinabel Teatro assume-se como um coletivo pioneiro com validade cultural em Portugal e no estrangeiro e, além do mais, tem sido o "ninho" de muitos atores que ganham asas e começam a voar para outros projetos tanto na televisão, como no teatro e no cinema.
Prova disso, é o prémio de melhor ator que um dos elementos do grupo de teatro, Tomás de Almeida, recebeu, em 2007, na 31.ª edição do Festival de Cinema de Montreal, pela participação no filme "A outra margem", de Luís Filipe Rocha.
"A Carolina Sousa Mendes recebeu, do Museu do Teatro, o Prémio Carreira e recebemos, em 2011, o Prémio de Mérito da Clínica de Educação, que é uma estrutura ligada ao Ministério da Educação, pelo programa formativo de educação pedagógica que estabelecemos: os laboratórios, os seminários e as conferências", enumera o encenador do Grupo Crinabel Teatro, Marco Paiva.
Este último prémio vem reconhecer o trabalho pedagógico que se desenvolve no seio do coletivo que vai de encontro à necessidade de "discutir esta realidade com os próprios técnicos, de discutir metodologias, de discutir formas de trabalhar".
O "Laboratório Teatral: da ideia ao objeto" é dirigido a técnicos de ensino especial, a alunos de instituições, a professores, a pessoas das comunidades que tenham interesse em perceber que tipo de metodologia de trabalho é utilizada no Grupo Crinabel Teatro. "Nós levamos até estas pessoas a forma como trabalhamos, que não é uma fórmula, é só a nossa maneira de fazer e que está constantemente em mutação", explica o encenador.
A formação é gratuita, bastando que as instituições manifestem vontade de a receber. "Eu vou com um ator da Crinabel e uma pessoa que trabalha comigo. As únicas coisas que pedimos é que garantam as deslocações e as estadias, não têm custos de caché. Nós fazemos isto pelo país inteiro e a formação pode ter entre três dias a uma semana, depende das possibilidades", desenvolve Marco Paiva da Crinabel.

O trabalho artístico
O encenador, há 13 anos à frente deste coletivo, assume que por deformação profissional sempre trabalhou com os atores numa perspetiva artística. "Porque as ferramentas que eu tinha de aproximação a este trabalho eram ferramentas e metodologias de criação artística, não eram de intervenção ou reabilitação. Isto acabou por definir completamente a minha posição em relação a este projeto".
Ainda assim, não sendo a Crinabel uma companhia profissional porque "a profissionalização exigia outro tipo de recursos e de estruturas", Marco Paiva tem consciência que, apesar de trabalhar "numa perspetiva mais pedagógica do teatro enquanto ferramenta para potenciar outro tipo de capacidades", em termos de exigência de trabalho e de criação artística estão num patamar profissional.
Talvez por isso, tenham desenvolvido inúmeros projetos europeus com Itália, Espanha, Inglaterra e realizado espetáculos um pouco por todo o mundo. A última paragem foi o Teatro Valle-Inclán, em Madrid, na última semana de junho. Esta sala, que faz parte do Centro Dramático Nacional de Espanha, é uma das que está a abrir portas para programar espetáculos de pessoas portadoras de deficiência, porque, segundo Marco Paiva, "também se começa a notar que há uma mudança de paradigma em relação aos trabalhos que se apresentam".
A Crinabel Teatro também saiu do domínio escolar, se é que alguma vez lá esteve, e está a dar grandes passos num contacto artístico em que se atua para plateias com 200 pessoas sem se conhecer uma única cara.
O programador do ciclo "Una Mirada Diferente" viu, no coletivo, potencial para participar num festival de teatro contemporâneo sem ligações à deficiência. "Ele diz que a pertinência do trabalho que se está a apresentar já merece outro tipo de disposição e de dimensão", refere o encenador. Mas é inevitável para Marco Paiva comparar a realidade espanhola com a portuguesa. Acusa a falta de financiamento e investimento do Estado português e, até, a própria descrença das instituições em relação aos projetos que desenvolvem.

“Esta ida a Madrid para nós foi um balão de oxigénio porque o trabalho teve o reconhecimento que às vezes cá não encontramos. Nós trouxemos uma grande motivação, porque percebemos ‘ok, isto está a funcionar’, este trabalho faz sentido, vamos continuar a acelerar, a bater às portas… Agora, isto faz tudo parte de uma conjetura, que ultrapassa a deficiência, que é a consciência que o país tem da cultura, da educação. São pensamentos de muitos anos, más estruturações de ideias do que é a cultura ou a educação que não se mudam de um dia para o outro. Até a mudança chegar a esta realidade da deficiência vai ter que atravessar o lobby todo da educação, o lobby todo da cultura. Na cadeia alimentar nós somos os últimos, portanto vamos ficar à espera, mas vamos fazendo o nosso trabalho de mudança”, desabafa Marco Paiva.

E este trabalho de mudança, até de mentalidades, está a ser cumprido, mais não seja, por teimosia. “Estou sempre otimista. Até porque eu cresci com este projeto, portanto, dificilmente vou deixar de acreditar nele. Acredito sempre, vou estar sempre otimista que as coisas possam mudar”, revela o encenador.
E enquanto se espera que a mudança vá acontecendo, dá-se continuidade ao trabalho de criação realizado dentro deste coletivo, dá-se continuidade aos espetáculos, às formações…Faz-se teatro, pensa-se o teatro e, acima de tudo, vive-se o teatro.

P&S – Acredita que as pessoas com deficiência têm capacidade para desenvolverem uma carreira artística e profissional?
MP – Completamente. Até porque temos que perceber que a deficiência tem um espetro enorme, não é? Nós temos portadores de deficiência física ligeira, perfeitamente inseridas no mercado de trabalho, noutras profissões, até no teatro. Há criadores com deficiência no teatro profissional e depois há outro tipo de deficiência mais profunda, ligeira. Isto é um mundo muito grande.
Mas eu acredito perfeitamente, e cingindo-me aos atores que aqui estão na Crinabel, a maior parte destes atores teria possibilidade de trabalhar numa dinâmica profissional e já têm ferramentas para o fazer. Há uma coisa transversal desde o início deste projeto que se mantém até hoje que é: o teatro faz-se de coletivos. A grande força deste projeto - e por isso é que ele é dos poucos projetos deste país que, continuamente e ininterruptamente, trabalhou 27 anos - é que toda a gente tem um contributo muito grande no que faz. É como se fosse uma grande engrenagem e as peças fazem todas falta. Isso aqui dentro também se estimula, de que o teatro só faz sentido se for um pensamento coletivo e, portanto, naturalmente cada um deles se destaca por características próprias que tem, mas não há nenhum que não tenha algo de especial a dar ao trabalho que se faz.
Ao início do grupo de teatro a proposta estava mais virada, realmente, para a questão social. Isto é, escolhia-se um texto e apresentava-se numa festa de Natal, noutras escolas, em instituições. Depois começamos a abrir para festivais que se denominam festivais especiais. A premissa era fazer teatro e uma das coisas que temos vindo a alterar nestes últimos anos é que a concretização no teatro não é fazer peças, o processo é muito mais profundo que isso. Exige uma consciência sobre o que se faz, exige um debate sobre o que se está a fazer, exige perceber qual é a nossa posição ética sobre aquilo que estamos a fazer. Eu costumo dizer que nós deixamos de decorar para começar a imaginar. O que interessa é a capacidade de reflexão e de imaginação. Não é decorar, o teatro não é um exercício só mimético, é um exercício de pesquisa, de transformação. A grande diferença que o grupo tem atravessado é que deixou de ser um grupo que se limitava a decorar, que se limitava a uma mimética e passou a ter uma metodologia de trabalho e de reflexão, de transformação das coisas.

P&S - Então o Marco nestes 13 anos viu uma evolução enorme e positiva?
MP - Sim, sim vimos. E é engraçado que nós temos a consciência em que espetáculos é que essa mudança foi feita. Em 2006, eu encenei “A Metamorfose” do Kafka no Porto, no Teatro Helena Sá e Costa com eles. E nós notamos que esse espetáculo foi um momento de viragem estética do projeto porque começamos a apostar muito mais em ter muito mais cuidado esteticamente nas propostas cenográficas, passamos a ter muito mais interesse em trabalhar autores que nos dessem a possibilidade de mergulhar na obra e de a discutir e não só de limitar a ler e a ficar com uma história. E “A Metamorfose” é um romance ambíguo, ele fala sobre a condição do homem e a condição do homem é muito maior do que a história do Kafka lá escreveu. Começamos a ter interesse noutro tipo de escrita e noutro tipo de proposta. Lá está, nas propostas que nos faziam viajar para além do que era óbvio. O repertório da Crinabel há uns anos atrás centrava-se muito no Gil Vicente. Fizemos alguns textos do James Joice, mais infantis e de repente houve um interesse em ir buscar textos que nos obrigassem a especular e a refletir sobre qualquer coisa. “A Metamorfose”, por exemplo, nós sabemos que foi uma viragem na posição estética e um bocado ética sobre aquilo que escolhemos fazer.
E este último espetáculo que estreamos em junho, “A Conferência”, é outro patamar porque nós decidimos começar a discutir o próprio teatro. Como é que estamos a fazer teatro? Quais são as formas de o fazer? Porquê que estamos a fazer teatro e não estamos a fazer outra coisa para falarmos daquilo que nos interessa? Já não é só prazer de fazer uma peça, é o prazer de discutir também vontades.

P&S - E para além dessas duas peças que destacou, há mais alguma que vos tenha marcado?
MP – Há muitas. Nós gostamos muito de fazer “O Mendigo ou o Cão Morto”, que é um texto do [Bertold] Brecht, também estreamos em 2009. Fizemos agora um espetáculo chamado “Sala Branca” a partir de Harold Pinter que também nos deu muito prazer fazer. Fizemos o “Dias Felizes” do [Samuel] Beckett que também foi um espetáculo muito marcante. Fizemos “A Pomba” de [Patrick] Suskind, uma encenação do espanhol Paco Carrique, também era um espetáculo muito bonito. Todos os espetáculos acabaram por nos marcar por determinadas razões. São quase 50 espetáculos e todos eles têm uma história. Agora estes espetáculos [“A Metamorfose” e “A Conferência”], realmente, foram espetáculos de rutura, de transição para outra coisa qualquer.

Funcionando como uma valência da Crinabel, o grupo de teatro é composto por 16 atores fixos, sendo que alguns deles fazem parte do coletivo desde o início.

AGENDA:

Formações

Dias 9, 10 e 11 de setembro "Laboratorio Teatral" coordenação de Marco Paiva - Centro de Recuperação infantil de Fátima
Dias 11, 12 e 13 de novembro "Laboratorio Teatral" coordenação de Marco Paiva - APPACDM de Melgaço, de Valença e Monção

Espetáculos

De 10 a 13 de outubro "Conferência" criação colectiva Crinabel Teatro, encenação de Marco Paiva - Teatro Helena Sá e Costa (Porto)
De 19 a 22 de dezembro "A Cantora Careca" a partir de Eugene Ionesco, criação colectiva Crinabel Teatro, encenação de Marco Paiva - Teatro da Comuna (Lisboa)
De 5 a 30 de dezembro "Exercício sobre simplesmente não existir" de Lourenço Torres Henriques, encenação de Marco Paiva - Local a anunciar em breve (Lisboa)

Mais sobre Marco Paiva
Licenciado em teatro e cinema, em formação de atores, entrou para o grupo Crinabel Teatro no mesmo momento em que se começou a interessar por teatro. "Eu iniciei o trabalho na Crinabel na mesma altura em que comecei a ter interesse em teatro e só depois é que fui para o conservatório e só depois é que me profissionalizei como ator. Isto acabou por ser o primeiro espaço de pensamento sobre teatro. E nunca me passou pela cabeça fazer um estudo ou uma formação mais aprofundada sobre a deficiência, nunca senti essa necessidade", explica o encenador do grupo de Teatro da Crinabel.

A CRINABEL - Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino Especial foi fundada em 1975 por um grupo de pais e técnicos, tendo sido reconhecida como utilidade pública em 1980 e acreditada pelo IQF e passado uma década, em 1986 fundou o Grupo Crinabel Teatro que já apresentou quase 50 espetáculos pelo país e mundo inteiros.

Feira Medieval de Santa Maria da Feira ainda mais acessível

A Viagem Medieval em Terra de Santa Maria disponibilizou, nesta 17.ª edição de 1 a 11 de agosto, serviços de interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP), em áreas temáticas e espetáculos pré-definidos, bem como uma visita acessível ao recinto do evento e roteiro para pessoas com mobilidade condicionada. O site do evento também teve informação acessível, com interpretação em LGP.

Tal como o balanço desta 17.ª edição da Viagem Medieval que teve um recorde de visitantes, superando, segundo a organização, as 500 mil visitas esperadas, o balanço da utilização dos serviços de acessibilidade, também, é bastante positivo.

A maior recriação histórica da Europa que contou com mais de 50 mil visitantes por dia, pela primeira vez, disponibilizou serviços para cidadãos com limitações auditivas.

"O objetivo para esta edição era disponibilizar o serviço de interpretação em Língua Gestual Portuguesa em duas áreas temáticas e um espetáculo. Todas as áreas acessíveis registaram afluência de público surdo nos dias previstos, uma média de seis pessoas por iniciativa", revela a vereadora responsável pelo pelouro do Turismo, Bibliotecas e Museus, da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Teresa Vieira.

As áreas temáticas infantis Treino de Escudeiros, nas margens do Rio Cáster, e Pequenos Guerreiros, na subida para o Castelo, tinham o serviço de interpretação em Língua Gestual Portuguesa disponível nos dias 3 e 7 de agosto e, ainda, para uma visita guiada em que participaram cinco surdos, dois cegos, uma técnica da mobilidade da ACAPO, Paula Azevedo, e a coordenadora de projetos de acessibilidades, Josélia Neves, entre outros convidados.

"Ao nível da comunicação, o site da Viagem Medieval disponibilizou o programa do evento traduzido em língua gestual portuguesa", acrescenta Teresa Vieira.

A pensar nos visitantes com necessidades especiais, a organização da Viagem Medieval tem vindo a implementar, de forma gradual, ações que visam melhorar o acesso dos cidadãos com mobilidade condicionada ao recinto do evento e nesta edição, estas preocupações estenderam-se à diminuição das barreiras comunicacionais.

O próximo ano, "poderá contemplar acessibilidades para o público com limitações motoras, auditivas e visuais". A vereadora do Turismo, Bibliotecas e Museus considera que "para tal será necessário uma maior atenção ao pavimento e delimitação de percursos e áreas de descanso para maior conforto do visitante".

Aumentar as áreas ou horários com interpretação em Língua Gestual Portuguesa, oferecer ao visitante um espaço que desafie os sentidos do turista nomeadamente o tátil, um espaço de exposição de alfaias, armas, trajes, uma maquete da Viagem Medieval onde o público invisual possa tatear todo o imaginário da Idade Média e contemplar um dos espetáculos com áudio-descrição e visitas guiadas sensoriais são outros desafios para edições futuras.

A próxima Viagem Medieval em Terra de Santa Maria já tem data marcada: realiza-se de 31 de julho a 10 de agosto e vai recriar o reinado de D. Sancho II, quarto rei de Portugal.

Josélia Neves
Docente do Instituo
Politécnico de Leiria

Sobre o Tempo e o Espaço…

Anos a trabalhar em comunicação acessível e em projetos de carater cultural levaram-me a questionar o que haverá de comum entre todos eles no que toca à criação de condições de acesso em qualquer lugar para qualquer pessoa, independentemente da sua condição social ou física, da sua idade ou tão só mesmo da sua disposição para a interação. E ao dar uma e outra volta às diversas experiências havidas, chego sempre à mesma conclusão… é tudo uma questão de TEMPO e ESPAÇO. Diria melhor, TEMPOS e ESPAÇOS.

Esta simples passagem do singular ao plural explica por que razão as questões de acessibilidade e inclusão devem ser abordadas de forma (quase) individualizada, no respeito pelo tempo de cada um e pela forma como cada um ocupa e interage com o(s) espaço(s) em que circula. Ao confrontar os meus "tempos" com os "tempos" das pessoas com quem tenho tido o privilégio de tanto aprender, descobri que muitas incapacidades deixam de o ser quando se dá tempo a que o outro se manifeste e se criam espaços para que o outro neles encontre o espaço de que necessita para neles habitar.

Passemos em revista alguns desses (diferentes) tempos e espaços descobertos:

Tempos de ação… levantar-se, vestir-se, comer, ir daqui ali… tudo se faz… assim se dê tempo.

Tempo é também o que se precisa para descobrir o mundo que nos rodeia. E quanto mais distante do nosso quotidiano e rotina, mais tempo se precisa no desenhar incerto de percursos que se fazem com os pés (ou com rodas), com as mãos, com os olhos ou os ouvidos… percursos que se fazem aqui com as diferentes partes do corpo e, ali, de vez em quando, com o corpo todo. E para se fazer, por vezes é preciso parar, o que exige espaço(s) à nossa medida.

Permitam-me a partilha de alguns desses percursos à descoberta do conhecimento – tesouro tantas vezes escondido no tempo e no espaço dos outros. Aqui e agora pararemos apenas para percorrer um desses caminhos…

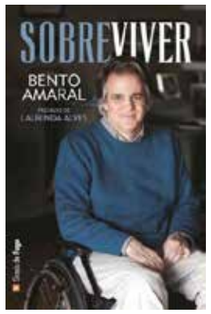
OPINIÃO

O percurso da leitura…

Ler dá trabalho! A todos! Num romance, as primeiras páginas são sempre as mais difíceis de percorrer; num jornal ou numa revista, a página do lado direito lê-se melhor, merece mais atenção; num cartaz informativo, onde texto, imagens e tabelas se apresentam lado a lado numa relação complementar ou meramente redundante, sequencializar e interrelacionar nem sempre é coisa fácil; e quando o texto é apenas imagem, como se faz para o ler? Mas tudo se torna mais difícil ainda, quando uma dislexia teima em baralhar as letras ou quando uma deficiência visual nos obriga a ler não com os olhos, mas sim com os ouvidos ou com as pontas dos dedos – aí o nosso tempo e o tempo dos outros ganham novas dimensões. Ler continua a ser difícil – pois ler é difícil para todos – mas passa a exigir outro tempo e outro espaço para que o mesmo percurso se dê. Se o romance se transforma em audiolivro, a leitura passa a ser feita no tempo da voz do outro; com o ritmo, a cadência, as pausas e as respirações com que o outro o possa ler. E logo aí, a voz do outro cria novos espaços possivelmente diversos dos espaços que o autor quis que ali existissem. Opte-se então pela voz sintética… neutra, pausada, indiferente à emoção ou ao cansaço de qualquer leitura humana. E surge de imediato a discussão sobre qual das duas formas se aproxima mais da experiência de uma leitura feita em silêncio, ao ritmo do vai vem de olhos educados a percorrer sequencialmente aquele caminho pontuado que leva qualquer história do princípio até ao fim. Parar, saltar páginas, voltar atrás, reler, ler devagar, parar naquela palavra que parece querer dizer algo mais… como se faz isso quando a palavra vive no tempo do outro e deixa de ocupar aquele espaço em que linhas negras se seguem de forma ordeira e se oferecem paradas aos ritmos de quem as absorve e lhes dá vida interior? Crie-se então o mesmo livro em formato alternativo – em letras aumentadas ou em braille, consoante o grau de perda de acuidade visual em causa. E novos espaços são exigidos. O livro que se encaixa na palma de uma mão, passa a abrir-se apenas em cima de uma mesa. Aquele livro que se lia no comboio, no areal da praia, em cima do joelho, passa a precisar de espaço para se espalhar e se oferecer a quem o passa a escrutinar com uma lupa ou com a ponta dos dedos. Mas este último, o livro em braille, só se revela a alguns. Se viver na sua tradicional vestimenta de "livro branco" ele diz respeito apenas a quantos tiverem aprendido a ler com os dedos. E são poucas as pessoas cegas que sabem ler braille. São poucos os que podem viver a gratificante experiência de desvendar uma história ao seu próprio ritmo. Com a disponibilização fácil de audiolivros, tem baixado o número de pessoas cegas a usar o braille. Aprender a ler e a escrever em braille leva muito tempo e a dificuldade em o aprender é proporcional à espessura da pele, cada vez mais grossa com o avançar da idade. Quanto mais jovem o aprendente, mais fácil a tarefa. Mas quando esse mesmo jovem está a aprender a ler, ele precisa de ser acompanhado por um adulto mais experiente – um professor, um pai, uma irmã mais velha, um amigo – mas esse livro que se lhe oferece em desafio e em promessa, quase sempre fica inacessível a quem apenas sabe ler com os olhos. E são poucos os livros que combinam as letras a negro e a impressão a braille. Essa dupla investida transformá-los-ia em livros inclusivos, algo particularmente valioso para leitores mais jovens ou inexperientes. Neste caso em particular, embora o braille ocupe obrigatoriamente mais espaço, o negro pode facilmente acompanhá-lo, fazendo-se presente numa fonte não serifada – arial, verdana,… – de tamanho 20 impresso a dois espaços. As histórias infanto-juvenis, os livros escolares, as brochuras, os boletins informativos e tantos outros documentos impressos passariam, assim, a criar espaços comuns para que pessoas com diferentes capacidades os possam trabalhar em conjunto.

Ainda no mundo unidimensional da impressão em papel ou da maioria dos mundos virtuais, surge um outro espaço de leitura – a leitura da imagem. Mais uma vez, ler não é fácil. Exige conhecimento, exige treino, e exige aquela capacidade de interpretação que vem de saberes acumulados em repetidas exposições à retina. É comum dizer que uma imagem vale por mil palavras ou que vivemos na era das imagens. De facto, em termos de comunicação, o século XX naturalizou o uso da imagem numa economia aparente. É a fotografia, são os grandes outdoors, é a televisão, são os jornais e as revistas que nos trazem lugares distantes e espaços outros para o nosso (pequeno) espaço, são as infografias que prometem dar informação factual em versões gráficas sugestivas. Coisas, lugares e pessoas passam a ser nossos conhecidos (e quase íntimos) e olhamos milhares de imagens sem as ver; retemos apenas algumas, particularmente aquelas que conseguimos encaixar nos nossos arquivos, mais arrumados em termos de emoções do que propriamente de conhecimento empírico. E cada nova imagem que se arquiva passa a ser (re)integrada no momento em que somos chamados a descodificar uma nova imagem. Tomamos cada imagem no seu todo, absorvemo-la num trago só, esquecemo-nos que o que estamos a fazer é a leitura das muitas partes que a compõe… o retratado, o ângulo, a luz, a cor, a composição, o enquadramento… Uma desconstrução/reconstrução tão simultânea e automática quanto o domínio da linguagem em uso. Raramente temos consciência da gramática com que cada imagem se organiza. Olhamos, vemos e pronto. Já está! E de novo se vive num tempo e espaço que está vedado a alguns, mas que lhes é alcançável também, bastando que para isso se reinventem outros tempos e espaços. Também uma pessoa cega pode ver uma imagem. As pessoas cegas também vivem em espaços de imagens. Quem perdeu a visão numa idade mais tardia, manterá memórias impressas de imagens do passado. E mesmo quem nunca viu poderá construir imagens só suas, pois até para quem vê, uma imagem é apenas uma ilusão da realidade que se aninha numa visão pessoal ditada pela experiência e a pela cultura. Mas como dar imagens a ver a quem não vê? Descrevendo-as e dando tridimensionalidade à sua existência plana. A Audiodescrição transforma imagens fixas e em movimento em narrativas completas. Tarefa complexa, em que qualquer técnico gostaria de ter a verve de Eça de Queirós. Também aqui o debate surge, numa interrogação sobre a objetividade ou subjetividade de determinada descrição; sobre a possibilidade de uma descrição "neutra"; sobre a organização e o detalhe da mesma; sobre a utilização de uma voz humana ou sintética; sobre todas as dúvidas inerentes à criação artística. Qualquer que seja a via seguida, a Audiodescrição é a técnica que melhor consegue criar espaços visuais a quem não vê. Se a ela se juntar, no caso de imagens fixas, recursos táteis, a experiência intensifica. A imagem materializa-se para se deixar tocar. Nesse novo espaço, ela, só por si, pouco ou nada vale. Passa a fazer sentido quando uma descrição orienta o toque e explica o que é tocado. E mais uma vez, aqui se criaram novos tempos e novos espaços… espaços que precisam de tempo para serem construídos e, depois, disfrutados. Esta reflexão não estaria completa se não falássemos nos espaços que mais tempo hoje nos consomem… os espaços virtuais, que colocam o mundo inteiro na ponta dos dedos de todos… invertendo o paradigma… essencialmente nas pontas dos dedos de quem vê! Num incessante teclar, num movimento de rato, num varrimento de ecrã, num juntar e afastar de indicador e polegar abrem-se e fecham-se páginas, aumentam-se e diminuem-se imagens, alternam-se publicações, entram-se em espaços e tempos distantes e vive-se num espaço glocal, quase sem fronteiras, quase sem limites, comprimindo o espaço infinito na finitude do nosso tempo disponível. E outra vez ainda se tem de parar para abordar os tempos e os espaços daquelas pessoas que não veem ou não têm destreza motora para manipular ratos e botões ou ecrãs feitos para "peritos" com elevada motricidade fina. Através de manípulos, ratos e teclados adaptados ou através de equipamentos ou software específicos ou as simples ferramentas de acessibilidade que já fazem parte dos principais sistemas operativos, qualquer pessoa terá as condições mínimas para operar um computador e aceder aos tais admiráveis mundos novos que sobre o ecrã se abrem. Em todos os casos, basta que para isso se dê o tempo necessário a que cada um se encontre nesse seu percurso. Infelizmente, as facilidades tecnológicas são insuficientes para que qualquer um aceda à informação disponibilizada online. Nem toda essa informação foi criada a pensar no tempo e no espaço de quem vive em tempos e espaços diferentes. Embora existam regras claras para a criação de sítios Web acessíveis – uma aplicação criteriosa das recomendações W3C eliminará grande parte das barreiras – tudo cai por terra no momento em que os conteúdos disponibilizados não são, eles próprios, criados com cuidados de acessibilidade. Páginas de difícil navegação, pdfs truncados, imagens sem descrição, tabelas sem possibilidade de linearização são barreiras que deixam muitos leitores de fora. E são muitos mais do que possamos imaginar. Pois, se é verdade que estes cuidados são essenciais para utilizadores cegos, são igualmente úteis a utilizadores sem deficiência que querem encontrar a informação de que precisam sem que com isso percam muito tempo, podendo-o fazer nos espaços da sua eleição… hoje em casa, amanhã no autocarro, compactando tudo na palma da mão, entre uma paragem e a outra, da vida apressada de cada um.

Nas próximas edições do Plural&Singular continuaremos esta nossa reflexão para fazermos, em conjunto, O percurso da fala…
e depois ainda O percurso da experiência total…



Título: Sobreviver
Autor: Bento Amaral
Editora: Sinais de Fogo
Preço: 11,00 €

"O relato que faço é parcial e abreviado. Começa no preciso momento em que tive um acidente no mar que me deixou tetraplégico. Tinha então 25 anos. Atravessa um período de quase dois decénios e termina na data em que escrevo", este é o resumo feito pelo próprio autor de "Sobreviver".
Trata-se de uma autobiografia sobre um desportista que ficou tetraplégico num acidente a praticar surf. Uma obra que foi publicada em maio deste ano e contém, ainda que arrumada em 256 páginas, a mesma história de vida que Bento Amaral contou à Plural&Singular, para a nossa rúbrica "Retrato", na terceira edição da nossa revista trimestral digital – "Ser feliz agora e com o que temos".
Assim, "Sobreviver" conta a luta, coragem e dia-a-dia de Bento Amaral, desde a sua vida pessoal, à profissional e desportiva… É a vida de um homem que considera que "a vida depois do acidente ficou muito mais rica".
Com esta autobiografia, o autor pretende, através da proximidade e familiaridade do uso da primeira pessoa, dar o seu testemunho ao mundo sobre o que é ficar tetraplégico aos 25 anos: como se vive, como se reage, como se ultrapassa e, sobretudo, como se é ainda mais feliz do que antes.

Título: Quanto Vale a Amizade?
Autoria: Maria Lúcia Carvalhas / Ilustrações: Raquel Pinheiro
Editora: Cercica

"Todos a Ler" é uma colecção de quatro leituras dedicadas principalmente a crianças mas sempre com mensagens também para adultos, cuja primeira obra tem como título "Quanto vale a amizade?".
São obras em multi-formato, ou seja as histórias poderem ser lidas por crianças com diferentes necessidades especiais, o que demonstra o carater inclusivo de projeto de uma instituição cujo lema, conforme refere o seu site na Internet, é "Inovar para Incluir".
Com versão escrita, áudio, com símbolos pictográficos, e língua gestual, "Quanto Vale a Amizade?" fala do João e Maria e da importância de se valorizar aquilo que se tem.
"A narrativa assenta numa estrutura ritmada, convidando à leitura em voz alta. A ilustração capta e expande a ideia patente no texto, criando um universo, no qual o pequeno leitor é chamado a participar", explica a sinopse da obra.
No DVD, que acompanha a obra impressa e ilustrada, é abordada a temática da educação para o consumo: "de uma forma dinâmica e interativa, procede-se à identificação de boas práticas de consumo responsável e procura-se estimular a participação de todos na construção de um mundo melhor".

Título: Fluência na Leitura: Da Avaliação à Intervenção
Autora: Sandrina Esteves
Editora: PsicoSoma
Preço: 19,90 €

Trata-se de um "Guia Pedagógico" que Sandrina Esteves, professora na Escola Superior de Educação de Torres Novas (ESETN) e investigadora da CIFOC, compôs. Uma obra indispensável a Educadores, Professores, Psicólogos, Terapeutas da Fala e para Pais…
"Para um número significativo de alunos, o processo inicial de aprendizagem da leitura foi, ou é, algo lento e moroso, causador, não raras vezes, de sentimentos de frustração e baixa auto-estima, dada a dificuldade de que se reveste. Esta obra, ao resultar da construção e validação para a população portuguesa da PAFL – Prova de Avaliação da Fluência na Leitura permite, por um lado, avaliar a fluência na leitura de alunos, situando-os num percentil de desempenho, e, por outro, atuar de forma ajustada nas dificuldades encontradas, já que apresenta propostas de intervenção distintas e diversificadas", conta o resumo sobre esta obra.
Notas sobre o alinhamento deste guia pedagógico: "Leitura: Ensino e Aprendizagem" no capítulo um, "Fluência na Leitura: da Teoria à Avaliação, da Avaliação à Intervenção" preenche o dois e "Prova de Avaliação da Fluência na Leitura (PAFL) – Manual Técnico", bem como "Sessões para Intervenção", são os temas que completam os três.

Título: Silêncio Estrondoso [livro multi-formato]
Autoras: Marisa Ferreira e Ana Vale
Editora: Folheto Edições&Design

"Silêncio Estrondoso" é uma "narrativa atribulada dos que transformam a sua vida numa maratona sem meta e o estado distanciado de quem os acompanha e reclama pela mudança".
Docente de língua portuguesa e mestre em educação especial, Marisa Ferreira associou-se a Ana vale, mestre em estudos portugueses, e eis que nasceu "Silêncio Estrondoso" como "um trajeto curto e denso, mas inestimável, no qual as sombras são atenuadas pela imaginação, um suave viver só, digno dos que conseguem viver simplesmente".
Nota para o facto desta obra conter um CD-ROM com versões em formato alternativo: audiolivro, videolivro, versão pictográfica, versão em formato wif para impressão em Braille e ilustração adaptada para impressão em relevo.
Assim, estando preparada em multi-formato, é notória a dimensão inclusiva de "Silêncio Estrondoso", uma obra que foi apresentada na INCLU-DIT – Conferência Internacional para a Inclusão, do Instituto Politécnico de Leiria, no início de julho.

Título: O Pequeno Trevo e os amigos de Rua
Autor: Pedro Santos de Oliveira e Luís Lacerda Estrela
Editora: APPC
Preço: 12,50€

O preço deste livro, apoiado e financiado pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR) e com o alto patrocínio da empresa de comunicação e design Sistema4, é dedutível no IRS.
"O Pequeno Trevo e os amigos de Rua", lançado em junho, está à venda na FNAC de Leiria e na Associação de Paralisia Cerebral de Leiria ou através de encomenda para contabilidade@appcleiria.pt, luciabento@appcleiria.pt ou pelo telefone 244 833 983.
As vendas revertem na totalidade para a APPC-Leiria.

Título: Não faz diferença nenhuma
Autora: Bibá Pitta
Editora: Casa das Letras
Preço: 12,51 €

"O que importa é a forma como olhamos uns para os outros", dá o mote para um livro sobre coragem e amor. "Não faz diferença nenhuma" partilha 12 histórias de vida, tendo sido editado pelas mesmas autoras de "Cromossoma do Amorr", Bibá Pita e Inês Barros Baptista.
"Não faz diferença nenhuma" contém ma dúzia de relatos/testemunhos, com os quais Bibá Pitta se foi cruzando, e que "lhe tocaram profundamente pela sua intensidade, força, coragem e positivismo", conforme refere a sinopse da obra.
"Obrigada aos meus Doze Magníficos", completam os responsáveis pela edição desta obra.
E os "Doze Magníficos" são: André Mariz de Almeida, Eunice Pinto, Sara Duarte, Miguel Frazão, Susana Fonseca, Jorge Pina, Tânia Domingos, Marco Martins, Natacha Correia Almeida, José Pavoeiro, Mafalda Ribeiro, Miguel Catalão.

LUGAR

AFID Geração, mais um passo em frente

Praça de São José, Buraca, Amadora é o local onde nasceu o mais recente projeto da Fundação AFID Diferença: o AFID Geração. Este equipamento social integrado, que contempla uma residencial para idosos, uma creche e o serviço de apoio domiciliário, e cuja inauguração esta prevista para 9 de setembro, custou à volta de três milhões de euros, cofinanciados pela Segurança Social, a Câmara Municipal da Amadora e a Fundação.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas pela Fundação AFID Diferença

"O que será que imagina a Pedra, imperatriz da vontade, naquele instante de tempo de todas as cores? Será que sussurra que quer ser feliz? "Encosta-te um bocadinho ao pé de mim e deixa-me mostrar-te as histórias que aqui vão ser imaginadas …"

O AFID Geração

A cerimónia de lançamento da Primeira Pedra para a construção do AFID Geração aconteceu a 31 de maio de 2011 e passados, aproximadamente, dois anos eis que chega o momento de o inaugurar e dar início à sua atividade.

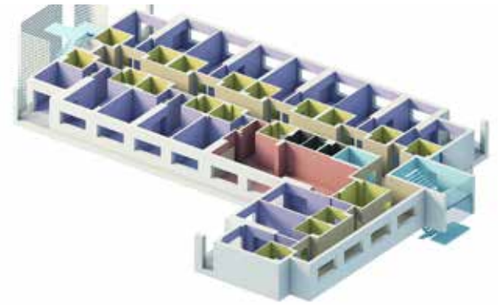
O equipamento social "Lar de Idosos, Creche e Serviço de Apoio Domiciliário" vem aprofundar a intervenção social da Fundação AFID Diferença. "Esta instituição construiu, trabalhando em contraciclo da crise, um equipamento social intergeracional que tem um lar de idosos para 60 pessoas, uma creche para 33 crianças e um serviços de SAD para mais 50 idosos, ou seja, vamos aumentar a nossa capacidade de intervenção, em cerca de 150 pessoas", explica o presidente do conselho de administração da Fundação AFID Diferença, Domingos Rosa, acrescentando que "também em contraciclo, vamos admitir cerca de 30 pessoas, criar mais 30 novos postos de trabalho".

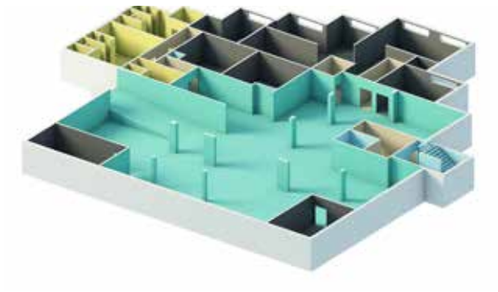
A construção deste equipamento social veio, de alguma

LUGAR

forma, colmatar uma necessidade há muita verificada no concelho da Amadora: o apoio social tem ainda uma cobertura insuficiente. "Se triplicássemos a nossa capacidade instalada em termos de lar, teríamos a possibilidade de albergar mais estas pessoas", confessa Domingos Rosa em relação à lista de espera. É por isso que o presidente da Fundação AFID acredita que este novo equipamento "vai ficar rapidamente completo em termos de utilização".
E falar no AFID Geração direcionado para crianças e idosos, é também falar em pessoas com deficiência. "Hoje a pessoa com deficiência também envelhece, contrariamente ao que se passava há alguns anos atrás. Hoje temos pessoas com deficiência com 60, 70 anos e, portanto, os deficientes também se tornam velhinhos e igualmente, muitos velhinhos tornam-se deficientes e essa fronteira, quando se fala de 65 ou mais anos de idade, é uma fronteira muito ténue. Eu diria, que ambas as situações vão ser por nós configuradas", garante.
O futuro desta instituição, para além de desenvolver as iniciativas que tem vindo a promover, passa pelo desenvolvimento da atividade deste novo equipamento devidamente consolidado e capacitado. "Isso é uma coisa que vai demorar algum tempo, não é de um dia para o outro. Nós queremos que os nossos equipamentos sociais sejam qualificados e sejam humanizados. Portanto isto passa por muita coisa. Passa por uma adaptação dos utentes a todo o ambiente físico da organização e pela capacitação dos colaboradores para intervirem com pessoas débeis, com pessoas que precisam de apoio, com pessoas que além do apoio precisam daquela palavra amiga. Daquele sentido que é muito habitual na nossa área, o sentido de ajuda a quem precisa. E portanto, incutir isto vai demorar algum tempo", explica Domingos Rosa. A grande preocupação da Fundação AFID Diferença, pelo menos nestes dois primeiros anos é a consolidação do funcionamento do AFID Geração integrando-o nos equipamentos sociais já existentes. "Estaremos alerta para as necessidades da população, sempre na linha da frente, também para intervir e ajudar, e daí nascerão com certeza novos projetos, novas necessidades", remata.

Este equipamento foi cofinanciado pela Segurança Social, através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES, com o valor de 1.328.063,00€, da Câmara Municipal da Amadora, com o valor de 413.985,00€, sendo o restante - 1.007.952,00€ - suportado pela própria Fundação. Valor aproximado da obra: 2.800.000,00€.





Com esta unidade, a Fundação alarga a resposta social a cerca de 143 novos clientes: Estrutura Residencial para Idosos - ERI [60 Clientes] + Creche [33 Clientes] + Serviço de Apoio Domiciliário – SAD [50 Clientes].

A Fundação AFID Diferença

"Temos crescido, temos desenvolvido a nossa área, não só especificamente na área da deficiência, mas principalmente na área social abrangendo infância, idosos e pessoas com deficiência", admite o presidente do conselho de administração da Fundação AFID Diferença, Domingos Rosa.

A Fundação AFID Diferença foi criada em 2005, resultante de uma associação que se chama Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente – AFID. "Ela nasceu por iniciativa de alguns técnicos e pais, aliás, como quase todo o movimento associativo nasceu em Portugal", conta Domingos Rosa.
Nos primeiros anos de existência, a instituição teve apenas uma intervenção na área da representatividade das famílias. "Ou seja, tínhamos uma intervenção junto da comunidade, para sensibilizar as pessoas, os técnicos e os profissionais para a problemática da deficiência. Porque mudando um bocadinho as mentalidades dos cidadãos contribuíamos decisivamente para uma melhor integração da pessoa com deficiência", explica o presidente da Fundação AFID.
Paralelamente a estas ações de sensibilização a instituição apostou também na formação aos pais e na participação em reuniões parlamentares.
O primeiro serviço efetivo da Associação Nacional de

Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente – AFID foi o S.O.S. Famílias de Deficientes que apoiava as famílias mais carenciadas, surgindo por intermédio deste projeto a criação, em 1994, do primeiro equipamento, um Centro de Apoio a Pessoas com Deficiência, constituído por um Lar Residencial e um Centro de Atividades Ocupacionais – CAO. Seguiu-se em 1999 a abertura do Novo Centro Social e de Reabilitação da AFID, em 2000 a criação dos Serviços de Apoio Domiciliário - SAD - para Pessoas com Deficiência e, ao longo dos anos, têm sido ampliados os serviços disponibilizados por esta instituição. "Posso dizer que até 1992 a associação não tinha sede, colaboradores, utentes ou clientes", confessa Domingos Rosa.

A gestão do Centro de Recursos do Zambujal alargou o âmbito de atuação da AFID às crianças e a criação de um Serviço de Apoio Domiciliário veio abarcar os idosos. "Hoje já estamos na ordem das 150 crianças em dois espaços diferenciados – a creche da Venteira e a do Zambujal. Também passamos a atender mais idosos: com o apoio alimentar aos fins-de-semana e feriados nós já atendemos cerca de 250 idosos em Apoio Domiciliário, de cinco dias e de sete dias, e mais cerca de 100 em Apoio Alimentar", enumera com satisfação o presidente da AFID.

Foram também criados cursos de Formação Profissional para Pessoas com Deficiência, nas áreas de Jardinagem, Carpintaria e Multisserviços e duas empresas de Inserção Social: uma na área da limpeza e higiene ambiental, a AFID CLEAN e outra na área da construção e manutenção de espaços verdes, a AFID GREEN, que absorveram formandos saídos dos cursos que desenvolve.

"Esta complexidade de intervenção e o aumento quer de utentes, quer do tipo de respostas, quer até de zonas de intervenção, ou seja, equipamentos sociais dispersos, quer em número de trabalhadores exigia uma maior disciplina em termos de gestão e foi então que decidimos criar a fundação, porque isto não se ajustava à filosofia das associações", explica Domingos Rosa.

A Fundação AFID Diferença veio agrupar todas as áreas da prestação de serviços existentes e a associação ficou com o papel e as atividades de representatividade das famílias com pessoas com deficiência.

E a AFID já fez, definitivamente, a diferença. Esta instituição tem tido ao longo dos anos "uma intervenção profunda e direta no setor", participando ativamente em vários fóruns sociais. "Passamos de uma mera resposta a uma necessidade para uma intervenção muito mais ativa e muito mais objetiva sob o ponto de vista de cidadania e da cobertura das necessidades sociais das zonas onde intervimos", assegura Domingos Rosa.

A Agenda

Para além do ponto alto da agenda de 2013 - a inauguração do AFID Geração marcada para 9 de setembro - a Fundação AFID Diferença organiza, a 21 de novembro, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, um seminário internacional para abordar as questões do envelhecimento e da cidadania e para "refletir, investigar" e conhecer "as melhores práticas da intervenção".

"Além disso iremos promover até ao final do ano algumas exposições temáticas de pinturas feitas pelos nossos jovens com deficiência em locais de prestígio, nomeadamente na Fundação PT e nos Paços da Câmara Municipal da Amadora, por exemplo.

Para tanta "empreitada" é preciso resumo. Aqui vai: a AFID atualmente, dispõe de uma estrutura funcional integrada composta por um Lar Residencial, três Centros de Atividades Ocupacionais - CAO's -, Serviços de Proximidade de Apoio às Famílias, Serviços de Saúde, um Centro de Medicina Física e de Reabilitação, Atividades Desportivas, Programas de Lazer e de Entretenimento, Animação Sociocultural e Formação Profissional. Atende mais de 1.300 pessoas - crianças, pessoas com deficiência, jovens, adultos e idosos - e emprega cerca de 143 colaboradores.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, condecorou a AFID com a Ordem do Mérito em junho de 2011, no Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

A Fundação AFID Diferença está certificada ao nível da Qualidade pela Norma NP EN ISO 9001:2008, pela Marca ISS (Nível A) e pelo Referencial Europeu EQUASS, Nível II - Excellence, sendo a única organização do país com estas três certificações e a 12.º na Europa com certificação EQUASS, Nível II - Excellence.

AGENDA

Workshop on Rethinking Universal Accessibility

"A broader approach considering the digital gap" é o tema deste workshop que se realiza na Cidade do Cabo, África do Sul, a 2 de setembro de 2013. Mais informações em: http://sipt07.si.ehu.es/WS/RethinkingUA/

Prémio Europeu para Cidades Acessíveis

10 de setembro é o prazo limite para concorrer à 4.ª edição do Prémio Europeu para Cidades Acessíveis., criado para estimular a criação de uma Europa sem barreiras.
Este prémio é atribuído todos os anos à cidade que dá mais provas na melhoria das acessibilidades no que diz respeito a quatro áreas-chave: ambiente construído e espaços públicos, transportes e respetivas infraestruturas, informação e comunicação, inclusão de novas tecnologias, instalações e serviços públicos.

APS lança vários cursos destinados à comunidade surda

A Associação Portuguesa de Surdos (APS) lançou, recentemente, um leque de cursos que vão desde a língua gestual, aos idiomas, informática e edição de vídeo, todos com vista a assegurar uma melhor e mais fácil empregabilidade e qualidade de vida da comunidade surda portuguesa.
Para mais informações: http://www.apsurdos.org.pt/

12th Congress of European Forum for Research in Rehabilitation

De 11 a 14 de setembro decorre, em Istambul, a 12.ª edição deste congresso que pretende dar a conhecer as novidades científicas e educacionais em reabilitação.
Mais informações em: http://www.efrr2013.org/

Formação em dança inclusiva

A CiM – Companhia Integrada Multidisciplinar está a desenvolver formações em dança inclusiva que resultam de uma parceira entre a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) e a Associação Vo'Arte e conta com o apoio do Instituto Nacional de Reabilitação.
No final de todos os workshops (Lisboa, Porto e Coimbra, já realizados) será selecionado o grupo final com vista à criação de um espectáculo de dança a ser apresentado no Dia Nacional da Paralisia Cerebral, a 20 de outubro.
A ficha de inscrição deverá ser solicitada para inscricoes@voarte.com

5.ª Conferência Internacional Media for All

A 5.ª Conferência Internacional Media for All – Audiovisual Translation: Expanding Boarders decorre de 25 a 27 de setembro no Palace Hotel Dubrovnik em Dubrovnik, na Croácia.

Prémio Internacional de Promoção da Educação de Qualidade a Pessoas com Deficiências Intelectuais

Estão abertas, até ao dia 13 de setembro, as inscrições para o Prémio UNESCO/Emir Jaber al-Ahmad al-Jaber al-Sabah de Promoção da Educação de Qualidade a Pessoas com Deficiências Intelectuais, um prémio bianual que tem para oferecer aos vencedores um certificado e cerca de 15 mil euros
As candidaturas são feitas pelos Estados-membros da UNESCO, em consulta às Comissões Nacionais, e por organizações não governamentais, em parceria oficial com a UNESCO.

12.ª Conferência Europeia AAATE

A 12.ª conferência da Association for the Advancement of Assistive Technology in Europe (AAATE) realize-se no Hotel Tivoli Marina Vilamoura de 19 a 22 de setembro.

Reunião sobre deficiência e desenvolvimento

Está agendada para 23 de setembro a reunião sobre deficiência e desenvolvimento, subordinada ao tema específico "The way forward: a disability inclusive development agenda towards 2015 and beyond".
Neste contexto a União Internacional das Telecomunicações (UIT), em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Global Initiative for Inclusive ICTs (G3ICT), a International Disability Alliance (IDA), a Telecentre.org Foundation, a Broadband Commission e a Microsoft lançaram uma consulta sobre a contribuição das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para a autonomia de pessoas com deficiência que terminou a 10 de junho

Construir uma escola para todos

A Associação Europeia de Prestadores de Serviços para Pessoas com Deficiência realiza uma ação de formação intitulada "Construir uma escola para todos: em direção a uma escola inclusiva", em Salzburg, Áustria, entre os doas 21 e 27 de setembro de 2013.
Esta ação de formação destina-se, sobretudo, a diretores de escolas, professores, conselheiros e orientadores educativos, inspetores e pessoal administrativo do setor escolar e pretende dar continuidade à anterior, que foi realizada em Lisboa, em 2011, e terá como finalidade apresentar orientações concretas, tendo em vista a promoção e implementação de uma educação inclusiva.
Mais informações em: http://ec.europa.eu/education/trainingdatabase ou através do email goedele.avau@easpd.eu.

Fórum Aberto da FPAS

O Fórum Aberto da Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS) é um espaço de partilha dirigido à comunidade surda com o objetivo de alargar a voz de cada participante para se poder discutir, trocar opiniões e ideias, etc… Este espaço, que visa enumerar as questões mais importantes que devem ser apontadas como pontos de ordem para o guia-manual de trabalho da FPAS, tem vários temas, datas e locais marcados: "A Língua Gestual: sua identidade e minoria, dia 28 de setembro na APS, em Lisboa; "A interação das pessoas surdas e ouvintes na sociedade", dia 26 de outubro na APS no Porto; "A relação das pessoas surdas e pessoas com deficiência", no dia 30 de novembro na ASAE (sujeita a confirmação), em Lisboa; "Voz do movimento associativo da comunidade surda" a 21 de dezembro, na ASLC (em também sujeita a confirmação), em Cascais.
Mais informações em: http://www.fpasurdos.pt/forum-aberto-da-fpas/

Projeto "Surdocegueira: Um Modelo de Intervenção"

O ciclo de conferências, organizado pelo Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira (CED AACF) da Casa Pia de Lisboa, especializado e com mais de 15 anos de experiência na intervenção com crianças, jovens e adultos com surdocegueira, finaliza a 4 de outubro, com uma iniciativa na Escola de Hotelaria e Turismo de Faro.
Mais informações através do contacto telefónico, 21 365 12 60, ou através do e-mail p.surdocegueira@gmail.com.

Seminários técnicos sobre produtos de apoio

O CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia promove, de julho a novembro, um ciclo de seminários técnicos no âmbito da informação e aconselhamento, avaliação, prescrição e demonstração de produtos de apoio para pessoas com deficiências e incapacidades, em idade ativa.

Ciclo de seminários: a partir de 18 de setembro de 2013 "A pessoa com deficiências e incapacidades no centro da avaliação e prescrição de produtos de apoio"; a 25 de outubro de 2013 começa "O amputado e o envelhecimento"; por último, a 28 de novembro de 2013 tem início "Vida profissional sem barreiras".

VI Seminário de Educação Inclusiva

O VI Seminário de Educação Inclusiva está agendado para 5 de outubro, no auditório Agostinho da Silva, Campo Grande, em Lisboa.

Segundo as Comissões Científica e Organizadora deste avento, os interessados no seminário podem submeter os resumos até 9 de setembro e apresentar as comunicações até 20 setembro 2013.

Mais informações em: http://loc.grupolusofona.pt/index.php/details/3816-vi-seminario-de-educacao-inclusiva.html

5.ª edição do CriArte

Entre os dias 8 e 13 de outubro realiza-se, em Ponte de Lima, a 5.ª edição do CriArte, projeto promovido pelo Centro de Reabilitação de Ponte de Lima da APPACDM de Viana do Castelo, dedicado a diferentes manifestações de arte, onde se misturam profissionais, amadores e todos os que queiram participar.

Mais informações em: http://www.appacdm-viana.pt/appacdm/index.php/em-destaque/71-criarte-2013-projeto-cofinanciado-pelo-inr

2.ª Conferência Internacional da Federação Mundial de Surdos

De 16 a 18 de outubro, de quarta a sexta-feiras, realiza-se a 2.ª Conferência Internacional da Federação Mundial de Surdos no Wesley Conference Centre em Sydney, na Austrália

3.º Simpósio Internacional sobre Língua Gestual e Tecnologia Avatar (SLTAT)

Este simpósio realiza-se de 18 a 19 de outubro de 2013 na Universidade DePaul, em Chicado, nos Estados Unidos da América.

III Congresso Internacional "Educação Inclusiva e Equidade"

O III Congresso Internacional "Educação inclusiva e Equidade", realizado pela Pró-Inclusão-ANDEE, está marcado para os dias 31 de outubro, 1 e 2 de novembro na Aula Magna do Instituto Piaget de Almada.

I Congresso Nacional de Medicina Integrativa

A C.E.M.I. – Câmara dos Especialistas em Medicina Integrativa organiza a 9 de novembro, na sede do Porto da L.P.C.C. – Liga Portuguesa Contra o Cancro, o "I Congresso Nacional de Medicina Integrativa" com o tema "Medicina Integrativa nas Patologias Degenerativas". Mais informações em http://www.cemi.org.pt/congressos/

A Força de Todos no Terreno

Já lá vão mais de 20 anos desde a criação da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (APN), a entidade que representa um universo muito alargado de patologias que afetam cerca de cinco mil portugueses, ainda por localizar…

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas pela APN

"Sabendo que existe uma taxa de prevalência de um para cada cinco mil nascimentos e sabendo que a população portuguesa é de cerca de dez milhões, suspeitamos que existirão cerca de cinco mil doentes neuromusculares em Portugal", afirma o presidente da direção da APN, Joaquim Carreira.

Esta instituição, tem vindo a "procurar" os doentes neuromusculares espalhados pelo país para, desta forma, conseguir, graças à união, dar força à associação, atualmente, sedeada no Porto.

"Neste momento chegamos, em todo o país, a cerca de 500 doentes mas não conseguimos ajudá-los todos ao mesmo tempo. Sabemos onde é que estão, sabemos quem são, o que têm, mas queremos chegar a muitos mais, precisamos de saber onde estão os outros", confessa.

Conhecer a realidade atípica de um leque de doenças neuromusculares que ultrapassa as 200 patologias é um desafio assumido pela APN que não se deixa abalar por esta diversidade. Apesar de cada doença ter um "comportamento típico", cada doente tem uma realidade especial que varia em função da localização geográfica, das condições financeiras e familiares, dos estabelecimentos de ensino que frequenta, do médico que o assiste e do hospital onde é acompanhado.

"Há uma realidade diferente de doente para doente. O que nós podemos dizer é que a heterogeneidade é tão grande que procuramos exatamente o contrário. Nós procuramos homogeneizar ao máximo o tratamento que é dado a cada um dos casos embora seja diferente em todo o país".

Uma nova imagem, o mesmo rosto da esperança e a mesma força da vida

A APN com uma imagem refrescada tem no novo logótipo uma flor simbolizando a vida e a união, um cunho que procura nas cores escolhidas - o vermelho como símbolo de vida e o verde como símbolo de esperança - um encontro com a própria identidade nacional. Da pétala destacada interpreta-se a organização dinâmica que caracteriza esta associação que convida à participação ativa: "Junte-se a nós, associe-se a esta ideia, todos temos uma quota de responsabilidade, ajudar faz bem. Todos somos importantes, uma pequena ajuda faz uma grande diferença".

Este apelo da APN é um apelo permanente. Os apoios recebidos até ao momento são louváveis mas, ainda assim, insuficientes. "A falta de apoio não é uma novidade porque a falta de apoio não existe só ao nível dos doentes neuromusculares, existe ao nível da globalidade das

pessoas com deficiência", assume o presidente da direção da APN, Joaquim Carreira.
A associação, atualmente, conta com mais de 1300 sócios dos diferentes horizontes ligados às doenças neuromusculares – doentes, familiares, médicos e técnicos de saúde - e conta também com inúmeros amigos que querem colaborar. E são muitas as formas de o fazer: donativos, consignando 0,5 por cento do imposto liquidado no IRS, voluntariado ou simples divulgação.
Mas, ainda assim, as dificuldades não imobilizam a APN, que tem vindo a promover diversas iniciativas. Entre elas, de destacar o projeto Raio de Sol.
"A APN disponibiliza a "Casa da praia da Sãozinha e do Manel" (em Valadares, Vila Nova de Gaia) para proporcionar aos associados, que não tenham normalmente oportunidade de fazer férias sem retaguarda familiar, a possibilidade de estarem uma semana de férias numa casa mais ou menos adaptada, com mais ou menos condições", explica uma das vice-presidentes da APN, Ana Isabel Gonçalves.
Mas este projeto que dá uma "folga" aos cuidadores com o Programa Vida "IN"dependente, também está disponível para eles. As famílias de doentes neuromusculares podem usufruir deste alojamento temporário e aproveitar uns dias de descanso passados na praia.
Entre junho e outubro, a "Casa da praia da Sãozinha e do Manel" ganha uma nova rotina, um entra e sai que beneficia, em cada edição, cerca de 25 doentes associados da APN.
Proporcionado pela doação de um casal com dois filhos doentes neuromusculares e associados da APN, este projeto tem feito as delícias de vários sócios que se podem candidatar todos os anos às férias de verão na "Casa da praia da Sãozinha e do Manel" que futuramente vai incluir "algumas atividades de inverno, como fim-de-semana, Halloween, Carnaval". "Normalmente organizamos algumas coisas na casa da praia desde que não esteja a chover e que não esteja muito frio, para que possam ter um fim-de-semana ou outro divertido", explica Ana Isabel Gonçalves.
Sempre à procura de novos projetos, novas parcerias, contactos e iniciativas, Joaquim Carreira assume que, estando sedeada no Porto, a APN por questões de proximidade tem o trabalho mais centrado na área geográfica envolvente à cidade Invicta. "Queremos trabalhar muito com parcerias em Lisboa e tentarmos focalizar-nos também um bocadinho nas outras zonas do país já que somos uma instituição de âmbito nacional", revela.
Além desta intenção, o grande objetivo desta instituição passa pela construção do Centro de Recursos para Doentes Neuromusculares com duas residências autónomas, um Centro de Atividades Ocupacionais e Apoio domiciliário. E, segundo o lema da APN, estão todos convidados a acompanhar e participar ativamente no cumprimento deste sonho. "Ajudar faz bem".

Criar melhores condições de vida aos portadores de doenças neuromusculares e seus familiares, promover e informá-los dos seus direitos, sensibilizar a opinião pública e apoiar a pesquisa médica e divulgar os seus resultados serão sempre os objetivos centrais da APN.

Mais sobre doenças neuromusculares

O termo "Doenças Neuromusculares" aplica-se a um universo muito alargado de diferentes patologias genéticas, hereditárias e progressivas que por enquanto não têm cura.
Engloba as doenças dos músculos (Miopatias), doenças dos nervos (Neuropatias) doenças dos cornos anteriores da medula (Atrofia Espinais) e as perturbações da junção neuromuscular (Miastenias), entre outras e, por isso, todas têm em comum a falta de força muscular, necessitando os doentes, a quem foram diagnosticadas, de apoios e/ou ajudas técnicas.
Apesar de toda a fraqueza muscular e deformações articulares, os doentes neuromusculares mantêm, na sua grande maioria, um nível intelectual normal.
Mais informações em http://apn.pt/apn/as-doencas-neuromusculares/

Uma resposta positiva: projeto de angariação de assistentes pessoais

A maioria das doenças neuromusculares não tem cura e afeta gravemente a capacidade motora dos doentes que encontram no projeto de angariação de assistentes pessoais da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (APN) uma resposta viável à drástica perda de autonomia.

Texto: Sofia Pires
Foto: Gentilmente cedidas pela APN

Na maior parte dos casos, os doentes neuromusculares dependem totalmente de certas tecnologias e da ajuda de outras pessoas para viver. É aqui que entra o projeto pioneiro da APN, lançado em 2011, para angariar assistentes pessoais que aliviem o "encargo" dos cuidadores, na maior parte do tempo familiares, nos cuidados ao doente.
"Arranjar um assistente pessoal que possa permitir algum descanso ao cuidador para que ele não tenha de dar banho todos os dias, cuidar do doente de manhã, à tarde e à noite, sete dias por semana, durante várias semanas, durante 365 dias por ano e durante 'ene' de anos, é uma grande conquista", descreve uma das vice-presidentes da APN, Ana Isabel Gonçalves.
Até ao momento, o projeto já conseguiu angariar cerca de 20 assistentes pessoais e ainda em 2013 a equipa da APN pretende chegar aos 40 assistentes. Para o ano, o objetivo mantém-se "de modo a permitir que os próprios doentes e os cuidadores tenham uma interação muito mais funcional", já que este projeto foi "lançado com o intuito de provocar uma ação mais direta na qualidade de vida do doente, beneficiando quer o doente quer o

cuidador do doente".
Os doentes alvos primordiais deste projeto são doentes que até aqui estavam dependentes dos cuidadores familiares que por diversas razões não conseguem "dar conta do recado" e procuram ajuda externa. O assistente pessoal vem mostrar ao doente que tem direito aos cuidados pessoais básicos e à assistência com atividades da vida diária. E esta relação tornada profissional vem facilitar, possivelmente, o entendimento que os doentes têm daquilo que lhes está a ser feito, no fundo uma prestação de serviços.
E é mesmo disso que se está a falar, o assistente pessoal "angariado" pela APN pode assistir o doente durante todo o dia ou pode simplesmente acompanhá-lo numa ida ao cinema.
Tudo começa com a predisposição do doente ou do cuidador para ter um assistente pessoal e com a indicação do que se pretende em termos de serviços. "Para facilitar todo o processo, procura-se alguém que seja próximo da área de residência e depois se conseguirmos recrutar algumas pessoas há o processo de seleção com entrevistas em que o doente tem de se adaptar e sentir claramente à vontade com a pessoa que escolhe, seguindo-se um período de adaptação até se tornar efetivamente nesse apoio", explica Ana Isabel Gonçalves.
Quer isto dizer que, além da responsabilidade e do empenho como requisitos essenciais, não há um perfil estipulado e vai muito da empatia criada entre doente e assistente pessoal.
O assistente pessoal é remunerado cinco euros à hora com regime de recibos verdes, aceitam-se candidaturas espontâneas, basta para isso contactar a APN.